



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

ANO XXXIV — Nº 108

TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Luiz Viana, Presidente, nos termos do art. 52, inciso 30 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1979

Altera a redação do art. 164, parágrafos 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do inciso II do art. 164 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 164. ....

II — ....

§ 1º Durante a diligência ou a consulta, não se interromperá, por mais de 30 (trinta) dias, o prazo da Comissão para o exame da matéria.

§ 2º Não cumprida a diligência ou não respondida a consulta, a matéria será incluída em pauta da Comissão a fim de que decida:

a) se dispensa a diligência;

b) se deve ser caracterizado o crime de responsabilidade previsto no art. 13, item 4, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Senado Federal, 10 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

## SUMARIO

## 1 — ATA DA 150ª SESSÃO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1979

## 1.1 — ABERTURA

## 1.2 — EXPEDIENTE

## 1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Estudos a serem realizados pelos Ministérios da Educação e Cultura e do Interior, visando o aprimoramento do Projeto Rondon.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Concessão, pela televisão Verdes Mares, de Fortaleza—CE, do troféu Sereia de Ouro, a ilustres cearenses, em reconhecimento pelo muito que fizeram com vistas à projeção do Estado do Ceará e sua gente.

SENADOR GABRIEL HERMES — Trabalho realizado pela SUDAM e pelo BASA, sobre as potencialidades dos Vales do Tocantins e Araguaia, no setor energético e de recursos minerais.

SENADOR LEITE CHAVES, por delegação da Liderança do MDB — Proposição elaborada pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, oferecendo sugestões para a reformulação da política social do País.

## 1.2.2 — Comunicação

— Do Sr. Senador Saldanha Derzi, que se ausentará do País.

## 1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 306/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso de saudação ao Ministro de Estado do Exército General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, proferido pelo Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, por ocasião do “Dia do Soldado”, e do agradecimento do Sr. Ministro. **Aprovado.**

— Requerimento nº 307/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1978, de sua autoria, que altera a redação do artigo 474, da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado.**

— Requerimento nº 308/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 336, de sua autoria, que acrescenta § 4º ao art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado.**

— Requerimento nº 312/79, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 128, 153, 159, 252 e 330, de 1978, 50 e 152, de 1979, que alteram disposições da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS), e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). **Aprovado.**

— Requerimento nº 313/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1978, de sua autoria, que dá nova redação ao artigo 472 e seu § 1º do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). **Aprovado.**

— Requerimento nº 314/79, de autoria do Sr. Senador Lenoir Vargas, solicitando o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao art. 517, da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado.**

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Homenagem de pesar pelo falecimento do escritor Henrique Pongetti.

**SENADOR ROBERTO SATURNINO** — Prisão de líderes sindicais dos bancários de Porto Alegre, que se encontram em greve.

**SENADOR JESSÉ FREIRE** — Trabalho apresentado pelo Governador Lavoisier Maia, do Estado do Rio Grande do Norte, à consideração do Senhor Presidente da República, visando a adoção de medidas capazes de minimizar os efeitos da seca na economia daquele Estado.

**SENADOR MARCOS FREIRE** — Análise da problemática da seca do Nordeste como fenômeno climatológico, econômico e social. O seguro agrícola como alternativa emergencial para fazer face aos prejuízos advindos da seca.

**SENADOR HENRIQUE SANTILLO** — Apoio a reivindicações salariais dos atendentes e auxiliares de enfermagem dos hospitais e postos de saúde públicos de Goiás.

**SENADOR RAIMUNDO PARENTE** — Retorno da revista "O Cruzeiro" à circulação.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — Defesa dos direitos dos garimpeiros de Poxoréu e outras regiões diamantíferas do Estado de Mato Grosso, face a atuação de empresas naquele setor.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Manifestação de pesar pelo passamento do General Clóvis Alexandre Nogueira.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Evandro Carreira, proferido na sessão de 4-9-79.

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 6-9-79.

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 150ª SESSÃO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1979

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — José Sarney — Bernardino Viana — Almir Pinto — Mauro Benevides — Jessé Freire — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Porto — Luiz Viana — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Gastão Müller — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Leite Chaves.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Projeto Rondon se constitui, sem a menor dúvida, numa das iniciativas mais felizes já ocorridas entre nós, de grande valor para as tarefas de integração nacional. Inestimáveis os serviços que tem prestado a populações interioranas, muitas vezes localizadas em regiões até hoje de acesso difícil. Seus benefícios se estendem, nestes poucos anos de sua realização, a todo o Território Nacional, Estados e Territórios, cujas populações foram altamente beneficiadas pelos milhares de jovens universitários que aderiram ao Projeto Rondon, no empenho de realizar um pouco em favor da integração nacional e do maior bem-estar das populações interioranas.

O maciço e entusiástico apoio dado ao Projeto Rondon pela imprensa tem sido um dos fatores para seu êxito, inclusive pela ampla divulgação de toda a atividade desenvolvida através dessa magnífica iniciativa.

Imenso, de outro lado, o proveito para a mocidade universitária que participou desse projeto. Não apenas no tocante ao melhor conhecimento do País, do nosso povo e seus múltiplos problemas, como, também, no tocante à profissão abraçada pelos acadêmicos.

No mês passado, a imprensa noticiou demorado encontro entre os Ministros do Interior e da Educação e Cultura, Mário Andreazza e Eduardo

Pertela, quando ficou decidido que os dois ministérios se unirão mais, objetivando ativar, de maneira mais intensa, o Projeto Rondon, tornando-o mais significativo para os que dele participam e àqueles a que se destina. Segundo informam os jornais, ficou deliberada a criação de um grupo de trabalho, que será integrado por técnicos e especialistas dos dois ministérios, para novas diretrizes, destinadas ao Projeto Rondon.

**O Sr. Bernardino Viana** (ARENA — PI) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — SE) — Com imenso prazer, Senador Bernardino Viana.

**O Sr. Bernardino Viana** (ARENA — PI) — Queria, nobre Senador Lourival Baptista, congratular-me com V. Exª pelo pronunciamento que faz hoje nesta Casa. Realmente os jovens do Projeto Rondon, espalhados por todo o Território Nacional, têm alevantado, o aspecto cultural de todas as pequenas comunidades brasileira e, principalmente, as comunidades dos Estados menos favorecidos de recursos. Assim aconteceu no meu Estado, onde tive a ocasião de participar do Conselho Estadual do Projeto Rondon, quando pudemos levar a todas as comunidades piauienses, a cultura de outras terras, pessoas e estudantes mais desenvolvidos. Muito obrigado.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — SE) — Sou muito grato a V. Exª, nobre Senador Bernardino Viana, pelo valioso depoimento que presta o qual muito enriquece o pronunciamento que faço.

Está, assim, assegurada a continuidade dessa excelente iniciativa, e, sobretudo, seu aperfeiçoamento. É o que podemos deduzir, sem receios, da decisão firmada pelos Ministros do Interior e da Educação e Cultura, segundo a qual a política de integração dos dois ministérios se orientará por três pontos principais: 1º) maior contato entre a rede universitária oficial e os campi avançados do Projeto Rondon; 2º) maior abertura para o 1º Grau, oferecendo-lhe apoio pedagógico e na área de saúde; 3º) maior contribuição e participação no esforço de interiorização do profissional universitário.

São três pontos de alta significação, pois fundamentais para o aprimoramento do Projeto Rondon. Merece realce a abertura para o 1º Grau, possibilitando a integração de jovens, graças a um indispensável apoio logístico. Fi-

almente, a preocupação com a interiorização do profissional universitário é básica, pois será mais uma forma de chegarmos à indispensável mudança em nossa realidade que é a da concentração de pessoal de nível superior, nos grandes centros, do que decorrem males imensos para os profissionais, desvalorizados pela excessiva concorrência nas cidades, e as populações do interior, que ficam desassistidas.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) —** Com muito prazer, eminente Senador Gabriel Hermes.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) —** Nobre Senador Lourival Baptista, ninguém mais do que nós da Amazônia tem razões para se congratular com o início, a perseverança e a continuidade do Projeto Rondon. É uma obra de perfeita integração, primeiro levando jovens estudantes do Sul para conhecer aquelas regiões grandes e distantes do Brasil aonde vivem ainda muitas vezes esquecidos: o jovem, o velho, o caboclo, enfim o homem que tomou posse e guardou aquela região imensa, como a maior reserva de terras boas do mundo, para o nosso grande País, o Brasil. Toda e qualquer medida, como essa que V. Ex<sup>a</sup> refere que vem dar continuidade a esse trabalho, só merece aplauso. Louvo V. Ex<sup>a</sup> quando dá estas notícias ao Congresso e ao Senado. A Amazônia é uma das grandes beneficiadas pelo Projeto Rondon, e mais do que a Amazônia, o Brasil, porque os brasileiros do Sul, os brasileiros do Rio Grande, de São Paulo, de Santa Catarina, os brasileiros de regiões tão diferentes e tão distantes, ficam vendo como este País é uma unidade, e uma unidade que precisa ser ajudada, e que precisa ser ajudada sobretudo por aqueles que podem levar suas experiências, como levam os homens do Sul para os homens do Norte. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) —** Eminente Senador Gabriel Hermes, sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup> pelas suas palavras de aplausos e de estímulos ao Projeto Rondon. E pelo que aqui disse, os benefícios que levou à sua região, os benefícios que trouxe para a sua Amazônia, os aplausos que deu, muito honram o pronunciamento que faço na tarde de hoje.

O Projeto Rondon tornou-se vitorioso logo que lançado, tamanho o acerto de sua idealização. Sua simples permanência seria auspiciosa e teria aplausos gerais. A decisão, porém, dos Ministros Eduardo Portela, da Educação e Cultura, e Mário Andreazza, do Interior, de alcançarem perfeita integração de seus Ministérios para intensificação e aperfeiçoamento do Projeto, inclusive com a finalidade de contribuir para a interiorização dos profissionais de nível superior, é da mais ampla importância. Daí sua magnífica repercussão, especialmente no interior, que se vê objeto de preocupação dos dois Ministros.

Formulo votos, Sr. Presidente, para que os eminentes Ministros Eduardo Portela e Mário Andreazza logrem, o quanto antes, as mudanças pretendidas no Projeto Rondon, a fim de que delas surjam logo maiores e melhores benefícios para as populações do interior e para a mocidade estudiosa do Brasil! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Lê o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A exemplo do que ocorre, anualmente, a Televisão Verdes Mares, do meu Estado, conferirá, no próximo dia 28 de setembro, a quatro ilustres cearenses, o troféu "Sereia de Ouro", com o qual é testemunhado o reconhecimento de nossa comunidade pelo muito que os agraciados fizeram para projetar o Ceará e sua gente.

A escolha para o recebimento daquela expressiva láurea é procedida de maneira criteriosa, dentro de padrões rígidos que vêm sendo seguidos inflexivelmente pela direção da referida emissora.

Até hoje, todos os escolhidos pela Comissão Especial são indubitavelmente aplaudidos pelos vários segmentos da opinião pública alencariana, num referendunho significativo que evidencia o acerto da seleção empreendida.

Neste 1979, as quatro homenagens recaíram em Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados e representante, há cinco legislaturas, do nosso povo no Congresso Nacional, empenhado, agora, em reformar a Carta Magna para a reconquista de prerrogativas conspurcadas ao Poder Legislativo; professora Eunice Damasceno, educadora abnegada de excepcionais, cuja obra — o Instituto Pestalozzi do Ceará — funciona de forma modelar, beneficiando dezenas de crianças com deficiência mental; industrial Ivan de Castro Alves, continuador do esforço empresarial de seu inolvidável genitor, Pascoal de Castro Alves, cuja atuação no comércio e indústria do Nordeste foi sempre marcada por uma correção exemplar; Eleazar de Carvalho, nasci-

do nos sertões do Iguatu, grangeou destaque internacional como Maestro de proclamada competência, com a responsabilidade de reger Orquestras afamadas, de prestígio em todo o mundo.

São, assim, vultos exponenciais do nosso Estado, que recolhem, agora, através da "Sereia de Ouro", a gratidão dos cearenses pelo muito que fizeram em favor da terra comum.

A solenidade de entrega do consagrador galardão constituirá acontecimento de maior relevância para a vida política, social e cultural do Ceará, com ressonância em todo o País.

O industrial Edson Queiroz, a cujo Grupo pertence a TV Verdes Mares — Canal 10, incumbir-se-á da saudação a Flávio Marcílio, Eunice Damasceno, Ivan de Castro Alves e Eleazar de Carvalho, enaltecendo-lhes as qualidades de que são possuidores, bem assim as razões que inspiraram aquela sensibilizadora manifestação de profundo reconhecimento.

**O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) —** Concedo o aparte ao eminente Senador Almir Pinto.

**O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) —** Nobre Senador, muito justa a homenagem que anualmente a TV Verdes Mares presta a nomes cearenses que se distinguiram nas letras, nas artes. Finalmente, temos, hoje, apreciando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, nomes que chegaram ao meu conhecimento, merecedores dos aplausos de todos nós cearenses: Flávio Marcílio, este homem que não é cearense, mas a quem, quando Deputado Estadual, tive a honra de conceder, através de um projeto de lei, a cidadania honorífica do Ceará; a Professora Eunice, uma heroína, a qual mantém, no Ceará, com o maior sacrifício, digamos assim, o Instituto Pestalozzi; e Eleazar de Carvalho, cearense de Iguatu que tem na verdade honrado o Brasil no exterior, como maestro exímio. Conheci-o bastante, regendo a Orquestra Sinfônica Brasileira. Daí, nada mais justo que essa atitude da TV Verdes Mares, em homenagear esses personagens dignos, o que vem de ser feito agora, pela nossa tradicional Televisão cearense, com essa homenagem que sensibiliza a todos.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) —** Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Almir Pinto, pela solidariedade que empresta às escolhas procedidas pela TV Verdes Mares àqueles que serão este ano agraciados com a "Sereia de Ouro".

Concedo o aparte ao nobre Senador José Lins.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE) —** Nobre Senador Mauro Benevides, já se torna uma tradição cultural no Ceará a festa da TV Verdes Mares todos os anos realizada pelo industrial Edson Queiroz. Este ano, como V. Ex<sup>a</sup> vê, a festa se reveste de especial brilhantismo pela escolha dos nomes que são levados a receber a "Sereia de Ouro". Homens que merecem a admiração de todo o Estado e, alguns deles, de todo o País. V. Ex<sup>a</sup> citou os homenageados: um industrial que tudo tem feito pelo desenvolvimento do nosso Estado; D. Eunice Damasceno, cuja ajuda ao Ceará tem sido objeto de admiração de todos; um maestro de renome, o Dr. Eleazar de Carvalho e, este homem extraordinário que é Flávio Marcílio, Presidente da Câmara Federal e, sem dúvida, um daqueles que, politicamente, mais tem trabalhado para a normalização da vida democrática do País. Receba V. Ex<sup>a</sup> a minha solidariedade nesta manifestação que presta à TV Verdes Mares. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) —** Expresso igualmente a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador José Lins, meus agradecimentos por esta solidariedade prestada à homenagem que o Ceará tributará, através da TV Verdes Mares, a quatro ilustres conterrâneos: Flávio Marcílio, Eunice Damasceno, Ivan de Castro Alves e Eleazar de Carvalho.

Sr. Presidente, ao efetuar o registro daquele magno evento, na tribuna do Senado, com o apoio agora dos eminentes Senadores Almir Pinto e José Lins, desejo congratular-me com a direção da TV Verdes Mares e, por outro lado, cumprimentar os indicados pela justa homenagem de que são alvo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

**O SR. GABRIEL HERMES (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trago hoje ao conhecimento da Casa o que a Amazônia, mais especificamente a região dos vales do Tocantins e Araguaia, está oferecendo ao Brasil nesta fase em que nós lutamos por mais energia e também por um melhor aproveitamento das nossas riquezas minerais. Vem surpreendendo o Brasil a região Amazônica e, dentro dela, com os primeiros estudos já realizados,

mais surpresas apresentam os vales do Tocantins e Araguaia, principalmente a parte que fica dentro do meu Estado do Pará.

Sr. Presidente, os poucos estudos que foram realizados dão a dimensão do que podemos oferecer ao Brasil em termos de aproveitamento de minérios, possibilitando que o País realmente alcance a posição que merece dentro dos próximos 5 a 10 anos.

Para que se tenha apenas um retrato, Sr. Presidente, estudos concluídos no início deste ano, executados por determinação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, nos dão notícia do que se pode fazer com os minérios da Amazônia e do que se deve fazer em termos de indústrias eletrolíticas e eletrotérmicas naquela região, repito, acentuadamente, de início, nos vales do Tocantins e Araguaia.

Empresas contratadas para aqueles estudos, entre as quais o Setor de Engenharia e Planejamento da Companhia Vale do Rio Doce, nos dão notícias em três fartos volumes: num primeiro volume, faz levantamentos dos recursos e identificações de possibilidades industriais e macrolocalizações dos recursos minerais, dos recursos energéticos, da infra-estrutura de transportes, da infra-estrutura social e da identificação das possibilidades industriais daquela região.

O estudo não se limitou a mostrar o que se tem de possibilidades no setor industrial, com o aproveitamento de minérios, mas também vai além, mostrando os grandes mercados hoje carentes desses minérios, os mercados interno e externo, atingindo o aproveitamento de vários minérios relacionados, inclusive as possibilidades com a produção de gusa, de ferro-ligas de manganês e de silício metálico e ferro-ligas de silício.

Vários perfis industriais encontram-se no segundo volume, mostrando o que se tem a fazer com evaporitas, no Médio Amazonas, gusa, ferro-ligas de manganês, silício metálico, ferro-ligas de silício e outros.

No volume três, os estudos concentram-se, acentuadamente, sobre a bauxita e derivados, no Amazonas, mostrando o que de riquezas dispõe essa região em todas as partes de seu imenso território de quase 4 milhões de quilômetros quadrados.

Acentua, também, o que já se explora da bauxita, em várias partes, cuja industrialização centraliza-se no Pará, no Município de Barcarena, mostrando, também, estudos sobre o manganês denominado do azul, estudos sobre o níquel, do vermelho, e, finalmente, sobre a produção de artefato de alumínio.

Esses trabalhos precisam ter continuação e divulgação, para que os homens da administração brasileira, para que aqueles empreendedores do setor industrial deles tomem conhecimento. E nós aqui estamos dando notícias, para que se veja o que de riquezas nos oferece a Amazônia, no setor de minérios.

Surpreendem, Sr. Presidente, as riquezas minerais da Amazônia. Elas, por si só, dão as dimensões do que pode vir a ter um País como o nosso, dentro deste mundo carente de matérias-primas para que se mantenham com mais facilidades as grandes populações que crescem e que alcançarão, Sr. Presidente, no ano 2.000, um número possível de 6 a 7 bilhões de habitantes. É realmente confortador verificar o que apresenta a Amazônia.

E falamos no ferro, do da Serra dos carajás, e vemos que as maiores preocupações são no sentido de exportá-lo em bruto, ao preço que poderemos dizer vil, de 20 dólares a tonelada, para isso tendo que fazer uma infra-estrutura caríssima a de Transportes do via Férrea, além daquelas que exigem as instalações junto às minas de ferro de Carajás. Esse sistema de exportação continua num avanço que nós não apoiamos, querer-se construir uma estrada de ferro de mais de 850 quilômetros, para exportar, na sua ponta, o ferro em bruto, principalmente, para o Japão a 20 dólares a tonelada. Muitos técnicos, grupos de engenheiros, várias vezes têm reclamado e advertido para o erro dessa tentativa, mostrando os inconvenientes de se empregar cerca de 3 bilhões de dólares nessa ferrovia, que não sabemos se alcançará o seu fim, iniciada que foi de qualquer maneira pela Vale do Rio Doce, para um transporte de um produto de preço vil no mercado internacional.

Paralelamente, Sr. Presidente, outros se interessam e, num desejo de ajudar a Nação e de ajudar a administração, procuram modos e meios de que se exporte aquilo que se produz de forma mais inteligente. Lembram como beneficiar o ferro para uma exportação a preços que realmente compensem o esforço em levar do nosso País pedaços do solo, porque quando saem os milhões de toneladas de ferro em bruto são pedaços do País que vão e não voltam mais, por um preço vil que não atrai, que não dá entusiasmo.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

O SR. GABRIEL HERMES (ARENA — PA) — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Meu ilustre colega, é sempre um enorme prazer ouvi-lo na tribuna, porque V. Ex<sup>a</sup> se caracteriza, neste plenário, pela magnitude dos temas que nos traz. É a potencialidade da sua Amazônia; é a navegabilidade dos rios da região; é a ocorrência mineralógica daquela vastidão; é o problema da borracha — eis os temas que V. Ex<sup>a</sup> costuma percutir nesta Casa. É, portanto, um verdadeiro contraste entre a concepção de V. Ex<sup>a</sup> de como ajudar o Brasil e a concepção de certos tecnocratas que querem ajuda-lo através da oficialização do "jogo do bicho", pela instituição recente de uma Zooteca, ou que nome venha a ter, esquecidos eles de que o jogo não leva a felicidade a ninguém. Se traz — algum alívio a um ou dois, mergulha em aperturas a milhares, ou mesmo a milhões. — *Bonum ex malo non fit* — do mal não pode se esperar nenhum bem — este é o conselho de Sênea, do qual muitos estão esquecidos. Ignoram também, e pouco caso fazem disso, que o brasileiro, para cada 9 cruzeiros de renda líquida, tem um endividamento de 10 cruzeiros, conforme apontou, recentemente, a Carta Econômica do Banco Real. Portanto, esses tecnocratas empedernidos bem podiam vir às galerias deste plenário para ouvir o nobre Senador Gabriel Hermes e aprender outra maneira de ajudar o País: a maneira que V. Ex<sup>a</sup> o tenta. Muito obrigado pela oportunidade deste registro.

O SR. GABRIEL HERMES (ARENA — PA) — Eu é que agradeço, nobre Senador, e permita que diga, respeitável Senador, pelo aparte tão oportuno e honroso de V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando me aparelhei para viajar à Alemanha, convidado que fui, procurei levar, além dos assuntos que objetivavam a viagem, alguns de interesse do nosso País e, acentuadamente, da grande Região Amazônica. Coloquei entre as minhas preocupações, e pude satisfazer dentro do possível, adquirir conhecimentos para aqui trazer, de como aproveitar melhor as grandes reservas de ferro da Serra dos Carajás, e para isso fiz contatos antecipados e os completei no grande País germânico.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que não me encanta nem me atrai e vejo, às vezes até, com certa inquietação, o ferro sair do Brasil ao preço, repito, vil, de vinte dólares a tonelada, depois de tantas despesas que ocasiona com a sua mineração, com o seu transporte. E apesar de continuados apelos, nunca conseguimos que a Companhia Vale do Rio Doce nos desse o custo líquido final entre o preço do ferro que exporta, as despesas, de mineração e transporte e finalmente, o que fica de fato para o País.

Carvão. É um elemento de que precisávamos para beneficiar o ferro, para podermos exportá-lo por um preço acima do preço vil com que ele vai bruto, exportado com as suas impurezas.

Lembro-me de que, em 1946 depois de, ter visitado Altamira, o Xingu, e o rio Fresco, que ali apanhei uma pedra de carvão nas margens daquele rio onde industriais pequenos e comerciantes da Cidade de Altamira me fizeram chegar, para mostrar a existência de carvão na região do rio Fresco.

Em 1951, quando da posse do Senhor Presidente Getúlio Vargas, pela última vez, na visita que lhe fiz com outros industriais, ofereci a Sua Excelência a pedra de carvão mineral, dizendo de quem recebera e onde recolhera, e tendo a admiração do Presidente, que a guardou na sua sala de trabalho até enquanto ali esteve, e, no último dia, despediu-se não apenas da Presidência do nosso País, mas deste Mundo.

Sobre esse carvão, Sr. Presidente, temos tentado, numerosas vezes, que se estude pensando em seu aproveitamento, sobretudo depois que se verificaram as grandes jazidas de ferro existentes na Zona dos Carajás.

Várias vezes, tivemos contato com Ministros de Estado e com o Superintendente da SUDAM, Hugo de Almeida, e já com o atual, e acompanhamos as medidas tomadas por aquele órgão, para fazer os levantamentos, as pesquisas, tudo que se refere ao carvão do rio Fresco que se encontra neste estudo, que será por nós transcrito como parte da nossa apresentação desses trabalhos, hoje.

O estudo, Sr. Presidente, repito, obedeceu a um convênio entre o Banco de Crédito da Amazônia, a SUDAM — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — sendo o órgão de pesquisas a Rio Doce Engenharia e Planejamento, e dá várias e necessárias notícias, como algumas transcrevemos e outras comentamos.

"A ocorrência de carvão na ilha do Barreiro, no rio Fresco, foi visitada por vários geólogos, e tem sido citada com certa frequência na literatura.

Amostradas de afloramento de carvão, coletadas por esses técnicos, apresentam uma análise discordantes, predominando, contudo, resultados satisfatórios."

Seguem-se as citações:

"As possibilidades de existência de até quatro camadas de carvão, que podem atingir a espessura individual de um metro e meio e mais, de um perfil estratigráfico de 80 metros."

O estudo cita que o carvão amostrado tem teor baixo em enxofre, baixo em porcentagem de cinzas, baixo em conteúdo de matérias voláteis, mas repetidamente que os estudos mostram-se com resultados satisfatórios para o seu aproveitamento.

Isto foi feito, Sr. Presidente, quando começava a se acentuar no Brasil a crise energética e uma necessidade de busca de tudo que pudesse ser útil, no sentido energético, e, ainda, objetivando a industrialização do ferro da serra dos Carajás.

As análises que farão parte de nosso discurso, Sr. Presidente, dão detalhes para aqueles que desejem estudar e conhecer a matéria. Os estudos, também, apesar da pobreza, assim classificando, dos órgãos de estudo do meu Estado, obedeceram a observações e técnicos do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, o IDESP — que fez convênio com a Comissão de Plano e Carvão Nacional.

O programa da SUDAM, que também teve a colaboração do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, mostra a extensão, as possibilidades, o que pode significar para o desenvolvimento do País e melhor aproveitamento do ferro da Serra dos Carajás, o carvão do rio fresco.

Tudo, inclusive o regime geológico, foi feito, atingindo uma vasta faixa da região do rio Fresco, porém ainda insuficiente para que se chegue a um resultado final.

Diz o estudo que a formação do rio Fresco tem uma espessura estimada de 2.000m, e que esta seqüência sedimental apresenta rochas pouco resistentes à erosão, desdobramentos suaves e direção variáveis. Quanto aos depósitos de ferro e também de manganês, de níquel, de cassiterita, ouro, quartzo, filoniano, diz o trabalho que são melhores, e, ainda, boas as perspectivas para encontrar cobre.

Veja, V. Ex<sup>a</sup> como um estudo leve, orientado sobretudo pelo órgão responsável pelo desenvolvimento de grande parte da região Amazônica — SUDAM — vem, pouco a pouco, esclarecendo e mostrando como as riquezas na região Amazônica se oferecem, esperando apenas a iniciativa que deve ser audaciosa, que deve ser corajosa, do homem brasileiro e, sobretudo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, da iniciativa de todos os brasileiros.

Quando daquelas pesquisas, o pessoal do IDESP, órgão de estudo do meu Estado, achou que a área circunvizinha da Ilha do Barreiro, no rio Fresco, é privilegiada para o estudo do carvão em subsuperfície. E cita até que, na ilha, ocorre afloramento importante, de modo que foi desenvolvido um programa de seis sondagens ao seu redor.

Esses estudos, não tiveram continuidade, porém faremos transcrever na sua íntegra o que conseguimos porque é preciso que o Brasil os conheça.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, que, no meu dever de fazer conhecido esses fatos pelos brasileiros, pelos órgãos responsáveis, ainda na última quinta-feira estive com o Sr. Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals. Dei conhecimento a S. Ex<sup>a</sup> desses estudos. Fiquei de entregar, e o farei amanhã, esses trabalhos. E encontrei do ilustre Ministro, realmente cheio de boa vontade em acertar, o maior interesse por estes trabalhos, que são da maior significação para um melhor aproveitamento das riquezas da região do Tocantins.

As conclusões do estudo, Sr. Presidente, e as sugestões dizem:

"Sugere-se que sejam dadas prioridades à aberura de cachimbos e poços juntos aos afloramentos, com vistas a uma melhor amostragem do carvão do rio Fresco e representativo das camadas correspondentes, como as propostas pela CPRM.

Este programa deve interessar maior número possível de afloramentos, para caracterizar bem as diversas camadas de carvão; deve, também, produzir amostras para ensaios tecnológicos, com o propósito de melhorar a qualidade do produto final."

Ainda diz o estudo:

"Que, ao invés de sondagens, largamente distribuídas, é aconselhável seções de furos transversais à orientação geral das camadas, de modo a cortar todos os extratos da formação do rio Fresco."

Como vêem V. Ex<sup>as</sup>, foi um trabalho realizado, repito, com recursos da SUDAM e do BASA, Banco da Amazônia, todo ele enriquecido de mapas, demonstrando os locais que foram estudados, que foram perfurados, e todo ele chamando a atenção para a riqueza que ali se encontra à espera da força e inteligência do homem brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tinha eu notícias de que havia observações de técnicos de outros países atingindo aquela localidade do Pará, no rio Fresco, onde se encontra o carvão. Nós mesmos, numa das nossas últimas visitas, no final do ano passado, àquela região, encontramos ali técnicos de empresas de outros países, fazendo diversas pesquisas porque a região é rica de minérios e cheia de atrativos para os que têm conhecimentos, para os que buscam minérios neste mundo carente de minérios. E quando agora da minha permanência na Alemanha, Sr. Presidente, tendo pedido a nossa embaixada que me facilitasse certos contatos, ali encontrei engenheiros com os quais mantive as conversações que necessitava e que não se limitaram apenas a conversas: ofereceram-me trabalhos leves e levaram-me a visitar as minas de carvão da Alemanha para que tivesse eu conhecimento de que o carvão, mesmo fraco — tiveram oportunidade de me informar — mesmo o mais fraco do que aquele do rio Fresco, era aproveitável.

Sr. Presidente, no caso do carvão do rio Fresco que fica, acima da Serra dos Carajás, onde se encontra a maior mina de ferro do Brasil, e uma das maiores do mundo, é uma matéria-prima a ser aproveitada para que como vi na Alemanha, nós não exportássemos apenas a matéria-prima pelo preço vil de vinte dólares por tonelada, em média, mas o produto industrializado. Há ainda que ressaltar que esse minério terá que descer lá da mina, ou que será mais sensato, pelo rio Tocantins, hoje com um porto e com um rio praticamente já quase navegável numa distância de 300 quilômetros, ou por esta ferrovia que insiste em construir a Vale do Rio Doce, de 850 a 900 quilômetros por três ou mais bilhões de dólares.

Que dizem os técnicos alemães Sr. Presidente? Vou dar notícias para encerrar este pronunciamento. Numa carta muito cordial de 17 de julho, que pertence ao meu depoimento aqui da tribuna, refere-se diretamente ao material que se denomina carvão. A carta vem sob a responsabilidade de um dos engenheiros diretores da Kraftwerke Union Aktiengesellschaft, da Alemanha, com quem mantive contato, que é o engenheiro Hans Waldmann. Ainda não satisfeito, anexou um pequeno bilhete, muito cordial pedindo que gostaria de rever-me e que eu não deixasse de chamar a atenção para os minérios da Serra dos Carajás, que merecia melhor aproveitamento, para que não jogássemos fora as riquezas que possuíamos e que podiam ser melhor aproveitadas.

Ainda, Sr. Presidente, num leve estudo que fiz traduzir, diz o engenheiro alemão que a região da Serra dos Carajás, no Sul do Estado do Pará, é caracterizada por um grande número de ocorrências minerais. Entre as mais importantes ocorrências dessa área, destacam-se o minério de ferro, composto de, aproximadamente, 98% de hematita, com uma reserva superior a 10 bilhões de toneladas.

Cita, ainda, todas as riquezas ali esperando por melhor aproveitamento: da bauxita, do manganês, do níquel e, não desprezíveis, a do cobre.

Diz também, que a lavra e exportação de minérios são dificultadas, no entanto, pela distância relativamente grande entre essa região e a costa, cerca de 900 quilômetros por terra, e lá de longe, destaca: uma possibilidade alternativa seria o escoamento do minério por via fluvial, via Tocantins, através do porto de Belém.

Parece desconhecer o ilustre engenheiro alemão que estamos construindo um porto pouco acima de Belém, em Barcarena, com a capacidade talvez para navios acima de 100 mil toneladas.

Segue em considerações, destacando que o carvão do rio Fresco, embora não tenha sido bem estudado, pelos detalhes apresenta uma reserva superior a 1 milhão de toneladas; apresenta um alto teor de cinzas e poderia, pois, a sua separação ser utilizada como fonte de energia ou ser empregado como gás de redução, por um processo de gaseificação.

E sobre o processo anexou um esquema, oferecendo-se, em nome da empresa que dirige, que não é outra senão a mesma que completa o nosso Acor do Nuclear, sob o título: "Possibilidades para o Aproveitamento do Carvão".

Diz ainda, ao final:

"É necessário um estudo melhor, que poderíamos fazer com os órgãos da região, com universidades, dos Estados e com os homens empreendedores, os empresários do País."

Como vêem V. Ex<sup>as</sup>, Sr. Presidente, e a Casa, eu não podia deixar de dar conhecimento desta matéria. Temos um rio de fácil transporte, o Tocantins, talvez carvão em abundância, ferro se oferecendo e, ainda, próximo, para um melhor aproveitamento, como citam os técnicos alemães, o manganês para a industrialização do ferro. Ainda fazem referência direta à produção de gás de aquecimento, não apenas com carvão, mas aproveitando a grande riqueza em volta, Sr. Presidente, que seriam as centrais elétricas de Tucuruí, a xisto betuminoso, já que tudo se encontra, em volta da região da Serra dos Carajás.

Sr. Presidente, irei levar ao Sr. Ministro das Minas e Energia, depois do encontro que tiver com S. Ex.<sup>a</sup> sobre este assunto, todo este material. Irei levá-lo também, em audiência que irei solicitar, ao Senhor Presidente da República. E com isso, Sr. Presidente, estou apenas cumprindo com o meu dever de mostrar aos homens que têm responsabilidade pelo nosso País, que o governam, do Executivo, que temos riquezas abundantes e que devemos tudo fazer para não exportar somente, por 20 dólares, a tonelada, o ferro em bruto das imensas minas de Carajás, mas beneficiado, como dizem homens brasileiros que o estudaram e, lá fora, esses engenheiros da empresa poderosa a que me refiro, da Alemanha. É assunto, Sr. Presidente, que reputo da mais alta importância.

Esse aproveitamento dará ao Brasil a grande abertura de recursos de que ele precisa, porque, dessa industrialização virão os recursos necessários para oferecermos um melhor padrão de vida ao nosso povo, como têm os povos que industrializam as suas, matérias-primas e as nossas que estão. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GABRIEL HERMES EM SEU DISCURSO:**

BASA — BANCO DA AMAZÔNIA S.A.  
SUDAM — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA  
AMAZÔNIA

**CARVÃO DO RIO FRESCO**

**Sugestão para um Programa de Pesquisa**

Rio Doce — Engenharia e Planejamento S.A.

**Introdução**

A ocorrência de carvão na ilha do Barreiro, no rio Fresco, foi visitada por vários geólogos e tem sido citada com certa frequência na literatura. Amostras de afloramentos de carvão coletadas por esses técnicos, apresentam análises discordantes, predominando, contudo, resultados satisfatórios. Cita Suszczynski a possibilidade de existência de até quatro camadas de carvão, que podem atingir espessura individual de 1,5 metros e mais, em um perfil estratigráfico de 80 metros de potência. Cita, ainda, que o carvão amostrado tem teor baixo em enxofre, baixa porcentagem de cinza (entre 12 e 20%), baixo conteúdo de matéria volátil (menos de 5%) e um poder calorífero acima de 4.300 calorias. Uma compilação feita pelo RADAM das dezessete análises existentes acusa os seguintes teores máximos, médios e mínimos, por componentes:

|                                    |       | Teor máx. | Teor mín. | Teor médio |
|------------------------------------|-------|-----------|-----------|------------|
| • Umidade .....                    | %     | 5,4       | 1,8       | 4,3        |
| • Cinzas, base seca .....          | %     | 55,2      | 17,0      | 32,2       |
| • Matéria volátil, base seca ..... | %     | 11,6      | 1,4       | 4,7        |
| • Carbono fixo, base seca .....    | %     | 74,7      | 39,8      | 60,4       |
| • Enxofre, base seca .....         | %     | 3,6       | 0,3       | 1,6        |
| • Poder calorífero .....           | cal/g | 6.250,0   | 3.250,0   | 5.166,0    |
| • H, base seca .....               | %     | 1,9       | 1,2       | 1,5        |
| • O, base seca .....               | %     | 6,0       | 4,0       | 5,0        |

A fase de escoterismo foi seguida no fim da década passada por um estudo mais sério deste carvão, executado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, mediante convênio com a Comissão do Plano do Carvão Nacional, CPCAN.

Como parte do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, o Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM mandou executar, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, um extensivo trabalho de geologia de superfície com vistas ao carvão do rio Fresco.

Esses trabalhos, apesar dos penosos sacrifícios impostos aos seus executores pela inospitalidade da região, não lograram uma confiável definição dos jazimentos de carvão.

Impõe-se a realização de novos trabalhos de pesquisa, que serão analisados mais adiante depois de examinados os resultados dos relatórios dos dois organismos citados.

Com o fim de tornar mais clara a presente exposição, será feito, a seguir, um pequeno sumário sobre o ambiente geológico da área.

**Resumo Geológico**

O Grupo Tocandera de rochas do Pré-cambriano Médio assenta discordantemente sobre o Complexo Basal. Esse Grupo inclui formações ferríferas e quartzito-arenitos, destacando-se aí os importantes depósitos de minério de ferro de Carajás. Na faixa de contato com o Complexo Basal e anteriores às formações sobrejacentes, são citadas ocorrências de rochas básico-ultrabásicas.

Recobrimo diretamente o Grupo Tocandera, repousa a Formação Rio Fresco do Grupo Uatumã. Ela é constituída de arenitos, arcóseos, siltitos e folhelhos, podendo apresentar zonas com fácies altamente carbonosas. Existem positivamente identificadas pelo menos duas camadas de carvão, uma no Membro Superior e outra no Inferior. A Formação Rio Fresco tem uma espessura estimada de 2.000 metros. Esta seqüência sedimentar apresenta rochas pouco resistentes à erosão, dobramentos locais suaves com direções variáveis, sendo, contudo, intensamente fraturada nas direções preferenciais WNW e NNE, formando blocos em diversas altitudes com relação aos planos de falha.

A Formação Sobreiro do Grupo Uatumã recobre a Formação Rio Fresco e representa extenso vulcanismo ácido a intermediário, constituído principalmente de riolitos, granófiros, dacitos e andesitos.

A parte superior do Grupo Uatumã é constituído pelo Granito Velho Guilherme, que representa um magmatismo plutônico-hipoabissal. Este granito é comumente mineralizado com cassiterita.

Repousando discordantemente sobre o Grupo Uatumã ocorre a Formação Gorotire, constituída por arenitos feldspáticos variegados e arenitos conglomeráticos. É muito frequente a presença de corpos de rochas básicas, diabásios e outras, cortando essas formações.

Cumprir acentuar a importância da atividade ígnea na região, que vai do Pré-cambriano Inferior até o Superior B (Gorotire), graças a qual encontram-se nesta e nas áreas circunvizinhas importantes depósitos de ferro, manganês, níquel, cassiterita, ouro, quartzo filoniano, e boas perspectivas para cobre. Esta atividade magmática se fez sentir também no carvão, que sofreu uma espécie de destilação com eliminação de parte substancial de sua matéria volátil, passando a ser um semi-antracito ou um carvão betuminoso de baixo teor de voláteis.

Finalmente, existem na região pequenas áreas de material concrecionário laterítico do Terciário.

**As Pesquisas do IDESP e da CPRM**

O pessoal do IDESP achou a área circunvizinha da ilha do Barreiro, no rio Fresco, privilegiada para o estudo do carvão em subsuperfície. Na ilha ocorre afloramento importante, de modo que foi desenvolvido um programa de seis sondagens ao seu redor. Destas sondagens apenas a B0-1 cortou dois leitos de carvão, um de 38,85 até 39,18 metros de profundidade e outro de 40,03 até 43,01 metros, correspondente a 2,85 metros de carvão interceptado pela sondagem. Admitindo mergulho constante entre os poços B0-1 e B0-2, este último não foi profundo bastante para atingir a camada de carvão. Não é de admirar que os outros quatro furos não tenham atingido o carvão, em face da espessura de mais de 2.000 metros de Formação Rio Fresco. Amostras de afloramentos e do testemunho de sondagem deram os seguintes resultados:

| Amostra                               |       | 70/1.1  | 70/1.2  | 70/2.   |
|---------------------------------------|-------|---------|---------|---------|
| • Umidade higroscópica .....          | %     | 3,1     | 3,3     | 1,8     |
| • Cinzas b.s. ....                    | %     | 47,6    | 47,3    | 55,2    |
| • Matéria volátil b.s. ....           | %     | 3,9     | 4,2     | 3,1     |
| • Carbono fixo b.s. ....              | %     | 48,5    | 48,5    | 41,7    |
| • Enxofre b.s. ....                   | %     | 3,2     | 3,6     | 3,5     |
| • Poder calorífico superior b.s. .... | cal/g | 3.910,0 | 3.995,0 | 3.241,0 |

As amostras de afloramento são as de número 70/1.1 e 70/1.2 e a de testemunho a 70/2.

A pesquisa realizada pela CPRM encontrou onze afloramentos de carvão no Membro Inferior da Formação Rio Fresco, acusando em média 35% de carbono fixo, 60% de cinzas a 2.600 calorias-grama. Dois afloramentos do Membro Superior, que deram 60% de carbono fixo, 35% de cinzas e 5.000 calorias/grama, são situados na ilha Barreiro.

A Formação Rio Fresco cobre uma área de 5.250 km<sup>2</sup>, segundo a CPRM, com reservas geológicas possíveis de 4.157 x 10<sup>6</sup> toneladas de carvão,

sendo 3.150 x 10<sup>6</sup> referentes ao Membro Inferior, e 1.007 x 10<sup>6</sup> calculadas para o Membro Superior (de melhor qualidade), das quais cerca de 50% ficam em áreas onde a Formação Rio Fresco é recoberta pela Formação Gorotire.

A Formação Rio Fresco tem espessura da ordem de 2.000 metros, razão pela qual a CPRM programou uma segunda fase de pesquisa por sondagem estratigráfica de até 500m, que poderiam cortar outras camadas de carvão porventura existentes. Este plano de pesquisa, como mostra o Mapa Geológico anexo, consta de 2.000 metros de sondagens, quatro furos, ao longo do rio Trairão, mais outras quatro, totalizando também 2.000 metros de perfuração, na área do rio da Ponte, e mais oito, perfazendo 4.000 metros na área do rio Fresco, ou seja, na parte central da sinclinal que aí ocorre.

Como a amostragem do carvão foi superficial, a CPRM, reconhecendo que os afloramentos devem estar intemperizados em menor ou maior extensão, está aconselhando a execução de uma série de poços até 12 metros de profundidade junto aos afloramentos, com o fim de amostrar faces frescas do carvão, como uma etapa anterior às sondagens.

O que deve ter acontecido com os afloramentos do rio Fresco pode bem ser exemplificado pelo que ocorre em Santa Catarina, onde eles foram decompostos, com eliminação do carvão, restando como rochas residuais argilitos e siltitos. Na ausência do carvão o afloramento é reconhecido pela *facies* residual do forro, da quadração, do Barro-Branco e do banco, que são os leitos componentes da camada de carvão. O afloramento dá um produto pouco carbonoso e, em consequência, com muito mais cinza do que o carvão fresco. Em mineração a céu aberto é usual abandonar uma faixa de 2 a 3 metros de largura, paralela ao afloramento, constituída de carvão intemperizado e sem condições de aproveitamento.

#### Conclusões e Sugestões

Uma primeira ilação a tirar do exposto é que os dados analíticos disponíveis do carvão não representam sua real qualidade. O testemunho cortado pelo furo B0-1 é a melhor amostra e a mais representativa, entretanto em face da ausência de informação sobre a porcentagem recuperada e de uma descrição detalhada de sua composição, além do que representa apenas um ponto, pouco significa com respeito ao carvão da região.

O plano de sondagem sugerido pela CPRM, dado o largo espaçamento entre furos, não dará informação sobre a estrutura das camadas de carvão e, por outro lado, criará problemas de interpretação estratigráfica das camadas porventura cortadas.

*Sugere-se, neste parecer que seja dada prioridade à abertura de cachimbos e poços junto aos afloramentos, com vistas à amostragem de carvão fresco e representativo das camadas correspondentes, como proposto pela CPRM. Este programa deve interessar o maior número possível de afloramento, para caracterizar bem as diversas camadas de carvão. Deve também produzir amostras para ensaios tecnológicos, com o propósito de melhorar a qualidade do produto final.*

Os estudos ora em execução pela RDEP irão mostrar, oportunamente, que na região próxima a Marabá existem excelentes oportunidades de implantação de um pólo importante de indústrias eletrotérmicas. Há, efetivamente, a real possibilidade de se abastecer esse pólo com carvão vegetal, oriundo do desenvolvimento de projetos agropecuários na região, por um período bastante longo, mas, sem dúvida, a existência de disponibilidade de centenas de milhões de toneladas de carvão mineral, utilizável como insumo neste pólo, constitui importante suporte à sua viabilidade. Justifica-se, pois, o desenvolvimento de um nível mais elevado de conhecimentos sobre o carvão do rio Fresco.

Em face às últimas considerações é aconselhável desenvolver, a nível de obra governamental, um programa de sondagem que, somado aos dados de poços e cachimbos, permita um bom julgamento deste depósito de carvão. *Ao invés de sondagens largamente distribuídas é aconselhável executar seções de furos transversais à orientação geral das camadas, de modo a cortar todos os estratos da Formação Rio Fresco. Duas destas seções são indicadas por atenderem esta condição e pela maior facilidade relativa de sua execução, como mostra o mapa geológico anexo, uma partindo de Gorotire para o sul, ao longo do rio Fresco, cortando os Membros Superior e Inferior da Formação Rio Fresco, e a outra cortando os mesmos Membros ao longo do igarapé Cachoeira, afluente do rio Trairão. O mesmo grupo do trabalho encarregado de abrir poços e trincheiras junto aos afloramentos de carvão, poderá colaborar na preparação dos perfis geológicos em que deverá ser lançado o plano de sondagem.*

*O número de furos de sonda e o seu espaçamento serão determinados a partir das informações obtidas quando da abertura dos cachimbos e poços anteriormente mencionados.*

Essa pesquisa, ao seu final, propiciará ao governo, informações amplas e seguras acerca da qualidade do carvão do Rio Fresco e da estrutura do depó-

sito. Ter-se-á, então, condições de se determinar, com fundamento técnico, o tratamento a ser dispensado a esse recurso mineral.

É importante assinalar, que numa situação de crise energética como a que vive presentemente o mundo e, particularmente, o Brasil, não se deve ignorar, o potencial que representa o carvão do Rio Fresco.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — Sr. Presidente, peço a palavra, por delegação da Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, que falará por delegação da Liderança do MDB.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR.** Por delegação da Liderança do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou trazendo ao conhecimento desta Casa um documento da mais alta importância e alcance. Que documento é este? É uma proposição da Igreja para que haja, no País, uma revisão completa dos métodos e dos meios até aqui utilizados e que resultaram nesse regime altamente concentracionista. A própria Igreja informa que nesse trabalho recorreu ao estudo e à experiência técnica do IBRADES e seguramente deu a esse Instituto as coordenadas, a fim de que esse documento finalmente viesse a lume. Ele está na íntegra hoje, no "Correio Braziliense", e Sr. Presidente, é um documento de profunda e elevada indagação.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Com muito prazer.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Senador Leite Chaves, eu realmente me detive hoje na apreciação desse documento preparado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Trata-se de uma manifestação da maior importância sobre o momento social brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em trazê-lo para apreciá-lo da tribuna e, naturalmente, suscitar aquele debate que a relevância do tema, logicamente, possibilitará entre V. Ex<sup>a</sup> e os outros integrantes desta Casa.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Exato! Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e o documento será transcrito para servir de debate, nesta Casa. É um documento de uma Igreja renovada. Não é mais a Igreja que, ao longo dos anos, serviu à classe dominante — é da Igreja de hoje que substituiu as poltronas alcatifadas, para a cura do peso de consciência dos exploradores, para substituí-las pelos bancos de madeira, para o repouso dos homens que lutam, realmente, em favor do povo! É a Igreja que reflete aquela tendência de Bispos como Dom Helder Câmara, Dom Casaldaglia, ou Lorscheider — D. Arns de São Paulo; é a Igreja hoje unida na preocupação deste fato agressivo que é a realidade brasileira.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Com o maior prazer, nobre Senador Marcos Freire. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Nobre Senador, o documento da Igreja do Brasil, vem à luz, 48 horas depois da Bancada dos Srs. Senadores do MDB ter aprovado diretrizes de política econômica e social para o Brasil. Embora entre esses dois fatos não haja nenhuma correlação de causa e efeito, mas, a coincidência da divulgação de ambos, me parece bastante simbólica, e, ao mesmo tempo, expressiva, de uma angústia nacional por novos rumos para o Brasil.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — E a coincidência de linhas...

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — De forma que, é bom que se assinalasse este fato, porque evidencia que setores expressivos da sociedade brasileira já não se conformam em receber de mão beijada um modelo que nos foi imposto pela força e que contraria os interesses nacionais e populares deste País. E todo o espírito do documento a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, neste instante, coincide exatamente com a filosofia que inspirou aos Senadores do MDB. No momento em que o atual Presidente da República proclama a três por quatro as suas mãos estendidas para reconciliar a Nação, parece-me que nós outros estamos oferecendo à Nação algo de concreto, específico e paramentado em torno do que se pode dialogar e se pode debater sobre as grandes questões nacionais. Que o Governo, portanto, desperte para esses fatos, porque mostra que a Igreja, também, se incorpora ao movimento social, representando não apenas pelo MDB, mas pelos estudantes, trabalhadores, empresários comprometidos com os interesses nacionais e, em uníssono, pedem novos caminhos para o futuro deste País.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Muito obrigado Senador Marcos Freire. E desse documento elaborado pelo nosso partido, vim ter co-

nhecimento hoje, porque só anteontem regresssei de viagem. Realmente, guardam uma grande semelhança nos seus parâmetros e nos seus pontos fundamentais.

Veja que o documento da Igreja, o modelo social que a Igreja propõe, começa por sugerir uma revisão da política da terra e da estrutura fundiária. Todos sabemos que num País com essas proporções, em que a terra se acha extremamente concentrada, não haverá salvação. Não há regime, por mais perfeito que seja que possa mudar os sinais de marginalização em que nós vivemos. Tudo aqui começa a partir da terra: ou a democratizarmos ou tendemos a viver dias cada vez mais difíceis, assistindo a um drama cada vez mais acentuado, dos marginalizados, das mãos estendidas neste País.

Em seguida, oferece subsídios para elaboração de um plano corajoso no setor social. Tudo com base. Os fundamentos que foram melhor difundidos após a Conferência de Puebla, quando a Igreja viu que o seu dever não consistia apenas em encaminhar almas para um outro reino, tendo como dever também o de tratar das populações marginalizadas, dos sofrimentos, dos anseios humanos, no meio do qual tem ela vivido nestes últimos tempos.

Mais adiante o documento refere-se aos custos sociais, aos conflitos inevitáveis que haverá de surgir se uma reformulação não for feita de uma maneira verticalizada e urgente.

Destaca-se no documento este trecho que diz:

"As conseqüências da situação já se fazem sentir. A política está sendo corrigida à base de conflitos na medida em que outros meios de correção não foram tolerados por se revelarem ineficazes. A Igreja reconhece o valor construtivo das tensões sociais que, dentro das exigências da justiça contribuem para garantir a liberdade de direito, especialmente dos mais fracos."

E mais adiante:

"Note-se, entretanto, que o custo social dos conflitos será inevitável, enquanto não se enfrentar o custo social ainda maior da concentração da riqueza."

"No Brasil existe fome, subnutrição, como vem sendo revelado, dramaticamente, pelas pesquisas do IBGE. E nem por isso a dívida externa diminui."

Mais adiante:

"Diante dessa situação uma conclusão parece se impor: a revisão da política econômica deve ser orientada no sentido de investir no homem, de criar condições de valorização do capital humano. Esse deveria ser o critério decisivo da revisão que se apresenta não só como necessária mas urgente."

Mais adiante:

"Nenhuma democracia pode resistir às tentações totalitárias, se não se apoiar no próprio povo, pela satisfação de suas carências e pelo atendimento de suas legítimas aspirações."

Mais adiante:

"Em 78, porém, ainda estávamos muito longe do nível de 1964. Com o salário mínimo atual, não se pode adquirir mais de 70% do que se adquiria com o salário mínimo de 1964."

Mais adiante:

"Não se pode censurar de irresponsabilidade aqueles que protestam contra um estado de coisas do qual não tiveram nenhuma responsabilidade, fruto de decisões nas quais não tiveram nenhuma participação."

A presença, Sr. Presidente, da Igreja de maneira direta, consciente, é um fator novo de grande importância no País.

Tenho certeza de que conscientizada como está hoje, a Igreja jamais se prestaria a estimular as senhoras rezadoras para em São Paulo darem abertura àquele Movimento de 1964. Uma igreja politizada e consciente é fator também de segurança e tranquilidade. A voz da Igreja nunca careceu de ser tão ouvida quanto desta vez, porque é a primeira vez que ela fala uma linguagem clara. Temos até a convicção de que na Nicarágua os sofrimentos seriam muito maiores, mais dolorosos e mais persistentes, se não fosse a participação efetiva da Igreja.

A Igreja, hoje, é uma aliada do País, de suas classes sociais marginalizadas. Ela fez uma extraordinária opção entre o povo e as forças exploradoras, entre o País e os organismos sinistros como o CCC, como o Esquacrão da Morte, como a FEP, ela preferiu o caminho da liberdade, na certeza de que

não havia outro caminho, outra alternativa senão a abertura, não apenas uma abertura democrática, uma abertura formal, mas uma abertura de perspectivas econômicas, a democratização dos meios de produção, a possibilidade de se assegurar ao homem essas alternativas, e não apenas essas de se tornar mais rico se nascer num meio de afortunados e de se tornar extremamente miserável se nascer nesta onda de marginalização que açambarca 80% do País.

A voz da Igreja carece ser ouvida; o documento é do mais alto valor, da mais alta importância na atualidade.

De forma, Sr. Presidente, que, incorporando ao meu discurso, transcrevendo-o nos Anais do Congresso, espero que marquemos aqui um momento de alta elevação política, e que este documento possa servir para a reflexão e para debates valiosos e aprofundados, porque ele parte de organismo de grande sabedoria, de grande responsabilidade, e que hoje, em razão da realidade dura em que vivemos, passou a enxergar os fatos sociais, a realidade brasileira através de outras frestas de luz, de outros padrões de democratização política. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

##### O MODELO SOCIAL QUE A IGREJA PROPÕE

"Subsídios para uma política social", é o estudo destinado a ajudar a compreensão da crise atual, oferecendo sugestões para superação, que a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, encomendou ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social — IBRADES, e que na semana passada foi encaminhado às lideranças políticas e de classe.

Basicamente, a Igreja se coloca lado a lado dos governantes, empresários e demais classes da nossa sociedade, buscando, através de sugestões, promover a redução, urgente, dos desníveis materiais e culturais entre classes e regiões brasileiras.

A Igreja propõe uma séria revisão da política da terra e da estrutura fundiária, no sentido de garantir, de imediato, a permanência na terra daqueles que nela trabalham, pelo assentamento dos milhões de famílias sem terra, sustentando o processo de expansão acelerada de um capitalismo agrário, dando condições jurídicas e financeiras para a produção de alimentos de base aos pequenos produtores, proprietários ou não, a fim de evitar a proletarianização da mão-de-obra rural e a exploração da mão-de-obra dos boias-frias.

Convicta de que chegou o momento de questionamento, a Igreja já sugere uma modificação no desenvolvimento que inspira nossa política econômica. "Nenhum modelo é perfeito ou definitivo, por isso todos precisam ser continuamente aperfeiçoados" — afirma o documento.

Oferecendo esses subsídios para a elaboração de um amplo e corajoso projeto social, a Igreja, por sua vez, procura ser fiel à vigorosa condenação, confirmada em Puebla, dos grandes sistemas e ideologias contemporâneas, do liberalismo capitalista e o marxismo, que se inspiram em humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendente. Uma, devido a seu ateísmo prático, a outra, por causa da profissão sistemática de um ateísmo militante.

Aqui, os trechos principais desse documento, que, como disse o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, se destina não só ao Governo, mas à Nação para que sobre ele haja reflexão.

##### Apresentação

Bispos da Presidência e da Comissão Episcopal da Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sentindo como muitos de nossos irmãos, a gravidade da atual situação social brasileira, decidimos solicitar a um dos organismos anexos da CNBB, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES), um estudo destinado a ajudar à compreensão da crise atual e a oferecer subsídios para sua superação.

Tendo recebido esse trabalho e depois de submetê-lo à nossa apreciação, resolvemos assumi-lo e apresentá-lo agora, com o objetivo de colaborar para a construção de uma pátria cuja grandeza consiste principalmente em promover a felicidade e a alegria de seu povo, pela redução urgente dos desníveis materiais e culturais entre classes e entre regiões. Nosso objetivo se resume assim em cooperar para uma paz social fundada na justiça.

Não há pretensões de elaborar um projeto social global. Não é nossa intenção dar lições, mas apenas despertar a consciência de todos os homens de boa vontade para algumas das mais graves exigências de uma política social. Para tanto, partimos das urgências que sentimos na nossa experiência pastoral, a qual se propõe também explicitar as implicações sociais do cristianismo cuja mensagem é nossa missão anunciar.

Partimos da consciência de que toda injustiça social tem uma dimensão ética, enquanto tem sua origem última numa situação de pecado, da qual to-

dos somos responsáveis, para a qual todos contribuimos com as mais variadas formas de nosso egoísmo e da qual podemos e queremos ser salvos pela graça do Cristo libertador.

Examinando tais problemas, sob o enfoque da justiça, especialmente da justiça devida aos mais desvalidos, temos a certeza de não estarmos tratando de assuntos apenas materiais e de não estarmos abdicando de nossa missão essencialmente evangelizadora e pastoral. Pelo contrário, não falando desses problemas que afligem nosso povo, o exercício de outros aspectos de nossa missão carcerária de credibilidade e força persuasiva e mereceríamos a condenação bíblica de falsos pastores (Cf. Ezequiel, XXXIV. 5ss). Nossa preocupação é procurar concretizar para o Brasil o grave compromisso que, com o episcopado latino-americano, assumimos em Puebla para com os pobres, a exemplo de Cristo.

#### O Desenvolvimento Brasileiro

O Brasil atravessa uma fase de transição política. Gestos concretos demonstraram, tanto por parte da nação como do próprio Estado, que terminou uma fase no processo político brasileiro e que uma fase nova deve começar. Entretanto, sabemos o que deixamos, mas não se define com clareza aonde devemos chegar, na medida em que a reforma política, que teve grandes valores positivos com a revogação da legislação de exceção, vem agora sendo equacionada em termos quase que exclusivamente de reforma partidária, esta vem sendo absorvida por estreitos cálculos de patrimônios eleitorais, sem que apareçam definições claras de programas consistentes. O que haveria de grave em tal contexto, seria o risco de se subestimar a importância de se definir um modelo político mais adequado, em favor do atendimento imediato de urgências inadiáveis.

Por outro lado, as tecnocracias oficiais se empenham num esforço de defender as prioridades estabelecidas pelo Governo, preservando a todo custo a política econômica contra as pressões que vem sofrendo das bases insatisfeitas.

A política econômica brasileira historicamente funcionou, atingindo até mesmo por vezes taxas miraculosas de crescimento, mas sempre apoiada sobre uma injustiça estrutural. Durante muito tempo a economia foi bem ou supostamente bem, e o povo realmente mal. Hoje são poucos os que podem contestar que ambos vão mal. Foi um desenvolvimento presidido por uma política, com características que exigem uma apreciação.

1ª Foi uma política que estimulou a concentração social da renda, como aparece inquestionavelmente dos dados seguintes. Estatísticas bem conhecidas mostram que em 1960, os 50%, ou seja, a metade da população mais pobre ainda participava de 17,71% da renda nacional, enquanto que aos 30% seguintes cabiam 27,92% da mesma renda, ficando para os 20% mais ricos 54,35%. Em 1970, a concentração da renda aumentava nas mãos dos mais favorecidos: os 20% mais ricos detinham 62,24%, deixando 22,85% para os 30% seguintes e sobrando apenas 14,91% para os 50% mais pobres. Em 1976, a situação se agrava: os 20% mais ricos já concentravam 67% da renda, ficando apenas 11,8% para a metade mais pobre.

As percentagens se reportam à Renda Distribuída, a segmentos da população economicamente ativa, não incluindo o grande contingente dos que não têm emprego ou que vivem de biscates ou outras formas de subemprego. Elas mostram como apenas 20% dessa população, não só concentra mais da metade da renda, como mostram também quanto essa concentração aumentou nos anos considerados. Segundo as mesmas fontes, enquanto a renda média, em cruzeiros de 1965, dos 50% mais pobres passava de 73,40 em 1960 para 140,40 em 1976, para os 5% mais ricos, no mesmo período, passava de 1.131,00 para 4.637,00. Assim, a diferença da renda dos 5% mais ricos, que em 1960 era quase 17 vezes maior do que a renda dos 50% mais pobres, passou, em 1976, a ser mais de 33 vezes maior.

Uma política que funciona sobre estruturas sociais injustas, para continuar a funcionar procura manter essas mesmas estruturas. Já agora, porém, sob a pressão dos dinamismos liberados pela abertura política e pela maior organização e capacidade de luta de setores populares, as autoridades responsáveis, em vez de se anteciparem às reivindicações, a partir de uma revisão da própria política, vão capitulando ante as exigências dos setores sociais mais conscientes, mais explorados ou mais organizados. Correm assim o risco de procurar uma aparente paz social ao preço de concessões cada vez mais contraditórias da lógica da política.

As consequências dessa situação já se fazem sentir. A política está sendo corrigida à base de conflitos, na medida em que outros meios de correção não foram tolerados ou se revelaram ineficazes. A Igreja reconhece "o valor construtivo das tensões sociais, que, dentro das exigências da justiça, contribuem para garantir a liberdade de direitos, especialmente dos mais fracos" (Puebla, 1228). Mas as correções à base de conflitos têm um alto custo social que deve-

ria ser evitado, podem deflagrar reações em cadeia que acabam por destruir as possibilidades de diálogo e de planejamento racional. Note-se entretanto que o custo social dos conflitos será inevitável enquanto não se enfrentar o custo social ainda maior da concentração da riqueza.

*As correções obtidas a preço de conflitos atendem às urgências de setores mais organizados, mas não corrigem a injustiça estrutural que afeta aos milhões daqueles que não têm condições de se organizarem em grupo de pressão.*

As correções feitas exclusivamente como respostas a pressões neutralizam os esforços tendentes a implementação de certas prioridades, que não são prioridades de um regime, mas as reais prioridades nacionais, como a superação das carências básicas da população, em matéria de alimentação, de habitação, de saúde, de educação, de segurança, a superação da crise energética, a criação de empregos para uma população com altas taxas de crescimento e urbanização. *Nossa política econômica pode se aproximar de uma impasse: qualquer estratégia adotada para enfrentar uma das prioridades, começa a gerar consequências em cadeia em outras áreas prioritárias cujo atendimento neutraliza os resultados da estratégia adotada. É o caso típico da prioridade dada ao equilíbrio da balança de pagamentos, visando ao controle da dívida externa. Produz-se para exportar, mas o Brasil, lapregado como o segundo país do mundo exportador de alimentos, é obrigado a importar alimentos básicos insuficientes, aliás, para atender as carências alimentares da população. No Brasil existe fome, subnutrição, como vem sendo revelado dramaticamente pelas pesquisas do IBGE. E nem por isso a dívida externa diminui.*

É ainda o caso típico da prioridade do combate à inflação, inspirado numa teoria perfeitamente ortodoxa, mas que na prática não funcionou e que hoje questionada diante do impasse já observado de uma inflação monetária coexistindo com a estagnação econômica. A prova gritante é o fato que a inflação disparou para níveis e para um ritmo de aceleração observados em 1963.

Para explicar o fracasso não se deve recorrer sempre, e só, à crise do petróleo. O aumento do preço dos combustíveis líquidos depende de decisões que escapam ao Brasil, que afetam a totalidade das nações não produtoras e, o que é mais grave, era um fato perfeitamente previsível, a partir de 1973.

Outra consequência prende-se a um aspecto básico, imediato, de nossa realidade: no Brasil, sua grande riqueza, a riqueza humana, não é devidamente valorizada. Tomaram conta da grande riqueza do País, a riqueza humana.

Basta considerar algumas das grandes categorias em que pode ser dividida. Até hoje não devidamente valorizada.

Uma primeira grande categoria é a dos marginalizados, daqueles que vivem à margem, produzindo o que consomem e consumindo o que produzem. Vivem praticamente fora de uma economia monetária, porque sua participação na renda nacional é tão ínfima que os exclui mesmo das formas mais elementares da participação na vida política, social e cultural da nação. Eles são aqueles milhões que constituem a massa silenciosa, impedida de se organizar para afirmar os seus direitos. Imensos recursos humanos, estão sepultados nessa massa anônima que nunca serão potenciados para o grande desafio do desenvolvimento.

Uma segunda importante categoria é a dos desempregados. É constituída por aqueles que, ou tendo emergido da marginalização através dos movimentos migratórios, ou tendo chegado à idade produtiva, batem às portas do mercado de trabalho sem conseguir entrar. Mesmo que suas taxas oficiais não sejam alarmantes, se comparadas com as de desemprego de economias desenvolvidas, elas se referem a um contingente humano numericamente considerável e que no Brasil, tem duas características agravantes. A primeira é que se trata de um potencial humano desassistido, num país como o Brasil onde não existe ainda o seguro-desemprego. A segunda é que se trata de um potencial humano em rápido crescimento, devido a três fatores convergentes: a aceleração do processo da concentração urbana pelo êxodo rural; o crescimento da geração jovem nascida em período no qual eram ainda crescentes as taxas de natalidade, o aumento do custo marginal da criação de novos empregos. O problema, que já no início da década tinha sido prenunciado, assume aspecto particularmente grave porque atinge severamente todas as classes sociais.

A terceira categoria é menos importante numericamente, mas onera pesadamente os recursos disponíveis e escassos da Nação. É a categoria dos mal-empregados, especialmente numa burocracia improdutiva, de cuja pletera são responsáveis o clientelismo político e as formas mais ou menos acintosas de empreguismo e favoritismo administrativo. O peso dessa categoria, causa e efeito da complexidade de nossa burocratização, já é objeto de atenção especial do Governo.

A quarta categoria, provavelmente a mais numerosa, é a categoria dos subempregados. Ela se estende, com maior ou menor intensidade à quase totalidade de nossa força de trabalho. É constituída por todos aqueles que não encontram emprego de tempo total, aqueles que são fraudados até no salário

mínimo, a mão-de-obra feminina e infantil explorada em fábricas, fazendas e residências particulares e aqueles que, já integrados no mercado de trabalho produzem apenas uma pequena parte do que poderiam produzir. É sobre essa categoria que pesa o maior equívoco de nossa política social. Categoria de baixa produtividade não faz jus, segundo as teorias ortodoxas, a aumentos salariais. Mas os que assim decidem parecem esquecer-se que esta categoria produz pouco porque é subalimentada, porque é torturada por transportes coletivos massacrantes, porque mora em condições que não permitem a recuperação dos desgastes diários, porque vive acuada pelo medo da violência, porque morre corroida de doenças. A verdade é que nas condições reais de vida em que se encontra, ela não pode atingir taxas de produtividade maiores do que as que dela são exigidas.

Incorporar, simplesmente, no processo produtivo maiores contingentes humanos nas mesmas condições seria apenas agravar o problema social. Partir para a política do aumento da produtividade, através de investimentos prioritariamente intensivos de capital, seria apenas aumentar os efetivos da segunda categoria.

Diante dessa situação, uma conclusão parece se impor: a revisão da política econômica deve ser orientada no sentido de investir no homem de criar condições de valorização do capital humano. Esse deveria ser o critério decisivo da revisão que se apresenta não só como necessária mas urgente.

Nenhum país pode enfrentar com êxito o desafio do desenvolvimento, permitindo-se o desperdício dos próprios recursos humanos. Nenhuma democracia pode resistir às tentações totalitárias, se não se apoiar no próprio povo, pela satisfação de suas carências e pelo atendimento de suas legítimas aspirações.

As conseqüências da política econômica, aqui explicitadas entre outras, apontam para uma mesma direção:

*Não é mais possível atenuar efeitos sem atingir as causas, não é mais possível esperar os conflitos para outorgar concessões. É indispensável que as autoridades competentes questionem a própria política, segundo a qual vem pautando o planejamento nacional.*

As considerações que precedem revelam a importância das medidas que vêm sendo planejadas, tendentes a garantir a possível estabilidade dos salários reais, como a participação efetiva nos lucros e no aumento da produtividade e a progressiva correção das distorções introduzidas num passado recente. É do conhecimento de todos a tremenda erosão sofrida pelo poder aquisitivo das remunerações recebidas pelos assalariados.

Dos dados oficiais relativos à evolução dos salários e custo de vida, se pode verificar, que os índices do poder aquisitivo dos salários caem a partir de 1965, revelando uma leve inflexão ascensional só a partir de 75. Em 78, porém ainda estávamos muito longe do nível de 1964. Com o salário mínimo atual, não se pode adquirir mais de 70% do que se adquiria com o salário mínimo de 1964.

Não há exagero em afirmar que o ilusório milagre brasileiro foi pago em grande parte pela erosão dos salários do pobre, pelo arrocho salarial por ele sofrido durante tantos anos.

A proteção dos salários reais depende basicamente da estabilidade dos preços do consumo básicos das classes desfavorecidas. Alguns países vêm adotando com êxito essa política, por exemplo, no que diz respeito aos produtos para a alimentação. Um pequeno número de alimentos básicos tem seus preços rigorosamente congelados, inalteráveis, por todos os meios, inclusive pela pesada tributação do consumo conspícuo, pelo subsídio e uma justa política de crédito ao pequeno lavrador que produz para o consumo interno e não para a grande exportação, pelo controle rigoroso dos preços dos insumos para a produção agrícola e, especialmente, por um combate implacável aos atravessadores que se locupletam à custa do produtor rural e do consumidor urbano.

Estudos, já preparados pelo IBGE, demonstram que a alimentação de 80% dos brasileiros se reduz a 8 alimentos básicos. Garantir a estabilidade dos preços dos mais essenciais equivaleria a uma importante contribuição para a defesa dos salários reais. Medidas equivalentes poderiam ser extensivas aos setores da saúde e do vestuário, sem mencionar as medidas anunciadas em favor da habitação popular.

A viabilização de medidas, como as sugeridas, supõe a coragem do governo e sua imaginação criadora para gerar estímulos em favor dos investimentos populares à destinação coletiva e social e para desestimular os investimentos sentimentais destinados ao consumo supérfluo e conspícuo. Se o governo pretende convocar a iniciativa privada para essa verdadeira economia de guerra, é preciso modificar as regras do jogo, de maneira que o que dará lucro será produzir abundantes e baratos alimentos populares, tecidos populares, cassas populares, remédios de primeira necessidade.

A mesma coragem e criatividade são exigidas para enfrentar os problemas do campo e do ritmo da urbanização, estreitamente relacionados.

Não há mais possibilidade de resolver os problemas dos grandes centros urbanos, enquanto o volume total do que é gasto no consumo privado for incomparavelmente maior do que é investido nos serviços públicos. É o que transparece com ofuscante clareza, por exemplo, no setor dos transportes, diretamente ligado ao problema da crise energética.

Não podemos omitir aqui uma palavra sobre o escândalo das condições subumanas em que vivem as populações das periferias urbanas e das favelas. Falta, por vezes, a coragem para enfrentar esse desafio, porque se supõe tratar-se de um problema infinito. Mesmo que se consiga realizar ali as exigências mais elementares de urbanização e muitos creem que, precisamente por isso mesmo, as favelas existentes continuarão a crescer e outras haverão de aparecer.

*O homem do campo, expulso de sua terra, fica facilmente atraído pela vida da cidade. Mas não encontra os metros de chão para colocar sua casa. Cada metro está na mira dos especuladores que obrigam os pobres a serem nômades mesmo dentro do perímetro urbano.*

A verdade é que o problema não é infinito e que ele terminará quando, regulado o estatuto do uso e da posse do solo urbano e criadas as condições mínimas de urbanização das favelas. Criem-se também as condições mínimas de urbanizar o favelado, ou seja, de permitir que ele viva integrado na vida urbana, com os demais, em condições de vida que lhe permitam pagar os impostos e taxas urbanas que lhe dão o direito de exigir, como todos, os serviços garantidos à população.

Isto supõe, obviamente, que se aceite situar o problema na sua perspectiva global, que se aceite rever as estruturas sociais iníquas que o geram. Porque a sociedade dos grandes centros urbanos vive de uma impostura que ela se recusa a recorrer. Por um lado, clama contra as favelas, como um escândalo de promiscuidade, como um reduto de marginais. Mas, por outro, ela sabe que a favela foi a única solução possível encontrada pelo favelado para garantir os mais variados serviços de que a cidade precisa para manter-se e para crescer, pelos preços, pelos salários, que a própria cidade estipula para os favelados.

Análogo ao problema da moradia, da favela, é o problema da educação, sobretudo da escolaridade do menor. A sociedade clama contra a delinquência infantil e juvenil mas não se escandaliza com o imenso contingente de menores que fazem da rua sua escola. Na verdade, não seria difícil, sobretudo em vários Estados da Federação, reformular a vida escolar em termos de tempo integral. Países que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento que o Brasil já o fazem. Nem parece haver falta de recursos, pois estes sobram para outros projetos desenvolvimentistas. De novo aqui, a estrutura social iníqua aplica o mínimo para ter mão-de-obra futura, e não atende às exigências da pessoa humana.

Como corretivo do êxodo rural, responsável em grande parte pelo agravamento dos problemas das cidades, é preciso criar condições para regular o ritmo da urbanização, promovendo e incentivando as pequenas e médias agroindústrias nas próprias regiões produtoras, onde a mão-de-obra local possa ser ainda valorizada, nas alternâncias sazonais, para a construção de estruturas básicas, e menores custos do que nos centros urbanos.

Impõe-se uma séria revisão da política da terra e da estrutura fundiária, no sentido de garantir, de imediato, a permanência na terra daqueles que nela trabalham, assentar as milhões de famílias sem terras e de sustentar desta forma o processo demasiadamente acelerado de expansão de um capitalismo agrário, dando condições jurídicas e financeiras para a produção de alimentos de base por parte de pequenos produtores, proprietários ou não, evitando assim a proletarianização da mão-de-obra rural e a exploração da mão-de-obra dos bó as-frias, das mulheres e dos menores. São necessárias para tanto medidas corajosas destinadas a incentivar a produção para o consumo interno, em vez de incentivar prioritariamente uma agricultura de exportação. Para que a extensão da fronteira agrícola e a especulação sobre as terras não se realizem às custas do homem que ocupou até hoje vastas regiões desconhecidas do País (índio, posseiro), urge o reestudo de certos programas de desenvolvimento que não consideram com o suficiente respeito as culturas diferentes.

Devemos por fim enfatizar um fator decisivo.

*Nenhuma política social será eficaz nem criadora* enquanto não fizer apelo aos vitalmente nela interessados, enquanto não se criarem mecanismos atuantes de participação, inclusive dos analfabetos, através de uma autêntica liberdade e autonomia sindical, especialmente enquanto não se reconhecer e aceitar o crescimento da organização de um povo que vem criando seus canais de participação, que deseja assumir seu papel no processo de democratização. Só um povo que participa, aceita com dignidade os sacrifícios dele exigidos,

numa conjuntura difícil, já o afirmava a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em seu documento: Exigências cristãs de uma ordem política, nº 31 de 1977.

Há uma insatisfação generalizada com relação à política econômica. Para funcionar, permitiu uma crescente concentração da renda, não atendeu às necessidades básicas do povo; e, o que é mais incongruente, mesmo assim não funcionou, no sentido de atingir os objetivos a que se propunha: combater a inflação e reduzir a dívida externa. A credibilidade dessa política se mantém à custa de explicações cada vez mais sofisticadas para coonestar os fracassos. Acontece que o povo não entende de explicações técnicas: ele entende apenas os fatos, os fatos concretos, como, encontrar cada semana mais caros preços da venda, da feira, da farmácia, dos transportes. O povo não vive de teorias: o povo vive ou morre de realidades.

Sempre se partiu da premissa que o atendimento das exigências urgentes de uma política social é tarefa de tecnocratas que, para trabalharem com eficácia, precisam do silêncio dos gabinetes inacessíveis àqueles que sofrem, como se estes não tivessem uma contribuição a dar, partindo da vivência dos fatos que só eles têm. É uma situação que reflete a própria estrutura da sociedade em que vivemos. Nossa sociedade está dividida em dois setores caracterizados por serviços diferentes. São setores de dimensões muito desiguais, compreendendo, um, a imensa maioria presa aos serviços humildes, e, outro, a pequena minoria ocupada nos serviços nobres. Falamos em formas de serviço diferentes, porque a Igreja sabe apreciar o valor de todas as formas de serviço. É dela o slogan: "quem não vive para servir, não serve para viver". Entretanto, é fácil observar que os dois setores não têm as mesmas condições de serviços. Há diferenças graves que marcam a situação de injustiça estrutural, à qual já nos referimos. Entre essas diferenças, destacam-se: primeira, é a minoria que impõe as regras do serviço da maioria, sem sua participação: níveis de empregos e de salários, condições de trabalho, e outras; segunda, não há plena reciprocidade nas prestações dos respectivos serviços, enquanto a totalidade dos serviços da maioria garante a prosperidade da minoria, esta pode auferir para seu consumo privilegiado uma parcela considerável dos resultados globais; terceira, não há equidade na distribuição do rateio final: as rendas continuam a concentrar-se, enquanto hoje no Brasil há mais gente faminta e desnutrida, sem casa, sem emprego, apesar dos esforços que vêm sendo ensaiados. Compreende-se, neste contexto, a referência dos bispos reunidos em Puebla, à existência "de ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres" (Puebla, nº 30).

Não se pode censurar de irresponsabilidade aqueles que protestam contra um estado de coisas do qual não tiveram nenhuma responsabilidade, fruto de decisões nas quais não tiveram nenhuma participação.

Uma política econômica pretende ser uma organização racional de uma economia em vista de realização de um determinado tipo de desenvolvimento. É nossa convicção que chegou o momento de questionarmos com liberdade e realismo o próprio tipo de desenvolvimento que inspira nossa política. Creemos que sem maiores críticas se aceitou esse tipo, pelo fato de ter sido ele que presidiu ao desenvolvimento dos países hoje de economias capitalistas avançadas. Transplantou-se para o Brasil um modelo que deu resultados nas economias centrais, mas que, pelos desequilíbrios internos que gerou e pela dependência externa em que implica-se, revelou altamente nocivo aos reais interesses da maioria do povo brasileiro. Nada indica que se trata do único tipo de desenvolvimento possível. Nada indica que se trate do mais adequado às características específicas da realidade brasileira, especialmente num momento em que os próprios países altamente industrializados começam a levantar um questionamento tão radical sobre o sentido mesmo no desenvolvimento realizado. Nada lhes garante que tenha sentido promover o aumento indefinido de quantidades mensuráveis, a qualquer preço ecológico, em vista de sustentar um consumismo insatável e insensato.

O Brasil ainda tem a chance de não se comprometer com processos de desenvolvimento que podem conduzir ao colapso. O Brasil ainda tem chance de privilegiar no seu modelo as exigências de um desenvolvimento integral de qualidade da vida, mais do que o esforço exclusivo de pretender chegar aonde os outros chegaram. Buscar a paz interna pela justiça, buscar a justiça pelo atendimento das mais humildes aspirações de um povo que sofre, descobrir formas de realização humana a menores custos ecológicos, são exigências da qualidade de vida são valores maiores, que devem se assumidos para preservar as possibilidades de orientar o Brasil para um desenvolvimento mais original em função das necessidades reais de seu povo.

#### Conclusão — A Igreja anuncia princípios básicos

Para concluir, repetimos as advertências que fazia a CNBB, no documento já citado: A Igreja pela sua hierarquia não se atribui funções que não

lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas *anuncia alguns princípios básicos visando ao aperfeiçoamento dos modelos*. "Nenhum modelo é perfeito ou definitivo, por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas". (Exigências cristãs de uma ordem política, nº 12.13.)

E a luz desse critério que nos permitimos transmitir as idéias, aspirações e críticas que captamos nas bases. Anima-nos a certeza de que nosso depoimento será acolhido, com a mesma sinceridade com que o transmitimos, por autoridades que demonstram preocupação com os problemas do povo.

Oferecendo esses subsídios para a elaboração de um amplo e corajoso projeto social, procuramos ser fiéis à vigorosa condenação confirmada em Puebla dos grandes sistemas e ideologias contemporâneas: "o liberalismo capitalista e o marxismo, (que) se inspiram em humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendente. Uma, devido o seu ateísmo prático, a outra, por causa da profissão sistemática de um ateísmo militante" (546).

Procuramos também nos situar na linha do objetivo que a Igreja do Brasil apresenta em suas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral: "Evangélizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade fraterna e anunciando assim o Reino definitivo".

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 10 de setembro de 1979.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 11-9-79, a fim de participar da III Assembléia Geral da OMT, a realizar-se em Torremolinos, Espanha.

Atenciosas saudações.— Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência fica ciente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Arnon de Mello — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Franco Montoro — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — José Richa — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 306, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso de saudação ao Ministro de Estado do Exército, General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, proferido pelo Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, por ocasião do "Dia do Soldado", e do agradecimento do Senhor Ministro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada

SAUDAÇÃO AO MINISTRO DO EXÉRCITO, EM NOME DA MARINHA E AERONÁUTICA, FEITA PELO MINISTRO DA MARINHA, ALMIRANTE MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA.

Cabendo-me o privilégio e a honra de, em nome da Aeronáutica e da Marinha, saudar o glorioso Exército brasileiro no transcurso da data natalícia do insigne estadista e soldado — Marechal Luiz Alves de Lima e Silva —

desejo deixar patente a Vossa Excelência que nossas corporações compartilham do mesmo júbilo e orgulho que sentem nossos companheiros que elegeram Caxias como patrono. Nossa história é plena de fatos heróicos. Retrata a vida de um povo que, nascido colônia, soube conquistar sua liberdade com pertinácia e galhardia. Como Nação independente, jamais permitiu que a sagrada liberdade obtida por seus antepassados sofresse qualquer restrição. E, notável entre os heróis, Caxias se distinguiu no cenário nacional, alcançando desta forma, não apenas a admiração do Exército, mas de todos os brasileiros.

O evento hoje festejado transcende, assim, o âmbito do Exército, alcança todas as nossas Forças Armadas, refletindo-se sobre nosso País como verdadeiramente uma data nacional.

O legado que Caxias nos deixou permanece vivo em nossas mentes. A coragem com que sempre se houve em combate, a habilidade apurada no trato dos difíceis problemas políticos de sua época, a firmeza de sua atitude diante de eventuais adversários, a modéstia, a sobriedade, o espírito público e a profunda devoção à causa da união nacional, foram características marcantes de sua personalidade, que o fizeram não apenas digno do título de soldado maior, mas um exemplo de cidadão a ser propalado a todas as gerações de brasileiros.

O Exército, assim como suas coirmãs — Aeronáutica e Marinha — todos sabemos, não limita sua ação ao labor diário de preparação de seus quadros e de formação de novos reservistas, habilitando-os a vencer os desafios de nosso tempo, ou as lides de levar progresso aos rincões mais interiorizados de nosso País. Acima de tudo, transmite sentimentos de civismo e a firme convicção de que somente uma Nação que desfruta de plena segurança, interna e externamente, tem condições de oferecer o melhor padrão de vida a seus filhos. Desta forma, o Exército prepara gerações, que se renovam para o alto dever de garantir nossa soberania, a integração de nossa sociedade e a tranquilidade de nosso povo, para que o Brasil alcance seus legítimos anseios de bem-estar-sócio-econômico.

Fieis seguidores do exemplo de Caxias, nossas Forças Armadas, em coesa união, se mantêm em constante estado de prontidão a serviço da Pátria, semeando civismo, promovendo a integração de todos os brasileiros e permanecendo atentas aos que cegos pelo egoísmo e pelo interesse individual, não tenham a visão ampla de que a liberdade só se preserva num clima de ordem e progresso. Que não se iludam os depredadores dos sagrados valores nacionais, senhores, talvez, de ingênua compreensão ou de maldosa intenção, julgando que o espírito pacificador, herança de Caxias, seja uma demonstração de acomodação e de desprezo pela causa nacional.

Em março de 1964, chegávamos à beira do caos, após um processo de verdadeira subversão da ordem, paradoxalmente inspirado por alguns dos próprios responsáveis pela sua manutenção, cujos nomes o povo brasileiro não pode e não deve esquecer.

Atendendo a um apelo da família brasileira, esta é a verdade histórica que não pode ser negada, as Forças Armadas restabeleceram a ordem, fator indispensável à preservação da liberdade.

Para dinamizar o processo de recuperação da Nação, era natural que passássemos por um período de exceção. Nesse período não foi feito tudo que deveria, mas foi feito tudo que poderia ser feito. Foram inegáveis as conquistas da Revolução. Entretanto, alguns, estranhamente, insistem em realçar apenas o que deixou de ser realizado.

A Revolução caminha agora em direção daquilo que sempre foi, na realidade, seu objetivo principal: a prática de um verdadeiro regime democrático. Nesse sentido, melhor prova de honestidade de propósito não poderia ser dada do que o compromisso assumido, livre e publicamente, perante toda a Nação, pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, de fazer do País uma democracia.

Passando rapidamente das palavras aos atos, o Presidente já demonstrou, de forma irrefutável, suas elevadas intenções, em que pesem as enormes dificuldades encontradas, em especial no setor econômico, geradas, principalmente, por fatores externos.

Para a aceleração do processo será, evidentemente, indispensável a cooperação de todos os verdadeiros brasileiros, uma vez que, para ser conduzido rapidamente e a bom termo, será imprescindível um ambiente de ordem e tranquilidade. A manutenção da ordem é da responsabilidade constitucional das Forças Armadas.

Assim sendo, as Forças Armadas, parcela indissolúvel do próprio povo brasileiro, podem e devem bradar, neste momento, reproduzindo as imortais palavras de Caxias na epopéia de Iitororó: "Sigam-me os que forem brasileiros".

Excelentíssimo Senhor Ministro Walter Pires,

Hoje estamos aqui não somente para trazer ao Exército Brasileiro nossa admiração pelo que esta corporação militar sempre foi e vale para o Brasil. Trazemos, antes, a certeza de nossa fraternidade inquebrantável, de nossa fé, bem fundamentada, no futuro de nossa Pátria, pois não foram em vão os sacrifícios e os exemplos de Caxias.

Ao Exército, cujas fileiras congrega o povo em sua legítima representatividade, sem diferenças de credo, raça ou nível social, a Pátria reconhecida presta, por nosso intermédio, a justa homenagem ao bravo e destemido soldado brasileiro do "Brasil-Nação", livre, integrado e altaneiro.

Bendita a terra que pode cultivar a memória de um grande homem — cidadão e soldado — e oferecer aos seus filhos os exemplos marcantes de uma vida dedicada à grandeza da Pátria e ao progresso do seu povo."

#### AGRADECIMENTO DO MINISTRO DO EXÉRCITO, GENERAL-DE-EXÉRCITO WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, À SAUDAÇÃO FEITA PELO MINISTRO DA MARINHA:

"Reconheço e agradeço, profundamente emocionado, em nome de todos os soldados da força terrestre, os cumprimentos e a saudação que nos trazem nossos irmãos — marinheiros e aviadores — na palavra de seu eminente intérprete, Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha.

Soo os auspícios dos mais sinceros sentimentos de solidariedade e de camaradagem, transforma-se o dia 25 de agosto, dedicado à memória de Caxias, e consagrado como o "Dia do Soldado", em uma festa de confraternização dos soldados do mar, do céu e da terra, e, principalmente, em um ato de reafirmação de nossa indissolúvel união.

Alegria-me a certeza de que esta data está sendo comemorada, com a mesma efusão de sentimentos e o mesmo sentido de convergência, por esses três soldados — que são um só, em todos os níveis hierárquicos, em todas as guarnições, em todos os pontos do Brasil, onde, ombro a ombro, estejam cumprindo suas missões.

Se sempre estivemos juntos através dos tempos e se sempre nos caracterizaram o admirável entendimento e o invariável anseio de cooperação, mais irmanados nos tornaram as horas difíceis da guerra e da paz. Assim foi, primeiro, entre Marinha e Exército, nas lutas externas e nos momentos mais críticos de nossa evolução histórica. Assim continuou a ser depois do feliz surgimento de nossa Aeronáutica, principalmente nas inquietudes e nos perigos da segunda guerra mundial e da guerra revolucionária, que, atingindo o auge de sua intensidade, em março de 1964, esteve a ponto de ameaçar o nosso destino de Nação democrática.

Cumpridoras fiéis das diretrizes do Presidente da República, as Forças Armadas estão totalmente empenhadas em proporcionar o máximo de segurança ao imenso esforço de realização dos objetivos governamentais, em todos os campos do poder nacional.

Conscientes de nosso dever de assegurar, à Nação Brasileira, em quaisquer circunstâncias, o império da lei, da ordem e da paz, aceitamos nossa quota de sacrifícios, institucionais e pessoais, nesta hora de dificuldades econômicas, que procuramos ultrapassar com ânimo forte, disciplina, dedicação, vigilância e coesão, certos de que o Comandante Supremo, sensível às necessidades básicas da família militar e aos imperativos de nossa eficiência operacional, está empenhado em minorar tais problemas, em curto prazo.

Profundamente identificados com o povo, a que servimos e de que somos parcela representativa, confiamos no bom senso e no patriotismo de todas as categorias profissionais, a fim de que tomemos consciência de que o mal aproveitamento da ampliação das liberdades democráticas para a revivescência de velhas práticas tumultuárias e eventual avalanche de reivindicações irrealistas, competitivas e irrefletidas — quando não comprometidas com o deliberação propósito de convulsão social a serviço do movimento comunista internacional — só nos pode conduzir ao agravamento de nossos problemas, à queda da produtividade, à aceleração do processo inflacionário e às ameaças de desemprego e recessão.

Agradeço, Senhores Ministros e Oficiais-Generais da Marinha e da Aeronáutica, a solidária presença nos atos deste nosso grande dia. Ficamos particularmente sensibilizados com a extraordinária homenagem prestada ao nosso Patrono, pelo Ministro Maximiano, com as inspiradas palavras que tanto nos honram.

Também sentimos que está vivo o legado do pacificador, e presente o seu exemplo no espírito de todos nós, voltados para o rumo da conciliação. Devemos dedicar-nos, prioritariamente, ao dever militar; a organizar, a ades-

rar, a ordenar e a fortalecer as energias morais, assim nos preparando para vencer quaisquer ameaças, desafios e perigos.

Em nome de todos os componentes do Exército Brasileiro, saúdo os companheiros da Marinha e da Aeronáutica, e aperto suas mãos honradas, em gesto de camaradagem, de confiança e de fraterna união.

Com a nossa coesão e o nosso dever bem cumprido, pode a Nação contar em seus soldados, de terra, mar e ar, que lhe deveremos assegurar a ordem, a tranquilidade e a paz indispensáveis à vivência democrática e ao trabalho construtivo, com que o povo brasileiro, vencendo as dificuldades da hora que passa, haverá de construir o seu futuro em bases sólidas, estáveis e duradouras."

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 307, de 1979, do Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1978, de sua autoria, que altera a redação do art. 474, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que vem de ser aprovado, volta à sua tramitação normal.

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 308, de 1979, do Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1978, de sua autoria, que acrescenta § 4º ao art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 336/78, será desarquivado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 312, de 1979, do Senador Henrique de La Rocque, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 128, 153, 159, 252 e 330, de 1978, 50 e 152, de 1979, que alteram disposições da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público (PASEP).

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 313, de 1979, do Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1978, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 472 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado voltará a tramitar normalmente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 314, de 1979, do Senador Lenoir Vargas, solicitando o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quércia, que acrescenta parágrafos ao art. 517, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, o projeto sobrestado ficará aguardando, na Comissão de Legislação Social, o envio do projeto de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para registrar, nos nossos Anais o pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e teatrólogo Henrique Pongetti, nascido aos 18 de janeiro de 1898, em Juiz de Fora.

Numa de suas crônicas, Sr. Presidente, Henrique Pongetti lembrava que havia nascido em Juiz de Fora, na Rua Halfeld, a principal rua da cidade, que leva o nome do fundador daquela cidade, o Engenheiro Guilherme Henrique Halfeld, e dizia com muito carinho, numa das suas frases, que o seu umbigo estava enterrado naquela rua, como a dizer que as raízes permanecem fincadas — essas raízes que dificilmente qualquer um de nós consegue arrancá-las do solo.

A paixão de Henrique Pongetti pelo jornalismo vem praticamente da sua adolescência, quando começou a escrever crônicas para a *Tribuna de Petrópolis*. Mais tarde, fazendo o Tiro de Guerra, Pongetti lançou um jornal quinzenal chamado *O Choro*.

Outros livros com coletâneas de crônicas suas foram "Direito e avesso", "Encontro no Aeroporto", "Alta infidelidade", "Inverno em biquini" e "Vozes da cidade". Sua obra teatral inclui também as peças "Manequim", "Os maridos avisam sempre", "Amanhã, se não chover", "Conheça seu homem", "A mulher das quintas-feiras", "Society em baby-doll", "Zefa entre os homens". Para o cinema, escreveu, além dos já citados, os argumentos para "O malandro e a grã-fina" e "O cavalo nº 13".

No jornalismo, Pongetti foi ainda o primeiro diretor da revista "Machete", na qual escrevia (ilegível) para crônica semanal.

No *O Globo* escreveu, Sr. Presidente, durante mais de 30 anos. E, nesta última fase, escrevia uma crônica intitulada o Show da Cidade.

Como ficcionista e ensaísta, ele escreveu "O espinho na carne", "Fábula e contrafábula" e "O carregador de lembranças".

Ao escrever sua última crônica para *O Globo*, em 6 de janeiro de 1968, disse Pongetti — "Para viver bem e dignamente como vivo, escrevi vinte peças para o teatro: sketches para a televisão; sete histórias filmadas; dez livros com minha assinatura; dois com assinatura alheia; dirigi revistas de tudo, de macacas-de-auditório, de grã-finas: não parei quase um dia de escrever, em quarenta anos de ofício".

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Com muito prazer.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Itamar Franco, a morte de Henrique Pongetti deixa uma profunda lacuna nos meios literários e artísticos do País. Nascido na sua cidade, em Juiz de Fora e agora desaparecido, o grande escritor, jornalista e teatrólogo, merece o pleito de saudade do País inteiro. Em nome da Maioria, quero trazer a nossa solidariedade ao povo mineiro pela perda desse grande brasileiro que foi Henrique Pongetti. Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Muito obrigado, Senador José Lins, pela sua comovida intervenção, quando registro, neste instante, nos Anais do Senado o pesar, pela morte desse grande escritor mineiro que foi Henrique Pongetti. Creio que com a intervenção de V. Exª o Senado todo, nesta hora, manifesta-se com pesar pelo seu falecimento.

Mas, Sr. Presidente, busco as palavras de Paschoal Carlos Magno e Nelson Rodrigues sobre Henrique Pongetti:

"— Morreu talvez o nosso maior cronista. Seu estilo pessoal sensível e cintilante, seu magnetismo o tornavam único dentre os demais — disse ontem Paschoal Carlos Magno.

— Sinto o maior orgulho em ter levado Henrique Pongetti para escrever nas páginas do *Globo* — disse Nelson Rodrigues. — Isso foi por volta de 1935, mas Pongetti era tão brilhante que parecia estar em estréia todos os dias, sem jamais decair na qualidade de seus textos. Realmente um cronista e escritor extraordinário, além de um homem — o amigo pessoal — extremamente afetuoso, fiel a seus sentimentos e as suas amizades. Foi um amigo eterno, um grande amigo."

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer, Senador Murilo Badaró.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Eu gostaria de apartear V. Exª para consignar nossa consternação pelo falecimento do grande jornalista e escritor Henrique Pongetti, uma das glórias da literatura mineira, tão bem assinalado por V. Exª nesse seu pronunciamento. Todos os mineiros estão de luto com o falecimento do nosso conterrâneo e, em nome da Maioria, deixo aqui consignado o nosso pesar.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, Senador Murilo Badaró e, evidentemente, a intervenção de V. Exª como mineiro era esperada, reverenciando também neste instante a memória do mineiro de Juiz de Fora, o grande Henrique Pongetti.

Sr. Presidente, com as palavras então do Senador Murilo Badaró, de Paschoal Carlos Magno e de Nelson Rodrigues, deixo consignada, no Senado Federal, a nossa tristeza pelo falecimento do ilustre mineiro Henrique Pongetti.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO.

##### "NÃO PAREI UM DIA DE ESCREVER, EM 40 ANOS"

Henrique Pongetti nasceu em 18 de janeiro de 1898, em Juiz de Fora, mas foi criado em Petrópolis, para onde os pais — Rugeero e Maria Feltrini Pongetti — o levaram ainda criança de colo.

A paixão de Pongetti pelo jornalismo manifestou-se na adolescência, quando começou a escrever crônicas para a *Tribuna de Petrópolis*. Quando fazia o tiro de guerra lançou o jornal quinzenal *O Choro*, de que era o único redator e que tinha ilustrações de Ademir Lopes.

Foi no semanário político carioca ABC, no qual passou a trabalhar a convite do editor Ferdinando Borla, que Henrique Pongetti se firmou como cronista, depois de colaborar em dois jornais de Petrópolis, *Tribuna de Petrópolis* e *O Século*.

A família Pongetti mudou-se para o Rio em 1921, e no ano seguinte Henrique lançou seu primeiro livro, *Pan sem flauta*, uma coletânea de crônicas escritas para os jornais de Petrópolis, com a inclusão de suas primeiras colaborações para o jornal carioca em que já estava trabalhando.

O livro, que obteve relativo sucesso de vendagem, recebeu elogios de João Ribeiro, Osório Duque Estrada e Monteiro Lobato, que incentivou Pongetti a prosseguir na carreira de escritor.

Ainda na primeira fase de sua carreira de jornalista, Henrique Pongetti colaborou na *Gazeta de Notícias* e em *A Manhã*. Nessa época o pai de Henrique se associou a Paulo Hasslocher para comprar uma das gráficas mais modernas do Rio, a editora "O Norte". Na gráfica passaram a trabalhar, além de Henrique, seus irmãos Ruggero, Rodolfo, Zara, Yolanda e Rosmunda.

A primeira peça de teatro escrita por Henrique Pongetti foi *A noite de mil e dois*, musicada pelo maestro Antônio Lago, pai do ator Mário Lago, e encenada pela companhia Rataplan, de Luís de Barros, que depois se dedicaria a dirigir filmes.

Em 1930, Henrique se desligou da editora da família para cuidar só de suas atividades literárias. Na véspera de ser empastelado, naquele ano, o jornal *A Crítica* publicou uma ácida crônica com que Pongetti criticava o movimento que se tornaria vitorioso na Revolução de 30.

A primeira comédia de Pongetti, *Nossa vida é uma fita*, ambientada em Hollywood, foi encenada por Procópio Ferreira no Teatro Trianon. Um dos papéis principais era de Manuel Pera, pai de Marília Pera. Os cenários eram do pintor Di Cavalcanti.

Também depois que já se desligara da editora da família fundou com seus irmãos o semanário *Mundo Ilustrado*. O semanário, que durou pouco, teria seu título usado mais tarde por um outro semanário.

*Câmara Lenta*, uma seleção das crônicas que Henrique escrevera na seção "Pulgas & Leões", de *A Manhã*, foi publicada pela Editora Pongetti. O escritor lançaria em seguida *Deserto Verde*, novela cujos personagens eram os primeiros filhos brasileiros de italianos radicados no País, e um livro para crianças, *Um reizinho descabelo*.

Contratado, juntamente com Luiz Peixoto, para diretor geral de uma companhia fundada pelos donos do Teatro Trianon, Pongetti montou lá, no tempo da ditadura Vargas, duas peças suas: *Tibério*, sátira política aos regimes totalitários, e *Sem coração*, musical que tinha por cenário uma agência de publicidade. Outra peça sua que obteve sucesso foi *História de Carlitos* montada no Teatro Municipal pela companhia de Jaime Costa. Carlitos foi tema

de Pongetti também no livro infantil *História de Carlitos*, ilustrado por Lula Cardoso Aires.

Os primeiros diálogos e enredos para o cinema escritos por Pongetti foram para *Grito da mocidade*, filme de Raul Roulien. Quando Roulien voltou de uma temporada em Hollywood, a primeira peça teatral que encenou foi *Malibu*, de Pongetti, montada no Teatro Glória. Outras peças de Henrique foram montadas por Jaime Costa: *Uma loura oxigenada*, *Maridos de segunda mão*, *Os homens já foram anjos* e *Baile de máscaras*.

O primeiro grande sucesso de um enredo de Pongetti o de *Favela dos meus amores*, dirigido por Humberto Mauro e produzido por Carmem Santos. Para a mesma dupla de diretor e produtora ele escreveu o enredo de *Cidade-mulher*.

Como homem de teatro, Pongetti se associou a Francisco Pepe para fundar a "Novíssima", companhia de microrevistas.

Foi por indicação de Nelson Rodrigues que Henrique Pongetti entrou para o *O Globo*, inicialmente assinando como pseudônimo "Jack" uma crônica sem título. Depois, a seção se denominou "Cara ou coroa", título mudado para "O show da cidade".

Outro grande sucesso teatral de Pongetti foi a peça *Joujox e balangandans* que ele escreveu a pedido de D. Darcy Vargas para ser representada no Teatro Municipal por pessoas da alta sociedade. Da encenação participaram cerca de 300 pessoas.

Por dez anos ele dirigiu a revista *Rio*, que focalizava os grandes acontecimentos sociais. Depois dirigiu a *Radiolândia*.

Outros livros com coletâneas de crônicas suas foram *Direito e avesso*, *Encontro no Aeroporto*, *Alta infidelidade*, *Inverno em biquini* e *Vozes da cidade*. Sua obra teatral inclui também as peças *Manequim*, *Os maridos avisam sempre*, *Amanhã se não chover*, *Conheça seu homem*, *A mulher das quintas-feiras*, *Society em baby-doll*, *Zefa entre os homens*. Para o cinema, escreveu, além dos já citados, os argumentos para *O malandro e a grã-fina* e *O cavalo nº 13*.

No jornalismo, Pongetti foi ainda o primeiro diretor da revista *Manchete*, na qual escreveu até 1972 uma crônica semanal.

Como ficcionista e ensaísta, ele escreveu *O espinho na carne*, *Fábula e contra-fábula* e *O carregador de lembranças*.

Ao escrever sua última crônica para *O Globo*, em 6 de janeiro de 1965, disse Pongetti: "Para viver bem e dignamente como vivo, escrevi vinte peças para o teatro; sketches para a televisão; sete histórias filmadas; dez livros com minha assinatura; dois com assinatura alheia; dirigi revistas de tudo, de macacas de auditório, de grã-finas; não parei quase um dia de escrever, em quarenta anos de ofício".

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há, neste momento, dirigentes sindicais bancários presos em Porto Alegre e, segundo as notícias da imprensa, presos incomunicáveis. Estão presos porque a classe que representam decidiu fazer uma greve e, naturalmente eles, como dirigentes eleitos, como representantes da classe, tiveram sobre si a responsabilidade de conduzir o movimento. E a classe decidiu fazer greve porque simplesmente está cansada de receber salários baixos e de observar os lucros e os rendimentos dos banqueiros crescerem monótona e seguramente neste País, nos últimos anos.

Mas o fato em si, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de haver líderes sindicais presos e incomunicáveis, simplesmente porque estão exercendo, cumprindo o dever de conduzir uma greve, isto para nós da Oposição é absolutamente inaceitável. Já conhecemos perfeitamente as respostas, o tipo de argumentação que será usado por parte do Governo, para justificar essa represália, para nós inaceitável.

Já sabemos que vão dizer que existem leis e que as leis têm de ser cumpridas.

Mas a pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: Há alguém que considere boas essas leis, as leis que estão aí vigendo no País, a respeito da organização sindical trabalhista? Há alguém que considere boas essas leis?

E não há ninguém, como me parece, pelo menos nunca ouvi, por parte da representação do Governo nesta Casa, nenhuma voz que sustente que essas leis atuais são boas e que não precisam ser modificadas.

Se é assim, se as leis não são boas, por que não são modificadas? Levantaria tempo?

Seis meses de Governo não seriam suficientes para que se fizesse a proposta governamental no sentido de que se reformulassem essas leis atualmente aferrolham, que impedem o desenvolvimento das organizações sindicais no País?

X

Pois não estamos nós aqui no Congresso recebendo, neste momento, uma proposta governamental alterando a política salarial do País?

Então, não seria esta a oportunidade para se propor também uma alteração, uma revisão desses dispositivos de força que impedem a livre organização e autonomia sindical neste País? Não seria também o momento?

Então, por que não se faz isso? Se as leis não são boas e todos reconhecem que estão ultrapassadas, por que não há iniciativa do Governo também neste campo, que seria tão bem recebida por parte da Oposição e certamente por parte dos trabalhadores deste País?

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Ouço, com atenção, o aparte do nobre Senador José Lins.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Roberto Saturnino, acho que hoje estamos todos preocupados, primeiro com o problema de maior justiça social, segundo com os problemas das greves que, realmente, se têm multiplicado no País, criando até mesmo em algumas áreas certas preocupações. Todos nós estamos de acordo em que a greve é um instrumento legítimo de pressão dos assalariados para conseguirem melhor posicionamento em relação ao capital. Não há dúvida nenhuma quanto a isto. Mas dois fatos são importantes para serem realçados, no momento. O primeiro é que, em sua consciência, nenhum de nós poderia defender a inobservância da lei por julgá-la obsoleta ou ultrapassada. Reconheço que V. Exª já se previniu contra esse tipo de argumento, mas acho que particularmente a nós, do Senado Federal, é difícil de aceitarmos simplesmente a tese de que, sendo a lei obsoleta, devemos desrespeitá-la. O segundo ponto é que há um estudo amplo, sério, há um debate no País a respeito da modificação da legislação trabalhista. Já circula, aliás, no Congresso, uma proposta de modificação da lei de greve que, acredito, será objeto de maiores estudos por parte de todos os Senadores, inclusive de V. Exª. Era para esses pontos que eu desejava despertar sua atenção.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Sr. Senador José Lins, como tive oportunidade de dizer, já previa o conteúdo do aparte de V. Exª que, com muita eficiência, com muito sentido de nobreza, sempre se coloca na posição de defensor do Governo, como representante que é da Bancada governista, mas o que não podemos aceitar — e esta é a nossa grande divergência — é que embora todos reconheçam que há uma defasagem, que há uma superação da legislação existente quanto à organização trabalhista, quanto à organização sindical, quanto à autonomia, quanto à possibilidade de intervenção, quanto à possibilidade de prisão de líderes sindicais, pelo simples fato de fazerem, de conduzirem uma greve, isto é que não conseguimos aceitar, e também não nos convence o argumento de que este assunto demanda mais tempo do que 6 meses já transcorridos do Governo Figueiredo, um Governo que teve, pela palavra do Presidente, um juramento perante a Nação, de que ao País seria devolvido o sistema democrático.

E pode haver democracia sem liberdade sindical? Pode haver democracia sem autonomia, sem direito de greve?

A mim me parece que não há abertura política sem abertura sindical, como tantas vezes temos afirmado aqui, e quando vemos o projeto de reformulação da política salarial com algumas concessões até na linha de coisas que vínhamos defendendo aqui, nestes tempos todos, mas que colocadas assim, isoladamente, são absolutamente insuficientes e insatisfatórias, quando observamos essa iniciativa do Governo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficamos ainda mais convencidos de que a intenção é de enganar-se a classe trabalhadora, enganar-se com uma pequena concessão, com algo que é absolutamente insuficiente e insatisfatório, para se deixar de dar, deixar-se de reconhecer o direito, o que é fundamental, o que é essencial, o que é da essência da democracia, o que é o substantivo: a liberdade sindical, o direito de greve, a autonomia das organizações trabalhistas do País.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Com todo o prazer.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — A legislação é tão restritiva, tão inflexível, tão injusta, que o próprio Governo passa por cima dela quando lhe convém.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Tem V. Exª toda a razão.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Haja vista as ocorrências na greve do ABC, no primeiro semestre deste ano, quando o Governo em determinado momento proclamava a ilegalidade do movimento e, *pari passu*, o Sr. Minis-

tro do Trabalho sentava nas mesas de negociações com os grevistas que estariam no comportamento ilegal. E, mais do que isso, o Senhor Presidente da República, através de seu Ministro, desrespeitou um artigo da CLT e mereceu inclusive aplausos, neste Senado. O Senador José Lins diz que ninguém aqui defende o desrespeito da lei, mas nem S. Exª, nem a sua bancada, que ele lidera, se contrapuseram a que o Presidente da República passasse por cima do art. 530, do item 8º, da CLT, que impede que lideranças sindicais que tenham sido afastadas de cargos de direção após intervenção dos seus órgãos de classe retornem as suas antigas funções. E o que se viu no ABC foi que o Governo teve a sensibilidade de, vendo o absurdo desse dispositivo legal e a sua superação, pelas próprias exigências sociais, ele mesmo determinou o retorno das lideranças sindicais do ABC, após o levantamento da intervenção. Portanto, são medidas, são decisões do Governo frontalmente contrárias ao dispositivo de lei, e isto não foi, aqui, xingado por ninguém da ARENA. Então, compactuou-se com o desrespeito à lei. Agora, nós que, antes dessa decisão do Governo, apresentamos um projeto de lei, revogando do art. 530, item 8º, da CLT, para evitar, exatamente, que o Governo praticasse uma ilegalidade, embora fosse válida qualquer orientação nesse sentido, a ARENA, até hoje, não soltou esse projeto e, até hoje, nós não o aprovamos aqui, embora o Governo já o tenha revogado na prática. Eram essas as considerações que desejava colocar no discurso de V. Exª, para mostrar que as argumentações do nobre Senador José Lins caem por terra, inteiramente, em face da realidade dos fatos que hoje estamos vivendo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — V. Exª tem toda a razão, e esta tem sido a nossa luta. Realmente, o próprio Governo revogou a legislação na medida em que, como autoridade, não a cumpriu em certa ocasião, e, neste momento, parece-me que o cenário muda-se, o cenário transmuta-se e se transmuta para algo que, a nós, afigura-nos de extrema gravidade. É que, exatamente, no momento em que se oferece a isca de pequenas concessões na área salarial, o reajustamento semestral, no momento em que a inflação atinge uma intensidade na qual a desvalorização da moeda de hoje, em 6 meses, equivale à que havia no passado, em um ano — por conseguinte, esse reajustamento semestral pouco significará, nesta altura, com a dinamização do processo inflacionário — então, a partir do oferecimento de pequenas iscas como a do reajustamento semestral e a do aumento de 10% do salário mínimo acima da desvalorização da moeda, retoma-se um comportamento de endurecimento que vai ao paroxismo de se prenderem líderes sindicais, porque estão cumprindo o dever de comandar uma greve que foi decidida pela classe. Isso é que nos parece de extrema gravidade. O fato que V. Exª ressaltou, a mudança de comportamento do Governo, o próprio Governo, há pouco tempo, reconhecia a legislação como superada e não a cumpria; agora, invoca esta legislação...

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — ... exatamente no momento em que estende pequenas iscas para que a classe trabalhadora possa tomar o leve sabor de algo que seria um benefício, mas que é, na verdade, um benefício que pouco ou nada significa diante da negativa daquilo que é substantivo, que é fundamental, que a a liberdade de organização dos seus sindicatos.

Ouço o aparte de V. Exª

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Roberto Saturnino, é certo que a liberdade sindical é essencial à prática da democracia, sobretudo nos tempos de hoje. Mas é certo também que a essência, a verdadeira essência da democracia, ela, também, é o respeito à lei. No meu entender, não se justifica a ninguém desrespeitá-la, sob a alegativa de que ela não é boa, de que nós não gostamos, de que ela é ultrapassada, porque esse é o princípio do fim, ou é o fim do princípio da própria democracia. Ora, se essa questão é essencial, o importante e, realmente, o que V. Exª diz, que seja feita uma revisão da legislação de greve, ponto fundamental para comportar o diálogo entre o capital e o trabalho, com vistas a todas essas melhorias sociais. Essa legislação, nobre Senador, é importantíssima, é indispensável, porque sem ela nós estaremos no caos. E V. Exª sabe que o que interessa, digamos, aos bancários, no caso, ou a qualquer classe assalariada, não interessa somente a essa classe, interessa à comunidade como um todo; daí porque esta legislação é necessária. Concordo com V. Exª em que nós devemos apressar a análise e até a revisão da legislação. E sei também, como V. Exª sabe, que está em curso — o próprio Ministro do Trabalho já abriu o diálogo a respeito do tema — um projeto, já circulando na Casa, pelo menos a sugestão de um projeto, mas o ponto essencial que eu defendo é que o respeito à lei é para nós todos, hoje ou amanhã, essencial. Segundo, que se o Governo foi complacente em aplicar a lei, se V. Exªs mesmos elogiaram de certo modo a posição do Governo neste caso, não seria

o momento de criticá-lo por isso, quando reconhecem que afinal de contas há uma necessidade extrema de que nós tenhamos uma norma para o diálogo democrático. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Nobre Senador, que eu conheça, que eu tenha informação, que eu saiba, o Governo não enviou nenhum projeto referente a organização trabalhista e sindical...

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Não. Realmente, não disse a V. Exª que o Governo teria mandado. Disse apenas que o Ministro abriu o diálogo sobre a nova legislação do trabalho. E que, dentro desta Casa circula um projeto, de um colega nosso, com uma sugestão de modificação da lei de greve.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Mas, Sr. Senador, circula também um projeto de autoria da Bancada do MDB, subscrita pelo Líder da Bancada no Senado — exatamente o projeto citado há poucos minutos pelo Senador Marcos Freire — revogando esses dispositivos mais draconianos que abrem a possibilidade de intervenção nas organizações sindicais. Então, seria o caso de, enquanto se discute e se abre o debate nacional a respeito do que seria uma legislação completa sobre o assunto, pelo menos aprovar rapidamente esses dispositivos salvadores, digamos assim, que propiciem a efetiva organização dos trabalhadores nos seus sindicatos, para que depois então, com o tempo, se é que esse projeto exige tanto tempo de maturação assim, venhamos a nos acordar a respeito do que seria uma legislação mais detalhada sobre o assunto.

Mas, Sr. Presidente, está em causa a greve dos bancários do Rio Grande do Sul. E a pergunta que se faz, logo ao se tomar conhecimento, a pergunta que está na consciência de todos, ao tomar conhecimento da eclosão do movimento, é esta: será que os bancários estão ganhando bem? Será que os salários dos bancários são suficientes, são satisfatórios? Eu fiz, Sr. Presidente, uma comparação, um cotejo de salários recebidos pelos bancários empregados da chamada rede privada com os salários recebidos pelos bancários da chamada rede oficial, Banco do Brasil, BNDE bancos estaduais. Srs. Senadores, a diferença, é marcante, é gritante. Então, será que esses homens, que estão sofrendo esta situação de depressão salarial, que estão exercendo um trabalho da maior importância para o País, mas, que não estão tendo, e há muito tempo, a remuneração condigna, não podem usar a única arma que têm para enfrentar, com o maior poder de barganha, o poder econômico dos banqueiros, dos empregadores?

Será que os bancários estão ganhando bem? E os banqueiros? Será que os banqueiros estão ganhando pouco, Sr. Presidente? Será que os lucros dos bancos, os salários dos executivos e diretores dos bancos, as mordomias que estão por detrás dos cartões de créditos usados por esses diretores a altos executivos, será que são pequenas?

Será que a diferença é, relativamente, muito pequena entre os salários dos bancários e dos banqueiros? E os ganhos dos banqueiros? Ou será que a nossa visão, que é exatamente ao contrário, é que está certa?

O que existe é um absurdo, é uma distorção monstruosa, é realmente algo de revoltante, que leva necessariamente os bancários a terem que optar pela greve, na falta de outro instrumento, de outra possibilidade qualquer e diante da intransigência total dos senhores empregadores, dos senhores banqueiros, em ceder naquilo que é devido aos bancários pelo sacrifício que lhes têm sido imposto durante anos e anos e em retribuição a quê? Ao grande serviço que têm prestado ao desenvolvimento do País.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Pois não.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — V. Exª, implicitamente, traz à tona um dos problemas mais odiosos da sociedade brasileira de hoje, que é exatamente o enorme fosso que separa a grande massa de assalariados do Brasil de um grupo privilegiado, em que a relação entre o maior e o menor salário mínimo chega a uma dimensão enorme e inadmissível numa sociedade civilizada.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Inadmissível. V. Exª usou a palavra certa.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Enquanto em certos países essa diferença chega até a ser apenas de 3 para 1, e em grande número de 10 para 1, no Brasil atinge até a 200 para 1. O que mostra que estamos vivendo numa sociedade odiosa, em que muito poucos têm muito em suas mãos e que a grande massa sofredora, que vive de salário, recebe, na verdade, uma ninharia. Por tanto, esse é um problema muito grave que apenas a greve dos bancários de Porto Alegre traz à tona, evidência, mas, realmente, está a exigir uma refor-

mulação de profundidade, sob pena de não se poder falar numa sociedade civilizada.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Dou toda a razão a V. Exª. O seu aparte confirma todas as posições que temos, nós da Oposição, defendido nesta Casa.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — A relação de 1 para 200, entre salários? E se acrescentarmos as mordomias a que me referi, este coeficiente multiplicador, estou certo de que aumentará de várias vezes. Isto é absolutamente inadmissível, inadmissível sob o ponto de vista econômico-social, inadmissível sob o ponto de vista moral.

Isto nós não podemos tolerar, mas lamentavelmente, terrivelmente é o que acontece neste País.

Ouçó o nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — V. Exª falou em banqueiros. Então, me parece oportuno lembrar a frase antológica de um grande empresário brasileiro, Sr. Antonio Ermírio de Moraes. Disse ele: antigamente havia clero, nobreza e povo; hoje só há banqueiro e o resto.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Muito oportuna a lembrança de V. Exª e muito atilada e realmente significativa a frase do empresário nacional, Antônio Ermírio de Moraes.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Ouço o nobre Senador Leite Chaves.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — Senador Roberto Saturnino, o pronunciamento de V. Exª é muito pertinente, é muito oportuno. Os bancários de Porto Alegre estão em greve, isto depois que se exauriram todos os esforços no sentido de um entendimento. Pertenço a essa classe. Sabe V. Exª que sou bancário e fui até presidente de sindicatos bancários. E sei que é uma classe muito cautelosa, muito disciplinada. Somente se aventura à greve, quando não há alternativas para uma outra solução. Veja V. Exª que a classe está sendo alcançada não só em salários, mas também em direitos. Não quero nem me referir só ao direito de estabilidade que lhe foi tirado, como de resto a todos os trabalhadores. Mas a Consolidação, por longos anos, assegurava ao bancário um trabalho especial de seis horas. A jornada de um bancário é de seis horas e não de oito horas. Pois o Governo, sob pressão dos banqueiros, restabeleceu as oito horas, violentando todos os padrões e até a própria tradição. Quando se conseguiu esse horário de seis horas, não foi porque lhe quisessem dar um privilégio, mas porque a natureza da atividade assim exige. É uma atividade tensional, por lidar números e valores. Então, digamos, é uma classe que, ainda trabalhando seis horas, é a que concorre com o maior número de pessoas para os hospitais de curas neuróticas. Pois restabeleceram esse horário de oito horas e os salários estão reduzidos à excrecência, à miséria inclusive. E sobre a interrogação que V. Exª levanta, se os Bancos estão ganhando bem ou mal, quero me reportar, a um meu aparte, de dois anos atrás, quando mostrávamos e os jornais noticiaram, que o segundo grande banco do mundo, com seis mil agências e apenas dezesseis agências no Brasil, teve aqui, com as dezesseis agências, 20% de seus resultados. Por aí V. Exª pode aferir os resultados extraordinários que os bancos vêm auferindo. E a situação dos bancos nacionais não é diferente, pelo contrário, é até maior, porque, além dos interesses do uso ilimitado de depósitos, para os quais não pagam nenhuma correspondência em juros, eles ainda têm as atividades laterais. Há bancos que têm centenas de outras empresas. E quero dizer a V. Exª que, enquanto, por exemplo, nos Estados Unidos e na Inglaterra, nenhum banco pode possuir depósitos cinco vezes superior às suas reservas, ao seu capital, aqui, no Brasil, eles chegam a possuir trinta, quarenta vezes. Se há o depósito a prazo fixo, sobre o qual os bancos pagam a remuneração, há o depósito à vista, para o qual não há pagamento algum. E os depósitos à vista são centenas de vezes mais volumosos do que os depósitos a prazo fixo. Se há uma causa justa é esta dos bancários de Porto Alegre.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Nobre Senador Leite Chaves, o depoimento de V. Exª tem um valor extraordinário pelo conhecimento que V. Exª tem, como bancário, como profissional do setor, a respeito das condições de trabalho, das tensões diárias a que estão submetidos esses trabalhadores brasileiros, que hoje estão sendo penalizados, estão sofrendo a repressão, com dirigentes seus presos e incomunicáveis, porque deram um grito de desespero diante da insuportabilidade desse sacrifício a que vêm sendo submetidos nesses últimos anos. Enquanto aos banqueiros, aos seus em-

pregadores, tudo lhes é concedido. Não há nenhuma lei que limite os seus ganhos, não há nenhum dispositivo legal que restrinja a lucratividade dos bancos e os rendimentos que auferem na sua intermediação financeira que é, ao que me parece, a mais cara do mundo, mas sobre os bancários, sobre esses, sim, pesa a lei dura de chegar ao ponto vergonhoso para nós de vermos presos líderes porque simplesmente cumprem o dever de conduzir uma greve decidida pela classe.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> se refere a medidas isoladas do Governo que, a seu ver, não resolvem, não influenciam a nossa problemática. Na verdade, a atividade do Governo é dinâmica e, evidentemente, suas ações são introduzidas no sistema de modo descontínuo. Descontínuo no sentido de que são medidas segmentárias, mas no conjunto fazem parte de uma sequência coerente e densa. Elas se apresentam sob a forma de interferência nos diversos setores. Portanto, são interferências pontuais que, no seu conjunto, determinam uma sistemática contínua de modificações. Nesse sentido, V. Ex<sup>a</sup> sabe que têm sido dados largos passos no sentido de que chamo a humanização do desenvolvimento. Por exemplo, quanto à interferência no lucro do setor bancário, V. Ex<sup>a</sup> tomou conhecimento da redução das taxas de juros. Uma ação do Governo, que acredito, de grande influência na economia. Isolada, no sentido a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, mas no fundo fazendo parte de um conjunto de medidas que vêm sendo tomadas sistematicamente. A segunda atitude do Governo já é essa citada por V. Ex<sup>a</sup>: a iniciativa de trazer um projeto novo sobre reajustamento salarial. A meu ver é um projeto de grande significação porque, pela primeira vez, se introduz um adicional sobre os aumentos do custo de vida, mas também, pela influência que terá na área da distribuição de renda, salarial, tentando também reduzir as disparidades, a que se referiu o nobre Senador Marcos Freire, entre os menores salários e os salários maiores. Acho que essas medidas são importantes e é de justiça que sejam lembradas neste momento, mesmo que se reconheça a necessidade de outras medidas para que o nosso desenvolvimento se torne cada vez mais humano.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — É pena que o Governo tenha demorado tanto tempo para sensibilizar-se com uma orientação deste tipo, que há muito vem sendo defendida pela Oposição nesta Casa: uma reformulação salarial que assegure um reajustamento, em períodos mais curtos, assimilação das taxas de produtividade, enfim, tudo aquilo que vem sendo tema da Oposição, nesta Casa. O Governo demora tanto e quando vem, vem distorcidamente e vem já fora de tempo, sem resolver o âmago dos problemas.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Não me parece, nobre Senador, que venha distorcida, nem fora de tempo. Ao contrário, se demorasse mais, pior seria. Eu acho que está muito bem.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Isso não quer dizer que tenha vindo em tempo certo.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — O fato é que a Oposição sempre está contra, ainda que o Governo adote medidas adequadas.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Somos a favor do povo, agora, como o Governo está contra o povo, nós estamos contra o Governo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Sr. Senador José Lins, tive oportunidade de comentar, há poucos dias atrás, desta tribuna, essas medidas sobre a reformulação da política salarial e mostrar o quanto elas têm de inócuas e até de ridículas, dentro do adjetivo que me referi para qualificá-las. Mas, de qualquer forma, tive oportunidade de dizer que, pelo menos, o Governo reconhecia que a Oposição tinha razão nas suas críticas, de vez que tomava algumas medidas que, na direção, estavam certas, mas que apenas, na extensão e na profundidade, ficavam, de tal maneira distantes daquilo que é necessário, urgentemente necessário, que não tínhamos outra coisa senão qualificá-las de inócuas.

Mas, Sr. Senador, quando V. Ex<sup>a</sup> fala em humanização do desenvolvimento, eu confesso, estou aqui nesta Casa desde o início de 1975 e desde então ouvindo esta alocação, esta declaração de intenções por parte do Governo de humanizar o desenvolvimento, de dar maior atenção ao problema de redistribuição de riquezas, aos problemas sociais; mas na hora das medidas concretas, Sr. Presidente, na hora da realidade, o que vemos são líderes sindicais presos no Rio Grande do Sul porque estão cumprindo o dever de comandar uma greve.

Então, para nós, nobre Senador, fica um pouco contundente e algo revoltante percebermos que, no fundo, estamos nós, como todo o povo brasileiro, como toda a Nação, sendo enganados por declaração de intenções que não se verificam na prática, mas que na prática, ao contrário, estão diametralmente opostas, estão levando a medidas que são diametralmente opostas às declarações.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador, não acredito que V. Ex<sup>a</sup> diga isso em sua consciência.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Digo na mais sã consciência, Senador. Tenho absoluta consciência do que está por trás disto. Conheço perfeitamente os "golberys" e os "delfins" deste Governo! Conheço talvez melhor do que V. Ex<sup>a</sup>. E sei perfeitamente do que eles são capazes. Estou vendo o que há por trás destas pequenas medidas, destas pequenas concessões que são feitas, para tirar o que é fundamental da classe trabalhadora, que é a liberdade de organização, que é o direito de greve, que é aquilo que realmente livrou o mundo das previsões de Marx. Quando Marx previa que a revolução socialista haveria de chegar, porque os trabalhadores não teriam mais nada a perder, além de seus grilhões, exatamente esta profecia não se realizou porque as sociedades capitalistas tiveram o bom senso de permitir a organização sindical, de reconhecer e conceder o direito de greve. E foi na base dessas concessões que melhoraram os padrões de vida da classe trabalhadora nas nações democráticas, e que o governo e o regime atuais se negam exatamente a conceder esse direito, que é um direito legítimo em qualquer país democrático do mundo e, principalmente, nos regimes capitalistas, porque é claro que nos regimes socialistas autocráticos do mundo de hoje, esse direito efetivamente não existe, todos nós reconhecemos e ponderamos a inexistência desse direito. Mas, o que estamos pedindo — o que estamos pedindo, não, o que estamos reclamando — em nome dos direitos da classe trabalhadora e, em nome da democracia, do regime democrático, é que esse direito seja reconhecido de fato e não que líderes sindicais, que presidentes da categoria, da elevação, do estofo, da estatura moral do Sr. Olívio Dutra, não sejam encarcerados e postos incomunicáveis, como estão em Porto Alegre no momento em que estamos aqui protestando com esta veemência. V. Ex<sup>a</sup> há de me desculpar a veemência. A questão é que isto traduz um cansaço, Sr. Senador! Como eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, são quatro anos que estamos aqui a ouvir falar nessa humanização do desenvolvimento e, na hora da realidade, das medidas concretas: 180 graus do outro lado! E isso nos deixa possuídos por esse sentimento de revolta, e vai V. Ex<sup>a</sup> me desculpar se sou veemente.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Acho que V. Ex<sup>a</sup> não precisa pedir desculpa pela veemência. Eu apenas não compreendo porque este ódio contra homens que, afinal de contas, têm dado a mais ao País, ao nosso desenvolvimento. E também não acredito, nobre Senador, que V. Ex<sup>a</sup> não reconheça o alcance das medidas de caráter social que têm sido tomadas, principalmente a partir dos últimos anos no Governo do Presidente Geisel.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Realmente, eu não as tenho visto.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> realmente parece desconhecer proposadamente essas medidas. Mesmo as mais recentes, tomadas no campo da justiça social, V. Ex<sup>a</sup> parece não ter atinado com o sentido da nova sistemática de revisão salarial de 6 em 6 meses que, definitivamente, terá uma grande repercussão sobre a distribuição dos salários ao longo das diversas classes. Sobre tudo, se se levar em conta que, além do aumento dos salários mais baixos, haverá redução dos salários mais altos. Levada em conta essa observação, V. Ex<sup>a</sup> verá, como economista, como homem de cálculo fácil, que a influência dessa medida não será tão pequena, nobre Senador. Concorramos com V. Ex<sup>a</sup> que temos muito o que fazer daqui por diante. Mas estranho profundamente que V. Ex<sup>a</sup> não reconheça que, realmente, têm se dado alguns passos efetivos no caminho de melhoria das condições sociais do País.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — O que tem sido feito é graças a pressão social: as massas estão se mobilizando, se organizando, e o Governo tem tido que ceder para não cair, mas era o mínimo do que precisava ser feito.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Não estamos negando que haja movimentos, que esses movimentos sejam sadios, o que não se pode negar é que há, realmente, uma política nova, em andamento, em marcha, num País que tem sofrido, que tem dificuldades que, afinal de contas, não tem um produto alto, não tem uma renda *per capita* tão alta, que não pode se dar ao luxo de, de uma hora para outra, aumentar três ou quatro vezes, todos os salários. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso: temos que ser justos e gradualistas. É isso que estou dizendo e não outra coisa.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Senador José Lins, este País não é mais o País pobre a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, não; este País que tem uma renda *per capita* de mil e oitocentos dólares, V. Ex<sup>a</sup> vai ter paciência, mas não é um País que não possa dar a esse luxo a que V. Ex<sup>a</sup> se refere de melhorar, substancialmente, a remuneração da classe trabalhadora.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — É exatamente o que está sendo feito, nobre Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Não vou repetir os argumentos que usei ao comentar as medidas propostas pelo Governo, porque eu as fiz outro dia mesmo, na tribuna, e isto tomaria todo o meu tempo, todo o tempo de que dispomos. Mas, vou-me permitir o direito, a iniciativa de remeter a V. Ex<sup>a</sup> uma cópia desse discurso, para que V. Ex<sup>a</sup> medite sobre ele e veja que não estou sendo absolutamente exagerado ao dizer que as medidas são realmente ridículas, em face da dimensão do problema social que estamos vivendo.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, o discurso que V. Ex<sup>a</sup> fez, na semana passada, já foi por mim analisado, nesta Casa. Se V. Ex<sup>a</sup> se refere ao discurso da semana passada, sobre as medidas mais recentes, adotadas na área financeira e dos salários. Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Então, agora, sou eu que estou lhe devendo uma leitura do comentário feito em réplica ao meu discurso.

Ouçõ o aparte do nobre Senador José Richa.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Apenas queria congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que, mais uma vez, tenho que discordar do aparte do Senador José Lins, quando diz de V. Ex<sup>a</sup> isto, e logo para V. Ex<sup>a</sup> S. Ex<sup>a</sup> até fez referência à palavra que, tenho certeza, não era a que queria dizer: "por que tanto ódio contra os que comandam a política econômico-financeira?" Eu não vejo e não escuto nas palavras de V. Ex<sup>a</sup> nada que demonstre ódio; apenas é uma análise que já tem sido por toda a Oposição, aqui, até repetitiva, que chega a determinado ponto de exaustão. Porque, na realidade,...

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — De exaustão e de indignação.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — De exaustão e de indignação, claro. Mas, cada um de nós teria todo direito de estar até indignado, por tudo isto que tem acontecido neste País...

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Daí a veemência e não o ódio.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Exato; e daí a veemência e não o ódio. E o curioso é que para tudo há uma só desculpa dos homens do Governo: é a da inoportunidade. Antigamente, se dizia que era preciso formar o bolo para repartir; então, antigamente não era possível, porque tinha que formar o bolo. Agora, com esse argumento que V. Ex<sup>a</sup> cita, de que o País já chegou a uma renda *per capita* de 1.800 dólares anuais, já existe algum bolo, pelo menos; acontece que esse bolo tem sido comido pelos mesmos...

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Exatamente.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — E o que é pior: esse bolo que tem crescido anualmente, só tem aumentado a fatia exatamente dos mesmos que o vêm comendo há quase 15 anos. Veja bem: V. Ex<sup>a</sup>, que é um perfeito analista dos assuntos econômicos e, sobretudo, deste modelo, mais do que eu sabe perfeitamente bem que esse modelo econômico é elitista e concentrador. E o que é pior: a iniquidade do modelo político só existe para respaldar o modelo econômico; porque, veja V. Ex<sup>a</sup> para um caso como esse de Porto Alegre, que V. Ex<sup>a</sup> com tanta oportunidade vem analisando, existem leis repressivas, colocam-se líderes sindicais na cadeia. Mas, perguntamos nós aos Líderes do Governo: quais, dentre aqueles que ao longo desses anos lesaram tanto o patrimônio público com as famosas entidades financeiras que, só em 1977, causaram um prejuízo de 40 bilhões de cruzeiros aos erários públicos, foram punidos? E, pergunto, através de V. Ex<sup>a</sup>, às Lideranças do Governo, tão solícitas em defender isto que aí está: qual foi o empresário que foi punido em consequência dessas falcaturas cometidas e acobertadas com os dinheiros dos cofres públicos? Ainda agora, tive a oportunidade de, há poucos dias, citar que o privilégio é tão odioso, neste País, que uma só empresa mal administrada — e o próprio Governo é que alega isso, não sou eu, nem somos nós da Oposição, é o caso ATALLA lá no meu Estado — o próprio Governo diz que as empresas do Grupo ATALLA têm sido mal administradas, o próprio Governo alega que tem dúvidas quanto à lisura, quanto à moralidade das apli-

cações dos vultosos financiamentos já concedidos a esse Grupo, e, assim mesmo, há quinze dias, novamente o Governo dá um financiamento a esse mesmo grupo, que passa de 10% de todo o orçamento para a Educação do ano de 1980. Para isto não existe aparelho repressivo; existe aparelho repressivo é para subjugar a classe assalariada, para que neste modelo os mesmos, esses privilegiados continuem se locupletando.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Senador José Richa, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> é iluminador; realmente, é este o núcleo central da questão. No fundo, toda a legislação casuística que está sendo feita e imposta ao País em forma de organização política é para impedir que grupos da Oposição que não concordam com o modelo econômico que aí está e que se propõem a mudá-lo não possam chegar ao Poder e ter que cumprir a promessa, os seus compromissos perante a Nação de mudar a política econômica, de mudar o modelo econômico.

V. Ex<sup>a</sup> foi ao ponto nuclear da questão.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador, não podemos negar, que o modelo de desenvolvimento do País, nos últimos anos, foi concentrador de rendas. Mas, quem pode negar que todo processo de desenvolvimento a taxas aceleradas, num país ao nível da nossa economia, não se faz acompanhar de inflação? E quem pode negar que o processo de inflação é por si, por sua própria natureza, concentrador de renda? Não poderíamos esperar o milagre de crescer e distribuir, melhorar a renda ao mesmo tempo. Sei que V. Ex<sup>a</sup> defende esse ponto de vista utópico, que na realidade não tem sentido. Nossa inflação, hoje, tem pelo menos quatro componentes, uma importada, outra institucional, para compensarmos os seus efeitos mais injustos pela correção monetária; outra proveniente das altas taxas do nosso desenvolvimento, e, finalmente, uma outra psicológica. Com tudo isso, jamais poderíamos ter um processo de crescimento tranqüilo, equilibrado e distribuidor da renda. Mas, V. Ex<sup>a</sup> não pode negar o esforço que tem sido feito, sobretudo nos últimos anos, para corrigir essas distorções sociais. E ainda, que neste momento todas as tendências se dirigem para a correção dessas grandes dificuldades do nosso processo de desenvolvimento; não há como negar isso, nobre Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Senador José Lins, nós temos afirmado, com toda a responsabilidade que envolve esta afirmação, que nós achamos que é perfeitamente possível, realizável, viável concretizar todas estas metas que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, dentro de termos relativos que signifiquem avanços incomparavelmente muito maiores do que os que têm sido conseguidos com essas pequenas concessões que o Governo tem feito.

A nossa responsabilidade perante a Nação é esta: afirmamos que é possível, num País com um nível de riqueza tal, se obter uma igualdade na distribuição, uma justiça social muitas vezes maior do que esta que está aí.

Agora, só há um meio de dirimir a dúvida se, realmente, temos razão ou não; este meio, nobre Senador, é o que é universalmente adotado no mundo democrático; chama-se rotatividade no poder, é dar oportunidade para que o povo escolha entre um grupo e outro, entre aquele modelo defendido por este grupo ou aquela política defendida por aquele grupo. É o que, lamentavelmente, tem faltado a este País, a oportunidade para que os que contestam a política do Governo assumam o poder e ponham na prática a sua política.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — É o que está vindo aí e que V. Ex<sup>a</sup> vai ter oportunidade de usar.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Que não seja blefe mais uma vez.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Faz 15 anos que estamos ouvindo este "vem aí".

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Com muito prazer.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Ainda hoje, a imprensa publica uma contribuição extraordinária da Igreja sobre a política social, em que estão inseridas críticas veementes à política que vem sendo adotada pelo Governo, de 1964 para cá, inclusive, com a indicação das alternativas, que ao ver da Igreja, devem ser adotadas para minorar o quadro social do País.

Por outro lado, nobre Senador Roberto Saturnino, já que V. Ex<sup>a</sup> fala na greve dos bancários de Porto Alegre, causou-me espanto uma declaração que li nos jornais de hoje, do Sr. Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de que não havia decretado a intervenção no Sindicato dos Bancários, do Rio Grande do Sul. Mas, S. Ex<sup>a</sup>, praticamente, fez mais do que isso, porque admitiu prisões de líderes sindicais, como bem lembrou V. Ex<sup>a</sup>, e afastou a própria di-

retoria do sindicato. Se isso, na prática, não é intervenção, não sei o que viria a ser.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é muito elucidativo. O documento da Igreja foi referido aqui, hoje, nesta tarde, pelo Senador Leite Chaves, e o Senador Marcos Freire teve oportunidade de, em aparte, ressaltar a grande área de coincidência que existe entre um documento da Igreja e um documento que nós, Senadores do MDB, apresentamos 48 horas antes, e que foi lido aqui, também, pelo Senador Marcos Freire, em nome da Liderança.

Realmente, há um movimento de opinião pública, neste País, que abrange todas as áreas de Oposição, que tem o apoio da classe trabalhadora, que tem a concordância completa por parte da Igreja e associações representativas de classe média, de que esse modelo econômico tem que ser mudado, que não é possível, que não é admissível continuar o País a seguir linhas de política econômica que vão desabar numa inviabilidade que está aí, aos olhos de qualquer um, seja uma inviabilidade interna, por uma comoção social grave, ou seja uma inviabilidade externa, por uma impossibilidade de o País, de a Nação vir a fazer face aos compromissos que está assumindo.

Por outro lado, quando V. Ex<sup>a</sup> se refere, no seu aparte, ao Ministro Murillo Macêdo, eu, exatamente, estava na intenção de finalizar essas palavras chamando a atenção para a única decepção profunda que a mim me causaram esses fatos do Rio Grande do Sul, porque não me surpreende o comportamento do Governo, como eu disse, esses quatro anos de militância política e de vivência aqui, neste Senado, e de repetição, a ponto de chegar à indignação, das nossas teses ante a total insensibilidade do Governo, isso tudo nos vacinou contra ilusões a respeito de um comportamento diferente por parte do Governo. Não me surpreendeu, honestamente. Agora me surpreendeu, sim, o comportamento do Ministro Murillo Macêdo. Acho que S. Ex<sup>a</sup>, que é um homem que tinha todas as condições para vir a exercer um importantíssimo papel mediador nesta quadra em que estamos vivendo, um Ministro que chegou a revelar sensibilidade para com os problemas da classe trabalhadora, um Ministro que chegou a exercer, efetivamente, o papel de intermediário e de negociador, no caso das greves de São Paulo, e este homem estava adquirindo autoridade para adquirir, como eu disse, um importantíssimo papel de mediador, de negociador, de uma saída política social para este problema que se coloca entre empresários e trabalhadores, no País.

Pois, bem, S. Ex<sup>a</sup> ao concordar com a prisão dos líderes sindicais, a meu ver, no meu entender, perdeu completamente sua autoridade. Para a Nação é uma grande perda, para nós é uma grande decepção.

**O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — S. Ex<sup>a</sup> não podia concordar, fosse ele a demissão do cargo, preservar a sua figura, a sua imagem, para essa missão para a qual ele poderia, e deveria até, ser convocado. Mas, do momento em que fez a intervenção, por que negar que há intervenção quando há uma junta no sindicato, e os líderes eleitos, autênticos e legítimos, estão presos na cadeia, incomunicáveis, como não há intervenção?

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — E S. Ex<sup>a</sup>, ao prestar-se a esse papel, ao admitir, ao aceitar essa ação governamental, no meu modo de ver, perdeu a autoridade, perdeu as condições que tinha para exercer esse importantíssimo papel a que me referi.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup>? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador, veja a que situação difícil chegamos. Aqueles que cumprem a lei...

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — É, lá vem V. Ex<sup>a</sup> novamente com os mesmos argumentos. Eu estava me referindo ao aspecto político; V. Ex<sup>a</sup> evoca a Lei, não precisa nem completar o aparte porque já o conhece, de tão repetitivo.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> acha que a atividade política pode ser realizada fora da lei, ou que ela pode ser exercida de maneira ilegal.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Estes 15 anos mostram isso.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — E foi feito, no caso de São Paulo, ou seja, quando realmente há intenção, há disposição, a mediação política pode contornar a exigência da lei, quando há disposição. Agora, quando não há, prendem-se os líderes.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que identificada a ilegalidade do processo da greve o Governo não fez mais que cumprir o seu dever, intervindo no processo: nomeou substitutos para a

diretoria, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que a diretoria destituída assumiu, por fora, o comando da greve, isto é, afrontou a própria aplicação da lei. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: deve ou não deve ser acatado o respeito à Lei? Deve ou não haver um poder que, afinal de contas, garanta o respeito à Lei? Ou será que qualquer um de nós pode desrespeitar essa Lei, alegando simplesmente que ela não está adequada ao momento? V. Ex<sup>a</sup> há de convir que ficamos diante de um dilema. Eu estou de acordo em que há que haver um caminho para que os dissídios marchem em benefício dos assalariados, em benefício da justiça social. Mas de modo algum seria capaz de defender que este processo deve ser inteiramente arbitrário, inteiramente aleatório, pondo em risco a tranquilidade da família brasileira. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas esse é o meu pensamento.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — A pergunta do Senador José Lins caberia muito bem ao Governo a que ele pertence, porque durante esses quinze anos o Movimento de 1964 nada mais fez do que desrespeitar reiteradamente as leis deste País, a começar pela própria Constituição que eles fizeram.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Isso na opinião de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — É a história, são os fatos. V. Ex<sup>a</sup> pode até querer justificá-los, mas negá-los não pode.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Essa é a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. Mas ainda que isso fosse verdadeiro, aqueles que fazem a lei, como V. Ex<sup>a</sup>, não deviam jamais, admitir o seu desrespeito.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Infelizmente há quinze anos que esta Casa deixou de fazer as leis. Já não é mais esta Casa que faz as leis.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Mas, então, V. Ex<sup>a</sup> não devia estar aqui.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Ah! Estou para dizer essas coisas, porque senão talvez estivesse em companhia do presidente do sindicato de Porto Alegre.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Para falar contra a própria Instituição?

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Não! Para defendê-la. Defendê-la, denunciando o arbítrio do Governo que a atinge.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Mas, então, V. Ex<sup>a</sup> está agindo exatamente de modo contraditório.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE)** — Pelo contrário!

Eu estou defendendo a Instituição! V. Ex<sup>a</sup> é que tem sido conivente com os arbítrios do Governo.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Essa é uma estranha maneira de defendê-la.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ)** — Sr. Presidente, eu vou encerrar e, apenas, para finalizar minhas palavras, queria dizer que na vida política o processo político tem essas características; enquanto umas figuras perdem autoridade moral, perdem presença no cenário político, outras ganham autoridade, ganham presença. Enquanto o Sr. Ministro do Trabalho, a meu ver, perdeu enormemente, ao executar a intervenção e concordar com a prisão, enquanto assinava, sucedia, uma outra figura cresce no cenário político nacional pela sua autoridade moral, pela firmeza das suas posições e pelas dimensões da liderança que vem exercendo cada vez mais. Trata-se do Sr. Luís Inácio da Silva, o "Lula", Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, e eu me permitiria encerrar essas breves palavras, citando uma frase que li, hoje, nos jornais, dita pelo líder sindical Luiz Inácio da Silva, em Porto Alegre. Dizia ele:

"A mão estendida transmuda-se em braço armado, a conciliação nacional se perde na intransigência façanhuda e a anunciada abertura política jogá no calabouço uma das vozes mais estimadas do sindicalismo brasileiro: Olívio Dutra" — Presidente do Sindicato dos Bancários que foi preso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jessé Freire, por cessão do Sr. Senador Jorge Kalume.

**O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Preocupado com o agravamento da seca no Nordeste e, em particular, no Rio Grande do Norte, o Governador Lavoisier Maia veio a Brasília, no princípio deste mês, fazer uma exposição ao Sr. Presidente da República,

sobre os reflexos desse flagelo na economia do Estado, e sua repercussão nas variadas camadas sociais daquela unidade federativa, quando então sugeriu, à guisa de solicitação, a adoção de medidas capazes de minimizar os efeitos catastróficos da seca, que há nove meses assola aquela região, e cujo ciclo só terminará quando do início das próximas chuvas em fevereiro de 1980.

O trabalho apresentado pelo Governador do Rio Grande do Norte à consideração do Presidente João Figueiredo foi calcado em dados e informações criteriosos e recentes, sem exageros, mas que traduz fielmente a realidade vivida pelo sofrido povo norte-rio-grandense.

Consoante demonstrado, os principais produtos agrícolas sofreram um colapso, com a lavoura de subsistência quase totalmente perdida e uma redução drástica estimada em 60% na cultura algodoeira, principal sustentáculo da economia do Estado.

Esgotadas as reservas de pastagens, as conseqüências seriam inelutáveis: grande parte do rebanho bovino será sacrificado com o conseqüente desfazimento da bacia leiteira.

À medida que as horas caminham, vão rareando as reservas d'água para abastecimento das cidades e consumo animal, o que agrava a aceleração das tensões sociais face a absoluta miséria em que se debatem as populações rurais.

Ante esse clima de inquietação, que se refletia negativamente sobre os demais setores da economia, houve por bem o Governo Federal acionar um programa de emergência do qual participaram o Ministério do Interior — SUDENE — Governo do Estado, com vistas a socorrer 107.000 homens, distribuídos em 13.000 propriedades.

Esse programa de atendimento aos flagelados consiste no fortalecimento da propriedade privada e retenção do homem no seu próprio meio de trabalho. Os seus objetivos consistem em:

a) absorver a mão-de-obra liberada em decorrência da estiagem, empregando-a produtivamente nos estabelecimentos rurais;

b) fortalecer a infra-estrutura das unidades de produção, através de construção e recuperação de açudes e aguadas, desmatamento de novas áreas, construção e recuperação de cercas e outras atividades correlatas.

Ao contrário dessa política salutar, o sistema anterior consistia na abertura de frentes de trabalho que, segundo o Superintendente da SUDENE — Valfrido Salmito — em diversas situações emergenciais, "demonstrou ser contraproducente, pois acarretava o aglomerado de centenas de flagelados ao longo das rodovias, obrigados pelas circunstâncias a se transferirem de seus locais de moradia, provocando problemas sociais dos mais diversos".

A execução plenamente satisfatória desse programa exigia, desde o seu advento, a participação simultânea dos Bancos Oficiais, que deviam suplementar os recursos aplicados a fundo perdido pelo Governo Federal, destinados estes ao custeio de apenas parte das despesas de mão-de-obra dos proprietários.

Tal, porém, não ocorreu. O que houve, em verdade, foi a não participação desses bancos nos financiamentos referidos, advindo, em conseqüência, para os proprietários, sacrifícios maiores, pois tiveram que mobilizar recursos próprios para atender à parte restante dos custos da mão-de-obra e à totalidade dos gastos com materiais, combustíveis, etc, num ano anormal, sem esperança de safra.

Esclareça-se que a participação do Banco do Nordeste no programa de emergência começou 45 dias depois do seu início, e o Banco do Brasil só o fez quando já haviam transcorrido dois meses, desligando-se logo em seguida.

Para que se possa fazer uma melhor avaliação sobre o problema aqui enfocado, é bom lembrar que das 409 propostas apresentadas ao Banco do Nordeste, no valor de Cr\$ 89,0 milhões, foram aprovadas 242 num total de Cr\$ 62,0 milhões.

Ao Banco do Brasil foram encaminhadas 1.150 propostas, totalizando Cr\$ 255,0 milhões, dos quais foram aprovadas 433, no valor de apenas Cr\$ 67,0 milhões.

Por igual, o atraso na liberação de recursos para pagamento aos trabalhadores se constituiu em fator de insatisfação, o que levou algumas pessoas a fazerem juízo apressado sobre a credibilidade do projeto.

No mosaico de nossas provações, há que se considerar ainda:

1. Que, a partir deste mês até o início das chuvas em 1980, não há possibilidade de trabalho e produção no Estado, no setor agropecuário; pelo que a vocação natural é o agravamento progressivo da situação.

2. Que nem o Governo do Rio Grande do Norte, nem a economia do Estado têm condições de absorver cerca de 150 mil homens, que estarão irremediavelmente desempregados se for desativado ou interrompido o programa de emergência.

3. Que os proprietários rurais do Estado, pobres e descapitalizados, não têm condições de manter a mão-de-obra em suas fazendas, mesmo se parte do

seu custo for coberto a fundo perdido pelo Governo Federal, por falta de recursos próprios para oferecer a contrapartida necessária.

4. Que embora o Decreto Estadual que declarou, em abril, o estado de emergência, tenha fixado a área respectiva em 85 municípios, a situação se agravou além desses limites, sendo igualmente grave na maioria das outras comunas do Estado.

É bom lembrar que a amostragem aqui feita se ajusta, com pequenas nuances, à realidade nordestina, de onde se conclui que as perspectivas para a Região Nordeste, a curto e médio prazos, não são nada promissoras.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Jessé Freire, tive oportunidade de trazer, na semana passada, algumas informações sobre o andamento do Programa de Emergência do Nordeste. Como V. Ex<sup>a</sup>, sinto-me angustiado e solidário com os sofrimentos da nossa terra e da nossa gente. Calamidades que se sucedem a calamidades, trazendo as maiores dificuldades àquelas pobres famílias que, afinal de contas, esperam alguma coisa nova que possa livrá-las definitivamente desses flagelos. Quanto à seca deste ano, eu trouxe sobre ela uma informação, na semana passada. Felizmente já não há atraso no esquema da mão-de-obra de emergência. Foram liberados no mês de junho 1,4 bilhões de cruzeiros; no mês de agosto foram liberados 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros e agora, no começo de setembro, estão sendo liberados mais 700 milhões. Desse modo já não há realmente atraso no pagamento da mão-de-obra. Quanto aos programas de crédito, esses realmente atrasaram. Porém, não sei se V. Ex<sup>a</sup> tem informações a esse respeito, mas, há cerca de 10 dias, também já foram liberados 600 milhões de cruzeiros, sendo 300 milhões para o Banco do Nordeste e mais 300 milhões para o Banco do Brasil. Afora isto, foi liberado mais um bilhão de cruzeiros para o Banco do Nordeste para o financiamento de investimentos na agropecuária. Tenho informações de que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Interior, tem acompanhado rigorosamente o que está acontecendo na Região, dialogando com a SUDENE e com os Governadores para incorporar novos municípios se assim for necessário às áreas de emergência. A grande preocupação hoje é quanto ao problema do abastecimento d'água das populações. V. Ex<sup>a</sup> está à par das grandes dificuldades d'água criadas pelo pequeno volume de precipitações deste ano. Os açudes não tomaram água, as cacimbas não se recuperaram. Por isso mesmo uma ampla ação de fornecimento de água foi aprovado agora pelo Governo. No momento, acredito que cerca de 300 carros pipas já foram distribuídos. Todos, como V. Ex<sup>a</sup>, devem acompanhar sistematicamente a situação dos nossos irmãos nordestinos, para assisti-los e ajudá-los. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por trazer o assunto a esta Casa.

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — Agradeço as informações que V. Ex<sup>a</sup> nos oferece neste momento.

No entanto, estive a semana passada no Rio Grande do Norte e as informações que recebi, do governador, dos secretários, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, agricultores, são essas que estou dando a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup>, que foi Superintendente da SUDENE e foi Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — com grande vivência, portanto, da problemática das secas nordestinas, sabe que há uma grande diferença entre a liberação das verbas e o pagamento, ao contato, do dinheiro deferido a essas regiões. Vem-se a Brasília conversa-se com o Ministro; o Ministro telefona para o Ministro da Fazenda; o da Fazenda diz que foi liberada a verba, que a verba está na SUDENE; volta-se à SUDENE, o Dr. Salmito informa: "eu fui cientificado de que houve a liberação, mas não recebi". — "Mas, o Banco do Brasil, em Recife, não tinha ordem, não recebeu ordem?"

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex<sup>a</sup> me permite? (Assentimento do orador.) Confirmo, como já confirmei, o atraso nos programas de crédito, embora recentemente recursos tenham sido liberados para o BNB e para o Banco do Brasil.

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — Intensiva a ágil.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Quanto ao pagamento da mão de obra, felizmente, acho que o problema foi superado. Há também uma promessa do Ministro da Fazenda ao Ministro do Interior, de que até o dia 25 de setembro todos os programas do Nordeste serão postos rigorosamente em dia, e mantidos em dia, daí em diante. Concorro com V. Ex<sup>a</sup> em que há necessidade do apoio dos parlamentares do Nordeste, para que esses atrasos não se repitam e não se agravem, como já muitas vezes aconteceu.

**O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN)** — Muito obrigado a V. Exª e praza aos céus que isso aconteça.

Continuo, Sr. Presidente:

Face ao explicitado, imperioso se torna:

a) preservação do Programa de Emergência até que, com o início das chuvas em 1980, a situação se normalize;

b) imediata integração dos Bancos do Brasil e do Nordeste, de modo a assegurar, com financiamentos nos moldes do Projeto Sertanejo, integral cobertura financeira às despesas não atendidas, dentro da filosofia do programa pelas parcelas pagas a fundo perdido;

c) ampliação da área do programa, a ele incorporando municípios ainda não incluídos, mas cuja situação, objetivamente, é idêntica à daqueles inicialmente selecionados;

d) ativação do programa de obras públicas já definido, que inclui, entre outras, a restauração de 241 poços tubulares existentes e que não funcionam, além de perfuração de novas unidades e a construção de três açudes.

A par dessas reivindicações, defende o Governador Lavoisier Maia o reconhecimento de que uma política especial, distinta da do resto do País, pode e deve ser aplicada na região.

Esta a grande tese que de há muito advoga o Governador do Rio Grande do Norte.

Em discurso que pronunciou no plenário da SUDENE, em 27-4-79, assim se manifestou S. Exª.

“Mesmo que a economia nacional, como um todo, reclame um programa de controle à inflação, o Nordeste não o suporta, se me afigurando desaconselhável qualquer medida restritiva, ou qualquer outro tipo de sacrifício seja esperado como possível de ser feito pelos nordestinos”.

“Em primeiro lugar porque, mesmo que não estivéssemos vivendo um ano de seca, o Nordeste não tem peso relativo, na economia nacional, para justificar medidas de restrição à atividade econômica”.

“A inflação brasileira não é gerada e nem agravada aqui”.

“Não é aqui, portanto, que deve ser combatida. Sem pretender entrar em discussões acadêmicas, posso declarar que os efeitos de um arrefecimento de 10% no ritmo de expansão da economia do Centro-Sul do País poderão ser muito mais expressivos no combate à inflação nacional do que uma drástica redução na atividade econômica do Nordeste”.

“Assim sendo, nada justifica a ausência de uma política própria para o Nordeste, autônoma em relação à estratégia anti-inflacionária que está sendo posta em prática para o País como um todo”.

Igual comportamento é revelado pelas Associações representativas da classe empresarial do Rio Grande do Norte quando afirmam, em documento dirigido ao Sr. Presidente da República, que “a busca de um tratamento diferenciado, pelo Nordeste, em favor de sua economia e de sua organização social, não implica em pedido de privilégio. Ao contrário, o que se pretende é a reparação de injustiças e a compensação de danos que vêm intensificando e multiplicando os desníveis entre esta e as demais Regiões do País, muito mais prósperas e com melhores perspectivas de crescimento e bem-estar comunitário”.

E arrematam dizendo: “Entendem as instituições subscritoras que a definição de uma nova política para o Nordeste, devidamente compatibilizada com as linhas básicas de planejamento do Governo Federal, terá como pré-requisito uma revalorização e um redimensionamento da SUDENE. Esse órgão necessita concentrar meios e instrumentos que o capacite a intervir na economia do Nordeste sob critérios estritamente peculiares às características regionais. Urge revitalizá-lo, tornando apto a desempenhar, com real eficácia, as funções para as quais foi criado, que parecem se não esquecer, pelo menos subestimadas”.

Na realidade isto não vem ocorrendo nem no âmbito do crédito, nem na esfera do Poder Público.

Com efeito, às restrições estabelecidas através do sistema bancário, somaram-se retenções de recursos destinados aos Estados, alguns dos quais — como o Fundo Rodoviário — a eles legalmente pertencentes, apesar de arrecadados pela União.

Agora, por exemplo, estão pendentes de liberação recursos em torno de Cr\$ 650 milhões relativos a compromissos da União e decorrentes de:

a) participação legal do Estado em Fundos arrecadados pelo Governo Federal;

b) parcelas de convênios e contratos em vigor com liberação atrasada;

c) parcelas de recursos concedidos ao Estado por decisão presidencial e ainda pendentes de pagamentos.

Estas ocorrências são resultantes da deformação a que a política tributária levou a federação, gerando preocupações de tal ordem que o Presidente João Figueiredo, ao que sabemos, deseja reverter a tendência, com vistas a possibilitar autonomia financeira às unidades federativas.

O assunto é de interesse nacional, em razão do que começa a polarizar as atenções da opinião pública.

Em editorial de 06 do corrente, o *Jornal de Brasília* comenta o problema, com objetividade e clareza, afirmando em três de seus tópicos:

“Há que rever-se urgentemente a política tributária a fim de que se reponha a autonomia dos Estados. Todo e qualquer avanço no campo político acha-se entorpecido por essa deformação, até mesmo a reforma partidária.”

“Não haverá liberdade de opção política por parte de Governadores e Prefeitos enquanto não houver autonomia financeira, e não é desejável, nem politicamente ético, manter-se em torno do Governo uma unidade partidária fundada na dependência econômica.”

“A lei tributária vigente já cumpriu sua missão política. Ela serviu a um momento histórico, em que a Revolução entendeu útil aos seus objetivos assenhorear-se de todos os mecanismos capazes de favorecer a concentração do poder político.”

Em verdade, o Nordeste em particular está sendo subtraído em seus recursos, exaurida sua economia e por gravidade relegado o seu futuro a perspectivas sombrias.

Sabem todos os eminentes Senadores que a Constituição de 1946, em seu art. 198, atribuía ao Polígono das Secas 3% da Renda Tributária da União e, nas Disposições Transitórias, art. 29, 1% para ser empregado no desenvolvimento do Vale do São Francisco.

A Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que criou a SUDENE, estabelece em seu art. 10:

“Sem prejuízo dos mínimos previstos no art. 198 da Constituição (3%) e do art. 29 do Ato das Disposições Transitórias (1%), e além dos recursos normalmente destinados a outros programas que vierem a ser incluídos no seu Plano Diretor, serão atribuídos à SUDENE recursos anuais, não inferiores a 2% da Renda Tributária da União, fixada com base na última arrecadação.”

Vêem V. Exªs que à SUDENE eram destinados 6% dos recursos orçamentários, sem se levar em consideração os incentivos fiscais, então criados para desenvolver o Nordeste.

Atente-se para o fato de que de 1967 a 1974 houve para o Nordeste um prejuízo aproximado de 8,7 bilhões de cruzeiros, vez que recebeu apenas 2,3 bilhões de cruzeiros quando deveria ter percebido 11 bilhões.

De 1975 a 1979 recebemos apenas Cr\$ 5,6 bilhões quando o real seria Cr\$ 67,2 bilhões, representando um prejuízo de Cr\$ 62,0 bilhões, em números redondos.

No que respeita aos incentivos fiscais houve, por assim dizer, uma pulverização com outras áreas e programas.

De uma participação inicial do Nordeste de 100%, em 1962, decresceu para aproximadamente 20% no presente exercício. Com esta política dos incentivos fiscais, o Nordeste deixou de capitalizar e, conseqüentemente, investir no seu desenvolvimento cerca de Cr\$ 200 bilhões.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a fotografia, sem retoques, da real situação do Nordeste.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN)** — Com muito prazer.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Congratulo-me com V. Exª pelo seu discurso. V. Exª, embora pertencendo à ARENA, faz um pronunciamento numa linguagem de nordestino, acima de tudo, V. Exª procura refletir, realmente, a nossa realidade e faz sentir ao Governo as distorções que estão ocorrendo na execução dos planos de desenvolvimento regional. E no que toca aos recursos, gostaria de contar com o seu apoio para uma proposta de emenda constitucional que apresentei ao Congresso, há poucos dias, restaurando a vinculação dos 3% da receita tributária à implantação de projetos de irrigação no Nordeste. Espero que V. Exª possa contribuir com a sua palavra para que essa proposta se transforme em texto constitucional.

**O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN)** — Terei muito prazer em dar a minha colaboração.

Oportuno se nos parece aduzir, neste pronunciamento, parte das conclusões a que chegou o Relator da Comissão do Interior — Deputado Edison Lobão — no Simpósio sobre a atuação da SUDENE, quando 29 conferencistas, todos com ampla visão da problemática nordestina, expuseram sua opinião para um debate aberto com técnicos e políticos presentes naquela Comissão.

Afirma aquele ilustre representante do Maranhão que

“os depoimentos aqui trazidos são, todos eles, verdadeiros gritos de angústia. Cada palavra, um gemido de dor; cada número, um golpe na consciência nacional.”

A verdade, diz ele, é que não se fez o suficiente em benefício do nordestino brasileiro, que continua sua caminhada de sofrimento, acossado por uma perseguição eterna, errante na sua miséria e em seu desencanto, credor permanente do reconhecimento nacional que nunca vem.

E enfatiza:

“Os nordestinos não desejam ser um problema nacional. Estão decididos a ser uma solução. Sua miséria, todavia, não os inculpa. Por ela devem se penitenciar os que, sendo responsáveis pela solução, dela não cuidaram.

Mas, até quando esses homens, mulheres e crianças, maltratados pela fome e pela subnutrição suportarão tanta desgraça, pergunta o Relator. Colocados à margem da estrada do progresso, assistindo à passagem dos comboios do desenvolvimento a beneficiarem as demais Regiões do País e contribuindo, eles próprios, para essa felicidade desejada por todos, mas dela repelidos, os nordestinos vêem exaurirem-se as suas potencialidades nas fronteiras de um novo século.

O Poder Central realiza grandes obras, do tamanho de sua imagem moderna perante o concerto das nações. Com isto, regozijam-se os nordestinos. Mas, e eles? Também não têm direito de tornar-se protagonistas do mundo moderno? Ou será que nasceram condenados à condição de periferia nacional, subproduto humano de uma era que não se encerra?”

E conclui, com esse trecho lapidar, mas de profunda revolta:

“Quando tomamos ciência de que a desgraça dos nordestinos já chega ao ponto de comprometer a própria estatura de seus filhos, tornando-os nanicos num País de homens de bom tamanho, não sabemos mais o que dizer.”

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª me permite, nobre Senador?

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — Com muito prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Aproveito a oportunidade, do discurso de V. Exª, para parabenizar o Senador Humberto Lucena, pelo seu explícito apoio à irrigação no Nordeste brasileiro. Hoje, há quem diga que esse programa não é importante para o Nordeste. Há quem discorde da irrigação, porque exige a desapropriação de terras, ou porque pensam que ela traz a salinização ou por outras razões ainda mais inconsistentes. Ora, ele é indispensável para que possamos resolver os nossos angustiantes problemas de água e de agricultura no Nordeste brasileiro. De modo que me congratulo aqui com o nobre Senador Humberto Lucena. Além disso quero testemunhar, também, o meu apreço ao nobre Deputado Manoel Novaes, e aos colegas que o ajudaram na Comissão do Interior da Câmara na realização do Simpósio da SUDENE. Fui um dos conferencistas e participei da redação das conclusões daquele Simpósio, e acho que cabe muito bem, aqui, o elogio, a que ora proponho.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — É um elogio que sei que é de todos os nordestinos que, nesse momento, estão ou não no plenário do Senado.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Como também ao Relator Edison Lobão, que se mostrou um trabalhador extraordinário.

O SR. JESSÉ FREIRE (ARENA — RN) — Concluindo, Sr. Presidente:

“A Nação, como um todo, tem deveres inalienáveis para com o Nordeste brasileiro. E o Governo Federal, juntamente com o Congresso Nacional, são fiadores dessa dívida. Resgatemo-la hoje, ou amanhã será muito tarde.”

Jamais poderemos atingir o crescimento econômico e o bem-estar social de outras Regiões, se a estrutura tributária vigente no País subtrai de nós significativa parcela orçamentária, tornando-nos, na expressão feliz de um editorialista, pingentes da União.

Esperamos, contudo, que o Governo do Presidente Figueiredo, atento como se encontra aos reclamos da nacionalidade, alforrie o Nordeste desta escravidão a que foi subjugado, dando-lhe condições de sobreviver, com dignidade, ao lado de seus compatriotas de outras Regiões mais prósperas.

O Nordeste não reivindica grandeza, não postula poder, não persegue privilégios. Deseja apenas o mínimo essencial à sobrevivência de milhões de brasileiros hoje transformados em párias de uma sociedade madrastra, que só lhe oferece as migalhas de seu festim.

Isto, Sr. Presidente, o que nos cabia dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO. Lê o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde o dia 4 do mês em curso, atendentes e auxiliares de enfermagem dos hospitais e postos de saúde públicos estaduais de Goiás estão em greve de reivindicação salarial. São centenas de servidores paramédicos percebendo salários irrisórios levados pelo desespero da fome e da insegurança.

Os atendentes estão submetidos a salário de 1.692 cruzeiros mensais e os auxiliares de enfermagem a 2.200 cruzeiros, insuficiente para a alimentação adequada de um pessoa apenas, sem levar em conta as demais despesas indispensáveis à sobrevivência.

Atendentes e auxiliares de enfermagem são os servidores que assistem diretamente ao doente, que lhe prestam diretamente os serviços paramédicos e dedicam-lhe apoio moral e humano. Mais que tudo, necessitando de tranquilidade para a boa compreensão dos pacientes em sua dor.

Durante vários meses, por suas lideranças, tentaram a negociação com as autoridades individuais, sem nenhum sucesso, pela insensibilidade dos mesmos, não lhes restando outra alternativa senão a greve.

Em seis dias de movimento reivindicatório, após negociações entre a Comissão de Greve e a Secretaria de Saúde do Estado, alcançou-se significativa vitória, com aumento de 95% para os atendentes, que passarão a receber 3.178 cruzeiros mensais e de 60% para os auxiliares de enfermagem, cujo salário passará para 3.892 cruzeiros mensais, a partir do dia 1º do corrente mês de setembro.

Do acordo constam ainda duas cláusulas importantes: 1ª) os dias parados serão pagos pela Secretaria de Saúde; 2ª) não haverá demissões.

Registro, portanto, minhas congratulações a esta importante categoria de trabalhadores de meu Estado pelo espírito de unidade que apresentou durante estes dias difíceis para os trabalhadores, e manifesto a certeza de que este primeiro passo representará força maior para a entidade que a congrega, ao mesmo tempo em que apresenta o importante significado rumo a menores injustiças salariais.

Têm nosso apoio todos estes servidores coordenados por seu líder, Clésio dos Santos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (ARENA — AM. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É para mim motivo de satisfação fazer o registro da volta da revista *O Cruzeiro* às bancas de jornal de todo o País, fato que transcende de significação pelas circunstâncias históricas que envolve e pela expressão cultural que representa.

A vida brasileira tem sido sacudida nos últimos anos por fenômenos sociais, políticos e econômicos, com profundas repercussões nos diversos setores de nossa sociedade, ora de forma negativa, ora de forma positiva.

São as mutações naturais de uma sociedade que amadurece, vivendo as instâncias de um processo desenvolvimentista, extremamente dinâmico, onde

a renovação se impõe, numa seleção de espécie nos diversos segmentos da organização social brasileira.

Nos últimos anos tivemos a tristeza de ver desaparecer do jornalismo brasileiro duas publicações diárias que marcaram época e prestaram assinalados serviços às melhores causas nacionais. O *Correio da Manhã*, fundado por Paulo Bitencourt, e o *Diário de Notícias*, fundado por Orlando Dantas, ambos sediados no Rio de Janeiro, de onde irradiaram cultura, numa marcada posição de fidelidade aos ideais de liberdade e da democracia, sempre a serviço do Brasil.

Também foi arrolada entre as publicações que deixaram de circular a revista *O Cruzeiro*, fundada por Assis Chateaubriand e que não pôde resistir aos embates dos duros tempos que também levaram os dois grandes jornais cariocas a se retirarem de circulação.

Não é segredo para ninguém o que vem ocorrendo no mercado de trabalho que ora faz crítico o perfil do aproveitamento da mão-de-obra disponível e sombrias as perspectivas do seu nível de utilização.

Por isso mesmo quero assinalar da tribuna do Senado Federal o retorno de *O Cruzeiro* nas bancas do Brasil inteiro, colocando-se ao lado das publicações semanais e quinzenais, mais algumas centenas de páginas livres para discutir o processo brasileiro, analisando a nossa realidade, criticando e oferecendo alternativas válidas para as soluções dos grandes problemas nacionais.

Abandonando o feito tradicional que a fez completar 50 anos de jornalismo sadio e combativo, a nova Revista *O Cruzeiro* assumiu padrões gráficos os mais modernos e se apresenta como instrumento de formação da opinião pública inteiramente renovada e disposta a participar do mercado editorial brasileiro, ao que tudo indica, com muita garra, com muita competência profissional e muito patriotismo.

Tendo como Diretores os jornalistas Alexandre Von Baungarten, Heber Penha Miceli e José Oswaldo Correia, tem como diretor responsável a figura de José Anchieta Távora, que dispensa maiores apresentações, contando ainda com a colaboração de Antonio Faustino Porto Sobrinho, Aor Ribeiro, Expedito Quintas, Manoel Pompeu, Bernardo Ellis, A. Aciolly Neto, Seixas Netto, Vitorino Vieira, Carlos Burity, Affonso Soares, Hélio Contreras, entre outros nomes destacados do jornalismo brasileiro.

Seu número de retorno às bancas tem data de capa de 15 de setembro e o material profissional que marca essa volta é de alta qualidade jornalística, polêmico, informativo e de grande capacidade de mobilização da opinião pública.

Esse registro breve, Senhor Presidente, Senhor Senadores, tem um sentido paralelo de homenagear a imprensa brasileira, brava e aguerrida, que dentro do modelo social, político e econômico do nosso País, tem na forma de competição, um dos principais estímulos para que se aperfeiçoe e se habilite para cumprir a sua grande missão de informar, criticar e debater.

Mosso desejo e nossas certezas são no sentido de que *O Cruzeiro* volte a ocupar a posição de destaque que conseguiu no mercado editorial do Brasil e hoje como ontem ofereça uma contribuição alta ao processo crítico da realidade brasileira, promovendo de forma independente, vigorosa e totalmente livre, os grandes temas que desafiam o nosso tempo e nos ajude a encontrar as soluções de equilíbrio e harmonia para os complexos e difíceis problemas que fazem decisivos os esforços empreendidos pela sociedade brasileira para ocupar os espaços a que o Brasil tem direito na comunhão dos povos, a nível mundial e, internamente, ajude a encontrar as melhores alternativas para os caminhos de paz e prosperidade a que fazemos jus como nação livre e soberana. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER** (ARENA — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O *Jornal do Brasil* de 7-8-79, traz uma notícia intitulada "Mineração", diz a mesma que seria instalado às 11:00 horas daquele dia um grupo de mineração, do Ministério das Minas e Energia, coordenado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e que teria como objetivo incentivar a empresa privada nacional a participar mais das atividades de "Mineração".

Até aí tudo bem e estamos de pleno acordo, pois, as riquezas minerais do Brasil são imensas, mas, com uma ressalva, não agredir os velhos garimpeiros, abridores de picadas, desbravadores de sertões, plantadores de cidades, no interior do Brasil.

Que venham as empresas privadas de preferência nacionais, trabalhar, desbravar, plantar cidades também ao lado dos garimpeiros de pé no chão. O que não se aceita é a expulsão dos garimpeiros, gerando nas áreas cedidas às

empresas maiores um ambiente de pânico, e de ameaças recíprocas, extinguindo com a paz social.

Recebi convite para ir a uma reunião com os Senhores Diretores do DNPM e não compareci, pois, no dia 30 de agosto, já tinha compromisso firmado, em Mato Grosso, mas enviei uma carta externando o meu pensamento e que transcrevo para que conste dos Anais desta Casa.

"Brasília, 22 de agosto de 1979.

Senhor Assessor:

Recebi seu Ofício nº 1866/79, datado de 21 do corrente.

Como nesta data não poderei estar presente à reunião, apresso-me em responder-lhe o referido Ofício.

Não há reivindicações das lideranças políticas do Estado de Mato Grosso do Norte, pois, não existe esse Estado, existe o Estado de Mato Grosso e as lideranças de Mato Grosso, sim, reivindicam os seguintes pontos:

1º — Que sejam respeitados os direitos inalienáveis dos garimpeiros de Poxoréu ou outras regiões diamantíferas. Eles foram os pioneiros da região, plantadores de cidades, desbravadores dos sertões e não podem ser tratados pelo Governo como intrusos, ou coisa que o valha. O caso de Poxoréu, por exemplo é gritante, pois, aquela região foi aberta pelos garimpeiros, geralmente, nordestinos há mais de 50 (cinquenta) anos e devem e não podem ser enxotados da área, por uma Portaria gerada nos gabinetes refrigerados de Brasília.

2º — Não há e nem houve até agora nenhum congressista credenciado para falar contra os interesses dos garimpeiros, mas sim, tem-se delegação para defender em comum os direitos deles.

3º — Na região de Poxoréu e em outras regiões de Mato Grosso e do Brasil, na minha opinião pessoal, há lugar para todos trabalharem na lavra, principalmente. Não vejo nenhum mal, de um modesto garimpeiro que ainda trabalha por processos rudimentares, estar labutando ao lado das máquinas sofisticadas das grandes Companhias. Não enxergo nenhum crime de em Poxoréu, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenópolis, etc., as companhias conviverem na pesquisa e lavra com os garimpeiros e draguistas, sem o menor constrangimento. Na minha opinião pessoal as riquezas minerais do subsolo mato-grossense são imensas dá para todos explorarem as áreas em busca dessas riquezas, mas, não aceito é a expulsão, como se marginais o fossem, dos garimpeiros desbravadores da região e a quem Mato Grosso e o Brasil, muito devem.

4º — Quanto ao caso específico de Poxoréu (Alto Coité) a solução definitiva é suspender a vigência, em definitivo da famigerada Portaria, bem como o DNPM, não conceder mais pesquisa em áreas mais que pesquisadas, como as que citei e muito menos lavra, salvo, se as grandes firmas, concordarem em manter uma convivência pacífica com os garimpeiros.

Se não houver essa compreensão vai haver fatos graves e tristes. Preste-se atenção quem vai sofrer não são os donos das grandes firmas, mas sim, os pobres empregados que sofrerão as violências e pagarão por crimes que não cometeram.

Atenciosamente, — Senador Gastão Müller, Quarto-Secretário.

Exmo. Sr.

Dr. Hélio Gois Ferreira Filho

DD. Assessor Parlamentar

Ministério das Minas e Energia

Gabinete do Ministro

70.056 — Brasília — DF"

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

**O Sr. Mauro Benevides** (MDB — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (MDB — CE. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na última quinta-feira, dia 6 de setembro, faleceu, em Fortaleza, o general da reserva Clóvis Alexandrino Nogueira, figura de relevo nos círculos políticos, administrativos e militares do Ceará.

Nascido no município de Tauá, em 5 de agosto de 1917, o extinto cursou o Colégio Militar, transferindo-se, a seguir, para a Academia Militar de Realengo, sendo declarado aspirante e oficial em 1938, na Arma de Engenharia.

Na década de quarenta, permaneceu, por dois anos, nos Estados Unidos, realizando cursos de especialização, após o que retornou ao Brasil, passando

a servir em várias Unidades, entre as quais o 4º Batalhão de Engenharia de Cratéus, a cujo Comando ascendeu.

No ano de 1963, ocupou as elevadas funções de Secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará, a convite do então Governador Virgílio Távora.

A frente daquela Pasta, levou a efeito importante trabalho, relacionado com o enquadramento dos órgãos policiais em novos padrões de comportamento ético, impedindo-os de ser utilizados em benefício de facções políticas.

O banditismo, estimulado, no Nordeste, àquela época, por líderes políticos inescrupulosos, foi tenazmente combatido na gestão do general Clóvis Alexandrino, sob os aplausos da imprensa e de todos os segmentos de nossa sociedade.

Há alguns anos vinha dirigindo, com acerto e proficiência, a TELECEARÁ, promovendo a ampliação das redes telefônicas na Capital e muitas comunas do interior cearense.

Com o apoio decidido do Ministério das Comunicações, intensificou as ligações DDD e DDI com algumas cidades de nossa hinterlândia, projetando a sua atuação pela maneira dinâmica em que sempre procurava situá-la.

Consoante com a Sra. Judith Machado Nogueira, o general Clóvis Alexandrino legou aos seus filhos exemplos admiráveis de amor à causa pública, encontrando-se o mais velho deles, Dr. Cláudio Machado Nogueira, no desempenho da Direção Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Ao efetuar o registro do recente passamento daquele ilustre conterrâneo, desejo homenagear a sua memória, reconhecendo, desta tribuna, os inestimáveis serviços que prestou ao Ceará e ao País.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 315, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da palestra proferida pelo Ministro de Estado dos Transportes, Elizeu Rezende, na Escola Superior de Guerra, em 8 de junho de 1979.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1978, de sua autoria, que altera dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1976 (nº 448/75, na Casa de origem), que institui o Plano Nacional de Moradia — PLAMO, para as populações com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos regionais, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 417 a 420, de 1979, das Comissões:

— de **Economia**, favorável;

— de **Legislação Social**, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que oferece, com voto em separado dos Senadores Lázaro Barboza, Henrique de La Rocque e Domicio Gontim;

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e do substitutivo da Comissão de Legislação Social; e

— de **Finanças**, favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social com duas subemendas que apresenta.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1979 (nº 2.146/76, na Casa de origem), que introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tendo

PARECERES, sob nºs 475 e 476, de 1979, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável com a emenda que apresenta de nº 1-CLS, e

— de **Finanças**, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Legislação Social.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1978, do Senador Otto Lehmann, que dá nova redação à alínea a do artigo 32, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, tendo

PARECER, sob nº 491, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que altera a Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, que dispõe sobre a legitimação adotiva, tendo

PARECER, sob nº 433, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e favorável quanto ao mérito, nos termos do substitutivo que apresenta.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1979, do Senador Amaral Furlan, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, modificados pelas Leis nºs 5.697, de 27 de agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972, e 6.444, de 3 de outubro de 1977 (Lei Orgânica dos Partidos), e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 477, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação.

— 8 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1979, de autoria do Senador Murilo Badaró, que altera a redação do artigo 9º da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 496, 497 e 498, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Serviço Público**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 4-9-79 E QUE, ENTREQUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. EVANDRO CARREIRA** (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O discurso do ilustre Senador Almir Pinto enfocou um tema deveras interessante e que se relaciona à participação dos meios de comunicação nos trabalhos do Congresso Nacional.

Feriu o ilustre orador com muita oportunidade o tema, ao lembrar que a maioria do povo brasileiro não toma conhecimento dos nossos trabalhos. E não toma por quê? Não toma porque o Poder Legislativo não interpretou, não compreendeu o avanço das comunicações ou o desenvolvimento das técnicas de comunicação. O Legislativo permaneceu fechado numa torre de marfim, chegando ao ponto de se esconder do próprio povo em plenários que ficam a seis, oito andares além do térreo.

Hoje há Assembleias Legislativas, neste País, onde o plenário fica no quarto, quinto, oitavo, décimo andar de um edifício, num convite inequívoco à não participação popular, à ausência do povo nos trabalhos legislativos.

O Poder Legislativo não entendeu que houve um avanço muito grande em termos cibernéticos, nos últimos 60 anos, fechou-se em torre de marfim sob a influência nefanda de uma assessoria técnico-burocrática oligárquica, nascida dos próprios legisladores, preocupados em favorecer a clientela eleitoreira.

É preciso que se diga, Sr. Presidente, que a tecnoburocracia que hoje infelicitava o Executivo brasileiro, já há muito tempo vem infelicitando o Legislativo. São técnicos que, arrimados no seu conhecimento especializado, dentro do variado leque de necessidades de uma casa legislativa, começaram a se assenhorear do Poder Legislativo.

E, hoje, o que se observa em todas as casas legislativas, de um modo geral, é a existência de uma oligarquia de funcionários, de tecnocratas que impõem a sua vontade; se especializaram de tal forma que deixam o legislador numa dependência muito grande.

O legislador, preocupado na cata do voto, na conquista eleitoreira, neste prurido do colóquio de calçada, do bate-papo e do aperta-mão, deixou de se especializar, de atender à necessidade de uma cultura polimórfica, e foi se condicionando, se sujeitando e se subordinando a uma tecnoburocracia legislativa que passou a se impor; e se impondo começou a fechar cada vez mais o plenário, a retirar o legislativo da ágora, da praça pública, a ausentar o legislador da praça, fechando o legislador em campânulas como esta aqui.

O plenário do Senado da República é um exemplo típico desse exagero, do clímax a que chegou a tecnoburocracia dominando o legislador.

Cito só como exemplo, assim de soslaio, Sr. Presidente: o popular, quando vem ao Senado assistir a uma sessão, é obrigado a sentar-se numa posição tal que lhe permite apenas ouvir o orador ou aparteante, e jamais vê-lo, se por acaso o orador ou aparteante fala do plenário; só poderá o espectador ver e ouvir alguém que fale ou aparteie se ele estiver ao nível da mesa diretora dos trabalhos.

O auditório foi feito propositadamente para o espectador contemplar a magnificência da mesa diretora. É mais fácil o espectador se identificar com os técnicos, que se atropelam atrás da mesa diretora, do que com os Senadores que estão no fosso do plenário, *in pace*.

Quando um popular, milagrosamente, consegue atravessar o deserto da Praça dos Três Poderes, com seus quilômetros isolando o Congresso do povo — que também em Brasília, milagrosamente, acontece na Rodoviária — e chega até o auditório do Senado e tenta visualizar o fosso, *in pace*, que é plenário, debruçando-se num beiral que impede a visada, é de imediato advertido por um guarda. Depois de tanto sacrifício para o homem do povo chegar a conhecer como trabalham os seus Senadores, é humilhado com uma advertência por ter se debruçado sobre um beiral posto propositadamente para impedir sua perspectiva.

Em Brasília quem não tem automóvel é um pária, é um hilota, é um ser inferior, e só de automóvel pode se atravessar o deserto da Praça dos Três Poderes, a pé é aventura que desperta a curiosidade dos circunstantes.

Isto é só um exemplo, assim de passagem, do que estou afirmando, da supremacia do técnico, do burocrata, dentro do Legislativo. E são esses tecnoburocratas que hoje povoam o Senado, com quase três mil e trezentos funcionários, não tendo o Senador condições de ter um assessor de sua confiança, que conheça a sua área.

Qual o assessor do Senado que pode fazer um trabalho sobre o comportamento do peixe-boi na Amazônia? Qual o assessor do Senado que tem condições de fazer um estudo sobre o processo de colmatagem que acontece na várzea amazônica?

Os assessores do Senado não têm culpa por não possuírem essa especialidade, as suas especialidades são outras.

O Senador não tem condições de contratar ou de pedir ao órgão de assessoria do Senado que contrate um técnico especialista no assunto. Tudo isto num esvaziamento da função legislativa. A própria presença da Capital da República aqui em Brasília, representou um crime de esvaziamento legislativo, pois não se compreende que um povo nascendo, fervilhando, em ebulição para o crescimento, à procura de si mesmo, à procura do grande encontro sócio-econômico que precisava, fosse obrigado a essa dicotomia entre a capital legislativa, a capital política e a capital cultural.

Sr. Presidente, nenhum legislador funciona fora das pressões populares. Eu pergunto: em Brasília como se pode exercitar pressão popular?

Quando os populares povoam o auditório do Senado ou da Câmara, vêm em caravanas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Nordeste e do Sul. Vêm com sacrifício, porque o problema lhes diz de perto, e vêm para pressionar, para reivindicar.

Asseguro-lhes que se a Capital da República tivesse continuado no eixo Rio—São Paulo, essa Revolução não teria acontecido, nem Jânio Quadros teria renunciado; e se tivesse acontecido, não teria resistido 2 anos, a não ser que se conduzisse dentro do ideário a que se propôs: a luta contra a corrupção e o apuro do mérito para o comandamento da coisa pública brasileira.

No entanto, nós legisladores, os nossos antepassados se deixaram emascular por uma tecnoburocracia que se assenhoreou do Legislativo, passou a comandar tudo, e constitui, hoje, uma verdadeira oligarquia. Não percebeu o legislador do passado, como não estamos percebendo nós, preocupados na satisfação de interesses pessoais, atendendo a sinecuras e ao nepotismo, empregando filhos, parentes e aderentes, ou a clientela eleitoral, a fim de manter um colégio que nos possa trazer constantemente para esta Casa.

Não entendemos que a tecnologia estava avançando em termos de comunicação, e que o Senado não podia mais ficar ao sabor de interesses escusos ou ao sabor de técnicas que estavam sendo superadas: era o jornal que perdia para a rádio, era a rádio que perdia para a televisão.

Se aqui, no Senado da República, houvesse um aparelho de televisão focalizando os trabalhos da Casa, irradiando para o resto do Brasil, ou até onde pudesse, o que se passava nesta Casa, ela não estaria vazia. O povo estaria sabendo, estaria conhecendo, meu ilustre Presidente, aqueles que trabalham, aqueles que se esforçam, aqueles que tomam a temática glebária e fazem dela o seu estandarte na luta por melhores dias.

Nobre Senador Almir Pinto, V. Ex<sup>a</sup>, que agora ocupa a Presidência, abordou o tema no seu discurso com muita propriedade. O povo brasileiro não sabe o que se passa nesta Casa. O povo pensa que ganhamos aqui Cr\$ 150.000,00, Cr\$ 200.000,00 por mês, pensa que somos os príncipes da República.

Não, Sr. Presidente. Os príncipes da República são os tecnoburocratas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Nós nos entregamos a eles, preocupados com a cata do voto, preocupados em fazer diretórios, preocupados em alisar capitães-de-areia. Deixamos de nos aperfeiçoar, deixamos de redigir os nossos discursos, deixamos de redigir a nossa correspondência para ficar na dependência de uma tecnoburocracia que hoje nos leva a esse estado de infelicidade.

É o próprio povo que às vezes até ri e goza, quando o Congresso é fechado, e ainda diz, à boca frouxa: "até que enfim acabou a mamata". Já ouvi isso. Todos somos olhados na suposição de que vivemos como verdadeiros reis, como verdadeiros nababos.

Ninguém conhece o sacrifício do legislador brasileiro. Vivemos nesta cidade artificial, completamente incompatível com a necessidade de efervescência e de ebulição popular, para formação de pressões, que condicionam o bom desempenho político, não só do legislador e do executor, como também do judiciário.

Sr. Presidente, esta digressão ocorreu-me a propósito do seu discurso, e não pretendia falar tanto, quando o ilustre Senador Orestes Quêrcia fará uso da palavra em seguida.

Abordo, agora, o meu tema de hoje, e diz respeito, também, à tese expandida, há minutos, por mim.

A TV-Globo, num trabalho que merece os maiores encômios, no jornal de ontem, às 19:50 h, em cadeia nacional, informava a milhões de brasileiros sobre a situação da Amazônia. Sr. Presidente, estou recebendo telefonemas de todo o Brasil, telegramas, já agora, à tarde. Vejam a importância da televisão, em termos de comunicação, e o Legislativo não percebeu e continua cego. Deveríamos ter aqui um vídeo, um *écran*, levando a nossa imagem para todo o País, a fim de que o povo soubesse o que estávamos fazendo e estamos fazendo.

A televisão hoje representa a ágora na sala de jantar, a ágora no vestibulo, a ágora no *impluvium*, a ágora dentro do lar. É, Sr. Presidente, a praça pública dentro de casa, aquela ágora onde nasceu o Legislativo na velha Atenas, e Legislativo está profundamente ligado à praça pública. Legislativo quer dizer praça pública. Não existe legislativo sem praça pública, e ela é hoje a televisão. E na proporção em que o Legislativo foi-se distanciando da praça pública, foi-se integrando e se entregando a uma tecnoburocracia absorvente e oligárquica.

A televisão hoje é a praça pública, Sr. Presidente, e com maiores vantagens.

Essa praça pública ontem, graças à TV-Globo, disse ao Brasil inteiro que, de fato, estão tocando fogo neste País. Há devastação, há devastação mesmo.

Estão queimando a Amazônia, estão incendiando a Amazônia.

Mil discursos nesta Casa e pelo Brasil todo não conscientizaram a Nação, mas bastou um programa da TV-Globo, em cadeia nacional, um programa magistral, sublime, mostrando a motosserra, mostrando o fogo incendiando o Acre, incendiando Rondônia, o sul do Pará, o norte de Mato Grosso e o norte de Goiás, e toda a consciência nacional despertou para uma realidade que está devastando a última grande reserva florestal do planeta, repositório da maior usina de alimentos, cujo maior componente é a floresta heterogênea.

Esse trabalho meritório, Sr. Presidente, não podia passar despercebido. Senti necessidade de trazê-lo a lume, registrá-lo nesta Casa, ligá-lo ao fato de nos termos distanciado dessa eficientíssima técnica de comunicação, e salientar o erro que cometemos, Sr. Presidente, em não ter aparelhado o Senado Federal.

Ao invés desses monstros que se acoplam ao Senado, estes anexos que se sucedem cada ano, deveríamos ter emissores de rádio e televisão irradiando para todo o Brasil. O que não dirão de nós os vindouros, Sr. Presidente? O que não dirão de nós os pósteros ao reverem os Anais desta Casa e ao descobrirem que não tivemos bestunto para compreender, que desde 1930 entramos na era do rádio, e desde 1950 na era da televisão. Ficamos, aqui, trancados nesta campânula, nesta redoma, neste pires emborcado, fechado e intransponível, na suposição de sermos ouvidos pelo resto do Brasil.

Está aí a televisão, a nova praça pública, Sr. Presidente, ela a televisão é hoje o que o rádio foi ontem, e o jornal antes de ontem. Quanto ao rádio, houve alguém que pretendeu instalar no Congresso Nacional uma estação potente, que transmitisse os trabalhos das duas Casas, mas a idéia como as

primeiras providências foram desativadas e desestimuladas pela tecnoburocracia, que percebeu o golpe de morte que sepultaria a oligarquia escravizadora do Legislativo, desde que uma estação de rádio transmitindo todos os trabalhos legislativos, emanciparia o legislador da preocupação eleitoral, principal fonte alimentícia da oligarquia tecnoburocrática.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Exª um aparte?**

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) —** Ouço V. Exª com muita honra, nobre Senador Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) —** O noticiário da Televisão *Globo* de ontem — *Jornal Nacional* — a que se refere V. Exª com muita oportunidade, serviu para ilustrar ao vivo, e a todos nós que compomos o Plenário do Senado Federal, os magníficos discursos que V. Exª vem pronunciando a respeito do desmatamento e da devastação da Amazônia.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) —** Muito obrigado, nobre Senador Humberto Lucena.

E este fato que quero agradecer, penhoradamente: eu quero que a Televisão *Globo* tome conhecimento do meu agradecimento profundo e que vai ser o agradecimento desta Pátria, do universo, de todo o ecúmeno, quando o problema de devastação da Amazônia é um problema de lesa-humanidade, e ela ao levar esta informação a milhões de brasileiros, deu uma notícia autêntica e universal. Conscientizou milhões de brasileiros para a formação de uma onda de pressão que há de obrigar os nossos dirigentes a refletirem, a fazerem um exame de consciência ecológica, e a perceberem que a árvore é, hoje, depois da desertificação do Saara, depois da desertificação do Gobi, depois da desertificação do Nordeste a que V. Exª se referiu, nobre Senador Humberto Lucena e que, hoje, clama irrigação. Mas, irrigação é reflorestamento; irrigação é árvore, irrigação é floresta, pois não há chuva sem floresta, não há rio sem floresta e não há floresta sem rio.

E um trabalho de interação, é um trabalho simbiótico, onde todos lutam para o grande equilíbrio hemostático do planeta. Porém, infelizmente, esta Casa, que nos ouve há quase cinco anos não tem ressonância, não fosse ontem a Televisão *Globo*, em cadeia televisada para todo o Brasil, que hoje é todo ele notícia sobre a devastação, todo ele está apavorado com o que está acontecendo na Amazônia. Tivéssemos um serviço de televisão nosso, retratando o que se passa no Congresso Nacional, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o povo inteiro não diria o que diz hoje: que somos os príncipes da República; ser Senador é uma "loteca", ser Deputado Federal é outra "loteca".

Não sabe o povo, o esforço e o trabalho que realizamos. Infelizmente, os nossos antepassados não perceberam a importância do rádio e, agora, a importância da televisão. Nós deveríamos vender ou desativar esses monstros, todos os anexos e apêndices superados, que sobrecarregam o orçamento do Congresso, e instalarmos imediatamente um canal autêntico e moderno de comunicação popular, um instrumento que nos ligasse com o povo, que nos desnudasse politicamente na praça pública.

E hoje, Sr. Presidente, praça pública é televisão em cadeia nacional. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 6-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na última terça-feira, iniciamos uma análise sobre o problema energético brasileiro. Tivemos a oportunidade de fazer algumas considerações, numa visão panorâmica, da crise que angustia todos nós.

Hoje, procuraremos dar prosseguimento ao estudo que elaboramos, já agora enfatizando, especificamente, o Programa Nacional do Alcool, no contexto de outras fontes alternativas de energia.

**— PARÂMETROS PARA UM MELHOR DESEMPENHO DO PROÁL-COOL**

### 1. Caráter permanente do programa

O Engenheiro Químico Vinícius Lucena adverte, muito oportunamente, que se faz necessário superar, de uma vez por todas, os ciclos de inspirações conjunturais e de comportamentos espasmódicos que têm caracterizado o desenvolvimento dos programas de produção de álcool para fins carburantes no Brasil.

Com efeito, são feitas, há cerca de meio século, tentativas em torno da utilização do álcool como combustível — ensaios, experiências, pesquisas,

edição de dispositivos legais. Mas tudo isso traduzindo-se em esforços e ações intermitentes, como que se esquecendo de que o álcool poderia oferecer-nos, já hoje, a auto-suficiência em combustíveis automotores.

Como salienta Langoni, "é necessário afirmar que o programa é permanente, isto é, de que o esforço de substituição de derivados de petróleo por álcool irá se desenvolver ao longo do tempo, independentemente do que possa ocorrer a médio prazo com nossa produção doméstica de petróleo. Esta definição é essencial para reduzir o grau de incerteza do setor privado com relação ao comportamento futuro do mercado do álcool. É essa certeza, por outro lado, que irá criar automaticamente, estímulos para as mudanças nas características técnicas das frotas de veículos e até mesmo o aproveitamento de inovações tecnológicas que permitam a extensão da substituição, pelo álcool, de óleo diesel e óleo combustível."

Da mesma forma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando o Governo anuncia uma prioridade tão grande em relação às medidas que possam enfrentar, com êxito, a crise energética, dando uma ênfase toda especial ao PROÁLCOOL, estranhemos que, praticamente, até hoje, não tenha sido construído um só tanque de armazenagem para o álcool. De tal forma, que regiões produtoras alcoólicas, como Pernambuco, estejam já, a esta altura, temerosas de prosseguirem na sua atividade em face do possível estrangulamento em termos de armazenagem do produto.

### 2. Metas mais ambiciosas

Sabemos que, instituído pelo Governo Federal, em 1975, o PROÁLCOOL visou à expansão rápida da produção do álcool e a viabilização do seu uso progressivo como combustível, mediante crescentes proporções de misturas, e, como matéria-prima, para a indústria química, além de assegurar o seu suprimento para outras finalidades. Para coordenar a execução do programa, criou-se a Comissão Nacional do Alcool, subordinada à Presidência do Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, cabendo-lhe definir as diretrizes para aprovação dos projetos de implantação, ampliação e modernização de destilarias de álcool, anexas ou autônomas.

Para se atingir o nível de adição de 20% à gasolina a ser consumida no País, em 1978, é preciso — sem se levar em conta as necessidades para fins industriais — um volume de 4,26 bilhões de litros de álcool, o que corresponde praticamente à capacidade, até setembro do mesmo ano, das novas destilarias enquadradas pelo CNAI. Mas que nunca, entretanto, tal meta não satisfaz, em face, mesmo, da crise energética que atravessamos e que tende a tornar-se cada vez mais grave. Os problemas situam-se mais na oferta que na demanda de produto, bastando lembrar que a própria indústria automobilística elaborou plano através do qual garantiria a produção de 600.000 automóveis inteiramente movidos a álcool, até julho do próximo ano, a partir do qual passar a a produzir apenas "alcoólmóveis", para o mercado interno. Isso sem se falar no programa de adaptação dos motores de veículos nacionais que poderiam atingir, em igual época, um total de 200.000. A sua simples aplicação à frota oficial de automóveis, nas várias esferas de poder — que tende a ser o carro chefe na inovação — representaria um aumento, de imediato, em 80% às necessidades de álcool carburante, além dos anteriores 20% projetados em termos de adição à gasolina.

Aliás, ressalte-se que a utilização integral do álcool, no caso do tipo hidratado, permitirá resolver, com mais facilidade, vários problemas que subsistem na comercialização do tipo anidro, conforme mostram estudos técnicos a respeito.

Acresça-se, a tudo isso, a demanda por parte da indústria química, farmacêutica e de cosméticos, etc, cujas necessidades corresponderam, em 1975, a 203 milhões de litros de álcool, devendo atingir, em 1985, mais de um bilhão e meio de litros. Só as previsões de consumo da Salgema, em Alagoas, e da COPERBO e Elekeiroz, em Pernambuco, superaram os 350 milhões de litros/ano. Por sinal, os ganhos de participação da indústria química devem-se, em boa parte, à substituição do eteno de origem petroquímica pelo de base alcoólica.

Temos, por sua vez, todas as condições básicas para obtenção, em larga escala, do álcool de origem vegetal, inclusive grande extensão territorial e clima tropical, com altas taxas de insolação que asseguram pleno aproveitamento da energia solar, via fotossíntese. A esse respeito, pode-se dizer, até, que nenhum outro país do mundo seria mais privilegiado que o Brasil, que conta com elementos excepcionais para enveredar uma programação de produção alcoólica a mais arrojada possível.

Nossa meta deve ser, complementando e estimulando várias outras fontes de suprimento, atingir, ao final da década de 80, a auto-suficiência energética no Brasil, dispensando, inclusive, a importação de qualquer óleo bruto.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Permite V. Exª um aparte?**

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Com satisfação, ouviremos o ilustre Senador.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI)** — Nobre Senador por Pernambuco, queria registrar no seu pronunciamento também uma grande falha que está ocorrendo no andamento do programa do PROÁLCOOL. Refiro-me à demora com que os órgãos financiadores estão estudando os projetos. Os estudos se iniciam na parte agrícola e, posteriormente, passam para a parte industrial. Pois bem, quando eles concluem o financiamento do projeto agrícola, os custos dos investimentos da parte industrial já estão defasados e, então, tem que se fazer nova reprogramação, e esta tem que ser submetida novamente à Comissão Nacional do Alcool. A Comissão Nacional do Alcool demora novamente, passa algum tempo para responder à consulta feita pelo banco financiador e pelos empresários, e esta demora provoca, novamente, uma elevação de custos, tornando-se, assim, um círculo vicioso. Então, já fiz desta tribuna pronunciamento neste sentido, e mais uma vez queria pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> para inserir no seu discurso esta reclamação que neste momento estou fazendo. Muito obrigado.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — É com toda satisfação que incorporamos a reclamação do Senador Bernardino Viana ao nosso pronunciamento e a encaminhando, se possível via expressa, ao Ministro Hélio Beltrão, que assumiu o cargo de acabar, ou pelo menos reduzir, com a burocratização, neste País.

Os fatos que V. Ex<sup>a</sup> traz ao conhecimento da Casa, realmente, não são inéditos, porque essa morosidade na apreciação de projetos específicos ocorreu, até mesmo em relação ao Programa Nacional do Alcool, como um todo. Nós já tivemos a oportunidade, inclusive na legislatura anterior, de assinalar esse fato. O Governo criou esse programa em 1975, mas o PROÁLCOOL como que ficou marcando passo, como que engatinhou num período demasiado longo, embora a situação estivesse a exigir que se desse uma prioridade absoluta ao PROÁLCOOL, para que hoje não achássemos, ainda, na deficiência em que nos encontramos.

Portanto, as considerações que V. Ex<sup>a</sup> faz vêm apenas ratificar denúncias que têm sido feitas, nesta Casa, por V. Ex<sup>a</sup> e por tantos outros companheiros nossos, mostrando que o PROÁLCOOL...

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — E revelar um aspecto novo e relevante.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — ...que sofreu tantas intermitências e procrastinações, vai agora, ao que parece, ser batido a toque de caixa, por vir com uma defasagem no tempo, por não ter seguido o ritmo que era necessário.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Pois não.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Eu gostaria de sugerir, também, que outro telegrama expresso fosse enviado, além daquele ao Ministro da Desburocratização, ao Ministro todo-poderoso, ao super Ministro, agora, do Planejamento, porque é evidente que, se for para ser levado a sério o PROÁLCOOL, é preciso arrumar recursos, e para que existam esses recursos é preciso reprogramar uma porção de coisas no plano administrativo. É evidente, porque senão não vai haver recurso nem para o PROÁLCOOL, nem para a agricultura, que também é uma das outras metas prioritárias. Então, é evidente, tem que haver uma reprogramação, acabando-se ou reduzindo, se não puder ser eliminado, o programa nuclear, que é de muito menor urgência que o PROÁLCOOL. Um outro erro fundamental, parece-me, é essa mania de grandeza, é o Governo incentivar apenas as extraordinárias — em termos de tamanho, em termos de dimensões — destilarias, de tamanho tão extraordinário. E há outro inconveniente, ainda: essas destilarias de tamanho extraordinário necessitam de financiamento de, no mínimo, 80% do investimento fixo, e não está havendo dinheiro para isso. Entretanto, se o Governo incentivasse as minidestilarias, elas poderiam absorver menor volume de recursos em termos de financiamento, porque então poderiam se reunir as pequenas poupanças para que diretamente os produtores pudessem, através de organizações de sociedades anônimas, ou através de cooperativas, criar as pequenas destilarias, sendo que para isso não haveria necessidade de volume enorme de investimento. Então, para isso não há dinheiro, e não querem reprogramar as metas administrativas, que continuam as mesmas e vão continuar sem dinheiro. Por esta razão é que há essa demora na análise dos projetos, para liberar financiamentos; é, sim, simplesmente, para ganhar tempo, para ver se arrumam mais empréstimos lá fora para incrementar o PROÁLCOOL.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Agradecemos o aparte, Senador José Richa. E, começando pelo fim, V. Ex<sup>a</sup> acentua o aspecto das minidestilarias. É uma antecipação da colocação que fazemos ao final deste pronunciamento — que iniciamos na terça-feira e não sabemos se terminaremos hoje — em que mostramos que é essencial que esse programa do álcool não seja encarado apenas como uma alternativa energética. Deve significar, também, uma reformulação da própria economia canavieira, pelo menos no caso do Nordeste, porque, se assim não for, possivelmente virá agravar problemas sociais resultantes da concentração de riquezas, quando é plenamente possível garantir o êxito do PROÁLCOOL através das minidestilarias, onde os pequenos agricultores poderiam ter vez, via, inclusive, constituição de cooperativas.

Está demonstrado por estudos técnicos que talvez as minidestilarias sejam mais eficazes do que as grandes destilarias. Então, V. Ex<sup>a</sup> tocou num aspecto do problema, importantíssimo, e que nós trataremos logo mais adiante, neste nosso estudo. É da maior importância, repetimos, porque engloba o aspecto social. Nós não podemos partir, hoje, para nenhuma solução de problema brasileiro, olhando apenas pelo aspecto econômico; nós temos que olhar o aspecto social, por causa do sacrifício, do sofrimento, da miséria a que está submetido o nosso povo.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Quero dar mais um testemunho, sobre esse aspecto que V. Ex<sup>a</sup> aborda, que é o social: no Paraná, já começa a acontecer, porque é de tal ordem a publicidade que se faz do PROÁLCOOL que a maioria dos pequenos produtores, por exemplo de café — porque o café pode ser produzido por uma família em uma pequena área — está desestimulada, de um lado, pelo confisco superelevado — conforme já tive a ocasião de demonstrar aqui, em pronunciamento — e, por outro lado, a propaganda extraordinária que se faz do PROÁLCOOL e das grandes destilarias está levando a maioria dos pequenos produtores a erradicarem os cafezais para plantarem cana. Então, é mais mão-de-obra que está sendo liberada lá no Paraná e que certamente, com esse programa, com o desestímulo do café, com o incentivo do preço elevado da soja e com mais essa propaganda intensiva do PROÁLCOOL, vai acabar acrescentando um contingente muito maior ao número já existente de mais de um milhão de bóias-frias no Paraná, que representa mais de 10% da população no meu Estado.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Não tenha dúvida. E um outro aspecto, é também não permitir que o PROÁLCOOL proporcione o avanço das multinacionais nesse campo da maior importância, do ponto de vista de estratégia energética. Mas V. Ex<sup>a</sup>, na intervenção anterior, também tocou em outro ponto, o da energia atômica. O Governo, face a um perigo imediato, foi cuidar de um perigo do Século XXI — o de que, quando as nossas potencialidades de produzir mais energia hidrelétrica estiverem esgotadas, precisaremos ter a energia nuclear, quando, de imediato, nós estamos tendo desesperantes problemas com a importação de petróleo.

No pronunciamento anterior, mostramos — inclusive respondendo a um aparte do Senador José Lins, em que S. Ex<sup>a</sup> apontava o que o Governo tem feito no setor hidrelétrico — que está comprovado o grande potencial hidrelétrico de que o Brasil dispõe, e que, se alguma coisa foi feita, muito mais podia e deve ser feita. Portanto, há um horizonte muito promissor da força hidrelétrica do País, e, conseqüentemente, não poderia ter-se dado a preferência que se deu, de investir nesse campo de energia nuclear pelo modo que se investiu, açodadamente, sem ouvir a comunidade científica, fazendo acordos e contratos sigilosos, altamente nocivos aos interesses nacionais. Este foi outro aspecto do assunto que V. Ex<sup>a</sup> abordou e que se casa inteiramente com aquelas considerações que, já na vez anterior, havíamos colocado aqui e que faz parte desse conjunto de preocupações, levando a Oposição a vir à tribuna insistir nesse problema energético. Talvez já esteja me tornando um pouco repetitivo nesse tema, mas nos parece que esta é uma das matérias que precisam ficar sendo analisadas constantemente nesta Casa, porque é um dos maiores problemas com que o Brasil se defronta hoje.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Com prazer, nobre Senador Gabriel Hermes.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — Nobre Senador, nenhum problema é mais importante, no mundo atual, do que o da energia elétrica, sob qualquer aspecto, de todas as fontes que possam ser possível conseguir. É só olhar o panorama mundial, principalmente neste século. Os países nórdicos, pequenos em população. O Canadá: a força do seu desenvolvimento, a força de todo o seu potencial está na grande existência, nesses países, de energia elétrica. E é interessante, V. Ex<sup>a</sup> que é um estudioso, levanta, agora, um

problema com o qual estou totalmente de acordo, que é o de dar força aos pequenos produtores para que possam fazer, amanhã, produção de álcool ou outras fontes de energia. Estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>, mas nunca devemos esquecer que, no meu entendimento, está certo o esforço do Governo brasileiro destes últimos anos, fazendo o que está fazendo com Itaipu, um programa que tem dupla função para o Brasil: trazer energia e resolver, talvez, um problema que nos seria muito difícil de resolver, se começassem primeiro na nossa frente e nos perturbassem. Atacar como atacou corajosamente o Tocantins e ter que tirar dali a começar de dois, quatro, até oito e meio milhões de quilowatts, dentro de 8 anos no máximo, e dentro de duas primeiras etapas. E tantas outras fontes de energia elétrica que já foram citadas aqui, inclusive, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou, pelo nosso ilustre companheiro e nosso querido Vice-Líder, que está aqui à nossa frente. Meu caro Senador, V. Ex<sup>a</sup> dizendo que este é um assunto de que devemos falar muitas vezes, V. Ex<sup>a</sup> considerando que já está se tornando até enfadonho, não! Volte muitas vezes e fale da necessidade de darmos tudo que for possível, dentro deste País, para explorarmos todas as fontes possíveis de energia elétrica e inclusive, a nuclear. Perdoo V. Ex<sup>a</sup>, mas estou absolutamente certo de que nenhum povo, na História, e para quem gosta de História é fácil verificar, cresceu, sem que crescesse na sua frente a energia elétrica.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Não temos dúvida alguma e nem achamos que o Brasil devesse desconhecer o problema da energia nuclear. Apenas temos que estabelecer uma ordem de prioridade, tem que haver uma escala de preferência. E por isso mesmo é que nos parece que a colocação que se lhe deu com um comprometimento dos recursos com o Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, foi descabida, sobretudo, dissemos, pelo acodamento com que o assunto foi conduzido. Não que se fosse arquivar, desconhecer o problema da energia nuclear. Ninguém propôs isso, apenas não se justificava que enquanto o PROÁLCOOL ficou sendo cozinhado durante seus anos iniciais, o Governo partisse para enfatizar, como o fez, o problema da energia nuclear. Feita essa ressalva, é evidente que o País tem que se debruçar sobre todas as possibilidades de exploração de fontes energéticas.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — Se me permite V. Ex<sup>a</sup>, não querendo tomar o seu precioso tempo, a prioridade que o Governo deu, neste País, foi para a energia que sai da força dos nossos rios. É somente olhar o que se produziu nesses últimos oito anos, o que se produziu, sobretudo, nesses cinco anos do Governo Geisel e que está sendo seguido pelo atual Governo. Ainda ontem, nobre Senador, estávamos eu e o Senador Passarinho na casa do Ministro Cesar Cals e verificamos a preocupação com o aproveitamento intensivo da força dos nossos rios. E ele, como nordestino, voltado e debruçado estava nesta ocasião sobre este problema que V. Ex<sup>a</sup> levanta agora, de darmos toda a força possível ao aproveitamento da energia que deverá sair desse vegetal que tanto empobrece e tanto poderá enriquecer o Brasil, que é a cana.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Isto justifica mais ainda, em nosso entender, que o tratamento dispensado à energia nuclear deveria ser outro, que não o que foi adotado pelo Governo até agora.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Perfeito. Gostaria de dizer que V. Ex<sup>a</sup> está totalmente certo. O problema não é ser contra a energia nuclear, não é ser a favor da energia hidrelétrica, do PROÁLCOOL. O problema é que os Governos, desses últimos 15 anos, os Governos revolucionários, não tiveram uma mentalidade energética. Não houve uma visão global para estabelecer o que V. Ex<sup>a</sup> diz com muita propriedade, uma ordem de prioridade de acordo com a escassez dos recursos.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Evidente.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Mas é claro. Um país sem recursos como o Brasil, pode pensar em energia nuclear, que só vai ser necessária para complementar as nossas necessidades? Necessidades que a energia hidrelétrica tem condições de fornecer até o fim desse século e deixar de lado o potencial hidrelétrico que, hoje, é da ordem de setenta e oito por cento, que é o que existe inventariado. Nós temos setenta e oito por cento de potencial hidrelétrico para ser explorado, potencial esse, que poderá crescer em função do preço da energia termoeletrônica e da termoeletrônica. Portanto, o potencial, inventariado, que o foi há alguns anos, levou em consideração o baixo custo do petróleo, o baixo custo de outras fontes termoeletrônicas. Apurando-se ainda mais, chegamos a pensar em pequenas usinas hidrelétricas que, agora, já passaram a ser economicamente interessantes para o País, nós poderemos, inclusive, aumentar este potencial, já inventariado atualmente, da ordem de setenta e oito por cento. Então, o problema, V. Ex<sup>a</sup> focaliza bem: é um problema de estabelecer adequadamente uma ordem de prioridades.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Ficamos extremamente honrados pelos sucessivos apartes dos nossos colegas, mas um tanto ou quanto preocupado de que este discurso não será concluído hoje, porque é aquele célebre das vinte e duas páginas que terminou na sexta página, na última terça-feira, e que, agora, está na décima primeira. Mas é com toda a satisfação que os recebemos, pois, só fazem valorizar o nosso discurso. Ouçamos, pois, o Senador José Lins.

**O Sr. José Lins (MDB — CE)** — Senador Marcos Freire, este é o testemunho de que o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa é da maior importância e traz uma oportunidade para que nos esclareçamos a respeito dos grandes problemas nacionais. Discordo um tanto do pensamento do nobre Senador José Richa, porque, na realidade, temos um potencial hidrelétrico muito grande. Mas S. Ex<sup>a</sup> há de convir que essas unidades que deverão ser exploradas se tornam cada vez mais distantes dos grandes centros de consumo. E além da instalação das unidades produtoras de energia, teremos que fazer grandes investimentos em linhas de transmissão. E V. Ex<sup>a</sup> sabe que esse custo é muito alto. Ora, nós hoje temos instalados 26.000 megawatts de energia elétrica. Devemos — na marcha em que estamos crescendo — chegar, em 1990, com 110.000 megawatts, aproximadamente. Então V. Ex<sup>a</sup> vê que é um crescimento enorme. E veja mais o seguinte: na medida em que devemos reduzir o consumo de petróleo, claramente teremos que ampliar o consumo de energia de outras naturezas. Pois sabe V. Ex<sup>a</sup> que, ao contrário do que se pensa; primeiro, o custo da energia atômica não é alto, a ponto de não fazer face à instalação de hidrelétrica? Esse é um ponto que deve ser tomado em consideração.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Muito mais alto do que a hidrelétrica.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Não, absolutamente. V. Ex<sup>a</sup> está inteiramente enganado. O custo da energia atômica hoje pode, em certos casos, se tornar muito mais barato do que a energia hidrelétrica, devido à distância e a outros fatores. Segundo, o programa de instalação de energia atômica no País segue rigorosamente uma análise de necessidades. Não está feita apenas para se ter unidades de energia atômica instalada, mas para compor um conjunto de fontes de energia, que é absolutamente necessária. E terceiro, a energia atômica é tão nobre quanto a outra. Dispomos de combustível, podemos comercializá-lo; dispomos de reservas e, finalmente, essa energia vai-se tornar, possivelmente, mais barata do que a outra. De modo que há uma série de circunstâncias que devem ser levadas em consideração, nesse ponto. Outra coisa fundamental é que quando se pensa em instalar unidades de energia atômica no País, sempre se pensa em despesas, em divisas. Absolutamente, nobre Senador, porque o programa nacional não prevê somente a instalação dessas unidades, mas a aquisição do know-how. Vamos construir as nossas próprias usinas e não vamos fazer tudo isso investindo em dólares. Vamos investir cada vez menos em dólar. Apenas, as primeiras, custarão mais divisas. Esses os esclarecimentos que eu queria trazer a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa. Peço desculpas pelo discurso paralelo, mas acho que são informações muito importantes.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Senador José Lins, com toda a sinceridade, V. Ex<sup>a</sup> apresenta algumas justificativas do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, sem que essas justificativas...

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Justificativas substanciais.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — ... tivessem sido devida e profundamente discutidas pela sociedade brasileira e, em especial, pela comunidade científica. V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, arrolou entre outras vantagens do acordo, a aquisição do know-how. Esse, por exemplo, tem sido um dos itens mais contestados pela comunidade científica, mostrando que, pelo contrário, vamos ficar numa dependência tecnológica do mais alto grau.

Então, vê V. Ex<sup>a</sup>, um comprometimento como o Brasil fez em relação ao programa desse vulto, só poderia ser feito com um debate o mais amplo e o mais aberto possível, sobretudo com aqueles setores diretamente identificados na matéria. Portanto, há uma série de premissas que foram colocadas como verdades absolutas por V. Ex<sup>a</sup>, parecendo até que a gente está lendo a Mensagem Presidencial, que sempre justifica eloquentemente os seus projetos, por menos convincentes que eles sejam.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite, nobre Senador. Eu quero fazer uma ressalva, porque não falei em acordo nuclear.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Mas o tema é exatamente a exploração da energia nuclear.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex<sup>a</sup> se referiu a um acordo ao qual não me referi.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas que tem sido base daquela.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Em segundo lugar, V. Ex<sup>a</sup> não pode contestar dados numéricos, como eu lhe dei, simplesmente alegando que estou repetindo a Mensagem de criação de um acordo ao qual eu não me referi.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O ponto que, especificamente, contestamos é que V. Ex<sup>a</sup> dava como coisa julgada, como coisa incontroversa, foi a aquisição de *know-how*, que não veio respaldada em dado algum. Foi uma afirmativa de V. Ex<sup>a</sup> que tem sido contestada, por igual, pela comunidade científica.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não.

O Sr. José Richa (ARENA — PR) — E não apenas no problema da absorção da tecnologia, mas também com relação aos números que o Senador José Lins coloca, como se isto fosse tranquilo e pacífico, quando toda comunidade científica também questiona que, apesar do maior consumo ainda de energia elétrica ser na região Centro-Sul e na região Sudeste, ainda assim mesmo compensa, com linhas de transmissão lá, da Amazônia para o Sul, a energia ainda ficaria mais barata que a nuclear.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos trouxesse provas disso.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Ex<sup>a</sup> me permite, nobre Senador Marcos Freire?

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Estou me baseando no depoimento da CPI da Energia Nuclear presidida pelo Senador Itamar Franco, feitos por todos os cientistas nucleares.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não conheço esse depoimento.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup>? O que se vê, é que o eminente Líder José Lins só se preocupa com os números.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas vamos fazer justiça: achei algo extremamente positivo no aparte do nobre Senador José Lins: é quando ele pula fora do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha: "Não, não estou falando nisso! Está falando na exploração da energia nuclear" — e pensávamos até agora, até o aparte do Senador José Lins, que essa exploração estava, sobretudo, estribada no Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Pensávamos que tivesse sido feito esse acordo para avançarmos na exploração da energia nuclear, no domínio desse campo. Mas, pelo visto, não é assim. Portanto, já temos que separar, de agora em diante, um acordo que parece não ter o apoio do Senador José Lins, com todo o campo de exploração da energia nuclear. Mas, continua com o aparte o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — É o seguinte, nobre Senador, o deslumbamento a que chegou o Governo passado, diante daquela qualificação de potência emergente para o nosso País, é que impediu a fixação dessa hierarquia de prioridades que V. Ex<sup>a</sup> defende no seu pronunciamento.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Estamos de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>. O Brasil tem vivido de megalomanias — quer fazer tudo que os países desenvolvidos fazem — grandes ou pequenas. Então, até a minissaia — com a minissaia na Europa, passou-se também à minissaia, no Brasil.

A verdade é que empresas alemãs estão com dificuldade de dar vazão aos seus produtos, no terreno da energia nuclear. Mas já pegou um cliente bom: o Brasil.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex<sup>a</sup> me dá oportunidade de um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, considero esse assunto tão sério que não o concebo tratado com demagogia! Esse assunto precisa ser encarado pelos Senadores — homens responsáveis pela orientação do País — com objetividade e com informações seguras. Nós não estamos aqui para mistificar problemas ou fazer demagogia. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a energia atômica já não é mais nenhum mistério no mundo. Mais de 50 países dispõem de alguma tecnologia nesse campo.

Se V. Ex<sup>a</sup> acha que o Brasil deve ficar à parte, sendo ele um dos grandes detentores de combustível atômico, está enganado. Ora, não podemos domi-

nar a tecnologia atômica em poucos anos, nobre Senador. Por isso devemos cuidar de resolver, hoje, esses problemas preparando-nos tempestivamente para a nossa era da falta de petróleo.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — De pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E não se resolve essa questão sem considerar as verdadeiras fontes de energia que irão dominar no mundo que são o carvão mineral e a energia atômica, nobre Senador...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — De pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>!

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Quero, terminar o meu aparte, informando a V. Ex<sup>a</sup> que, quase 100% dos técnicos que trabalham nas nossas usinas atômicas são brasileiros. É impossível que não haja transferência de *know-how*.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Até isso é racionado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — A resposta ao aparte que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dar já está dada anteriormente. Mostramos que não queremos que o Brasil ignore o campo da energia nuclear. A crítica é ao aqodamento como foi conduzido o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Portanto, a questão já está colocada nos devidos termos...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não foi o que entendi.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Permita V. Ex<sup>a</sup> que prosigamos. Concedemos os apartes que V. Ex<sup>a</sup> quis, V. Ex<sup>a</sup> usou os apartes no tempo que bem entendeu e, na hora em que vamos responder o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> volta ao microfone. Se o permitíssemos, ficaríamos sem condições de repelir, de imediato, a insinuação de que tenha conteúdo demagógico este nosso pronunciamento...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não há o que repelir, nobre Senador.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... nem na condução do MDB, nesta Casa, ao debater os nossos problemas. Tanto não é, que a CPI Nuclear aí está inclusive por insistência do partido da Oposição. Temos, aqui, a presença do Presidente da Comissão Parlamentar sobre energia nuclear e, portanto, achamos que S. Ex<sup>a</sup> estaria plenamente capacitado para dizer que este assunto não tem sido conduzido com demagogia, nem por este orador, nem pela Bancada do MDB e nem pelo Senado. Portanto, repelimos a afirmativa feita por V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Pelo menos parece e sem informação, seguramente.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Mas claro que "sem informação"! O Governo, tudo para ele é sigiloso, é secreto; e depois, é Oposição quem faz demagogia em cima do tema. O Governo é quem carimba tudo de confidencial, não dá à Oposição e nem à Nação brasileira acesso às informações e quando as informações vazam, para mostrar que toda aquela extraordinária e massificante propaganda que se faz, como se fez do Acordo Nuclear, emocionando esta Nação e que nós é que somos os demagogos, não é o Governo não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E por que não analisar os dados que a Maioria traz aqui?

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Impingem a Nação um programa sem sequer debater, porque até mesmo o problema da transferência de tecnologia, dado que o Senador José Lins fornece está sendo questionado. Um cientista da qualificação do José Goldenberg, por exemplo, questiona a capacidade de assimilação desta transferência de tecnologia.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ele e muitos outros.

O Sr. José Richa (MDB — PR) — Exato. Porque o Governo até mesmo nisso discriminou a comunidade científica, e não foi buscar entre os nossos mais qualificados cientistas nucleares, aqueles para contribuir no programa nuclear, então pegou gente no depoimento do Dr. Goldenberg, ele questiona isso: a capacidade de assimilação dos técnicos colocados pelo Governo nessa questão. E ele ainda afirmava em seu depoimento que esta sua afirmativa partia de uma visita que ele fizera à própria Alemanha, onde cientistas alemães questionaram o gabarito e a qualificação dos técnicos enviados pelo Brasil para a Alemanha.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, inclusive, porque argumenta-se — se nos parece com procedência — que os

brasileiros, que vão para lá, vão fazer estágio de um ano ou coisa parecida, e não é acompanhando, eventualmente, fases de construção em períodos curtos, que se adquire um conhecimento tecnológico profundo. Isso teria que ser desde o início, desde a origem, durante todo o processo que irá ocorrer e que levará 10 ou 20 anos. Portanto, esse aspecto que poderia ser positivo, ressaltado pelo líder do Governo, vem sendo contraditado por aqueles que realmente têm autoridade científica para fazê-lo.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) —** Com muita honra.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) —** Senador Marcos Freire, V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao meu nome, embora eu já nem queira entrar no aspecto técnico do problema referente ao Acordo Nuclear. Só ontem foi possível realizar uma sessão, assim mesmo secreta, porque o Jornal foi apreendido neste País. Há mais de 8 meses, veja V. Ex<sup>a</sup>, eu como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, estou solicitando, às autoridades federais deste País, documentos que o Governo os considera sigilosos, mas necessários ao nosso trabalho. São sigilosos para nós, Congressistas, mas para os homens do Executivo não. Então, veja V. Ex<sup>a</sup>! Quando se deve abrir o debate democrático, em relação a esse Acordo, como assisti na Alemanha, na França e na própria Áustria, o Governo brasileiro teima em mantê-lo às portas fechadas. E com isso Senador Marcos Freire tem que receber essas críticas — não como as de V. Ex<sup>a</sup> que são criteriosas — mas de muitos daqueles que desconhecem tal acordo, eis que o Governo não é sensível aos reclamos nacionais ainda mais que aprovamos o Acordo maior, e simples protocolos não podem ser examinados.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) —** V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão Senador Itamar Franco. E nós, que somos leigos no assunto e que terminamos lendo a tal matéria proibida — e que permitiu exatamente a apreensão da edição da *Gazeta Mercantil* num ato de arbítrio de governo sequioso de poderes excepcionais que detinha e continua a deter — nós lemos aquela matéria e não vimos nada que justificasse o seu sigilo, a não ser pelo escândalo nacional de terem sido firmadas, ali, cláusulas altamente lesivas ao Brasil. Não vimos, em jogo, qualquer questão de interesse ou de segurança nacional, aquilo cuja revelação prejudicasse aos próprios objetivos do Acordo. Mas, por exemplo, quando se elide a opinião pública o fato de, praticamente, o poder de decisão ficar com os estrangeiros e não com os brasileiros, embora numericamente majoritários na Diretoria, então, nos parece que isto não tem nada de justificativa para ser sigiloso, a não ser para acobertar o inconveniente do que foi firmado em termos de interesses nacionais.

Foi muito bom que V. Ex<sup>a</sup> trouxesse à baila este aspecto do problema que mostra como vem sendo tratado o assunto pelo Governo brasileiro, como vem sendo escamoteada a opinião pública e como a Oposição tem tido razão quando investe, com todo o rigor da sua crítica, contra a orientação em que se pautou o Governo Federal, no sentido de firmar este Acordo Nuclear que, sem dúvida alguma, é todo ele cercado de questionamentos da maior importância e da maior seriedade.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? É para lhe dar uma boa informação. (Assentimento do orador.) Eu estava inscrito e fiz questão até de cortar o meu nome hoje e tenho certeza que o nosso ilustre colega, o qual está presidindo, será benevolente para que V. Ex<sup>a</sup> disponha de bastante tempo, inclusive porque eu e alguns colegas estamos roubando tempo do seu oportuno discurso. Apenas mais um esclarecimento, nobre colega. Tenho a maior admiração por homens jovens como V. Ex<sup>a</sup> que, com vigor e entusiasmo, se atiram aos debates de problemas dessa extensão. Tenho o prazer de informar para, muitas vezes, colocar as coisas nos seus devidos lugares e para que não fique dentro de um discurso oportuno, repito, como o de V. Ex<sup>a</sup>, dados, elementos ou fatos que amanhã serão compulsados e que não sejam exatamente reais. Devo informar a V. Ex<sup>a</sup> que sempre acompanhei o programa nuclear e os problemas energéticos, há muito tempo. Já em 1952, viajei por todo o Tennessee para estudar problemas de hidrovias, hidrelétricas, com entusiasmo. E, agora, quando voltei da Alemanha, entre as coisas que anotei com cuidado, foi o fato de os nossos jovens engenheiros, os nossos jovens químicos, rapazes sobretudo do Sul, muito bem preparados pelas nossas Universidades, que se encontram na Alemanha, dos quais já voltaram ao Brasil mais de cem — e neste ponto gostaria que o nobre Senador desse atenção — esses jovens, nossos engenheiros químicos, nossos técnicos que estão estudando na Alemanha, acompanhando a construção das usinas nucleares e, também, o processo de enriquecimento, já estão completando 4 anos seguidos de permanência na Alemanha, 4 anos dentro dos laboratórios, 4 anos acompanhando a construção de usinas na Alemanha e das que se iniciaram no Brasil. Não são apenas 6 meses, como ouvimos há pouco ou que

foram e voltaram correndo. Colegas nossos, Senadores que viajaram, tiveram oportunidade de falar com eles, como eu, e verificamos o entusiasmo desses jovens. Eu ouvi de um deles, nobre Senador, e isto me deu um sentimento, até, da superioridade do nosso povo, dizer com aquela segurança de quem já conhece: "Senador, isto é um ovo de Colombo — referia-se às duas coisas — bateu, fica em pé. Eu já me sinto, hoje, capacitado para chegar no Brasil e repetir aquilo que aqui se faz, desde o projeto até todas as outras instalações, como muitos dos meus companheiros, os quais estão aqui a meu lado".

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) —** Mas que coisa fabulosa! Pensávamos que o programa era de 20 anos, e já se chegou a esse estágio. Que genialidade a desses brasileiros...

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) —** Veja V. Ex<sup>a</sup> que não é tão antiga a construção de usinas nucleares no mundo, meu caro colega, o Brasil hoje, que tem uma tecnologia tão adiantada, respeitada e das mais respeitadas do mundo em hidrelétricas, está adquirindo realmente, essa nova tecnologia. E só a adquiriu porque teve a coragem de romper com o egoísmo dos Estados Unidos e da própria França, que só queriam nos vender usinas e depois vender também o urânio que iríamos mandar para lá, mandar de volta enriquecido. Foi isto que levou os homens do Governo brasileiro, e os cientistas que o acompanham, e muitos membros das universidades principais do Brasil, a dar o apoio. É interessante que haja essa contestação, que haja essa luta dentro do Brasil, porque ela continua a haver dentro da Alemanha. Eu assisti. Na França existe, na Inglaterra intensamente, e no Japão também, porque é uma tecnologia nova. Peço desculpas pelo longo aparte, mas a verdade é que os homens brasileiros, os engenheiros, os técnicos que se encontram acompanhando, e que já são muito mais de 300, o processo da transferência de tecnologia e aprendendo-a, muitos deles com 4 anos seguidos lá, e os que vieram para cá da primeira leva completaram 2 anos naquela especialização que se fazia necessária, estão trabalhando nas nossas usinas aqui. Quis, apenas, colocar dentro do discurso de V. Ex<sup>a</sup> essa informação, porque é uma observação que precisava ficar clara, porque não estão sendo jogados de qualquer maneira e trazidos de qualquer modo. Não vão dentro de um período, e todos eles, períodos necessários, inclusive esses estão completando 4 anos na Alemanha. Era o esclarecimento que queria fazer a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) —** Ilustre Senador Gabriel Hermes, permita-nos dizer que não sabemos se realmente têm maior peso as informações que V. Ex<sup>a</sup> expressa, o ufanismo de que V. Ex<sup>a</sup> está imbuído, porque se contrapõem inteiramente a todas aquelas críticas que têm sido feitas pela comunidade científica, tendo à frente, por exemplo, o professor José Goldenberg.

Estivemos na Europa, no ano passado, e ouvimos críticas as mais acérrimas de físicos renomados. Pelo visto, no entanto, há *new faces* aí, essa nova geração que, de repente, estalou — são os vieiras que estão dando estalo — chegando ao ponto em que já podem voltar ao Brasil para instalar usinas nucleares. Vamos suspender o acordo — agora, mais ainda, nobre Senador Gabriel Hermes — porque não precisamos gastar mais dinheiro, já temos gente apta a construir as usinas atômicas no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) —** Gostaria de interromper o nobre orador, para lembrar que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos para terminar o seu tempo.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) —** Permite-me, nobre Senador Marcos Freire? (Assentimento do orador.) Meu caro Presidente, tive oportunidade de dizer, e apelava para V. Ex<sup>a</sup>, que abria mão da minha inscrição — como o dia hoje é vago, — para que V. Ex<sup>a</sup> tivesse uma tolerância com o nobre orador que está na tribuna, sobretudo porque, realmente, ninguém, talvez, nestes últimos meses que estamos aqui, foi tão roubado no seu tempo como o nobre Senador Marcos Freire. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que tivesse uma tolerância, mesmo porque não temos tantos oradores com exigência e eu, que era o possível seguinte orador, desisti precisamente em respeito ao direito que o nosso colega tem. Era um apelo que faria a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) —** V. Ex<sup>a</sup> sabe que nós somos tolerantes, mas o Regimento proíbe a transferência do tempo de um colega para outro. Todavia, vamos ser um pouco mais tolerantes, embora tenhamos inscrito mais alguns oradores, para depois do nobre Senador Marcos Freire, como o Sr. Senador Itamar Franco, que já deve estar aí aguardando com natural ansiedade.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) —** Até pensamos que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, fosse convocar o Senador Gabriel Hermes para assumir a Presidência dos trabalhos, a fim de que ele próprio deferisse a sua solicitação.

Agradecemos a referência feita de sermos nós um dos oradores mais roubados no tempo de que dispomos e a consideramos um elogio. Sentimo-nos até envaidecido em nossa modéstia, porque, de fato, é um prêmio. Quer dizer, nós trazemos, aqui, assuntos que despertam polêmica e trazem à colocação aqueles colegas que discordam dos nossos pontos de vista.

Sr. Presidente, só para concluir mais um capítulo pois, a essa altura, não vamos abusar muito mais da tolerância da Presidência — vamos retomar a leitura dessa parte que estamos trazendo ao conhecimento da Casa e esperamos, então, numa próxima sessão, poder fazer a conclusão final do pronunciamento.

Cabe assinalar, ainda, que ao petróleo e ao gás natural, como principal fonte de suprimento (43,8%), seguem-se, pela ordem de importância, os vegetais (28,9%) — madeira, carvão, bagaço — os recursos hídricos (23,8%) e o carvão mineral (3,5%), o álcool tendo participação de pouca significação.

No que diz respeito ao petróleo, é sabido que o Governo congelou a sua importação nos níveis atuais de 960.000 barris/dia. Por outro lado, o Dr. Paulo Belotti, um dos diretores da PETROBRÁS, confirma que a empresa tem programado para investir, só no corrente ano, 51 bilhões de cruzeiros, 53% dos quais especificamente em atividades de exploração e produção. Daí talvez porque, lembrando que o País produz, no momento, cerca de 160.000 barris diários de petróleo bruto, que correspondem a cerca de 15% da demanda nacional, o Dr. Belotti anuncia que "o desenvolvimento e colocação em produção, nos próximos anos, poderá evoluir para volume da ordem de 500.000 barris diários em 1985 — a produção correspondendo, então, a cerca de 40% do petróleo de que necessitará, em comparação ao nível de 15% que hoje se verifica" (*Correio Braziliense*, 19-8-79).

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores; a PETROBRÁS tem sido apresentada, por algumas fontes, como ineficaz e superada. No entanto, o que nós estamos vendo? Achamos que podem caber críticas à orientação da PETROBRÁS, mas mais aos que a dirigiram, aos que orientaram o seu programa e não a ela como instituição (Muito bem!). E tanto isto é verdade, que o Brasil, até hoje, em 25 anos de PETROBRÁS, está produzindo somente 160 mil barris diários de petróleo bruto. Em face da emergência da conjuntura internacional do petróleo, difícil, vem um dos seus ilustres diretores mostrar a intensificação dos programas, das atividades de prospecção, de pesquisa, a canalização de vultosos recursos para este setor. E então, já admite que, para 1985, nós teremos uma produção na ordem de 500 mil barris diários. Quer dizer, em mais 5 anos, nós vamos, portanto, passar de 160 mil barris diários. Alguma coisa está errada!

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não!

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Na minha Amazônia...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Na nossa Amazônia!

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Na nossa Amazônia, que é realmente a maior reserva de terras boas do mundo, infelizmente, nobre Senador, nós temos fracassado. Eu quando leio, e reli agora numa dessas madrugadas aquele livro de Monteiro Lobato, *A Luta pelo Petróleo*, quando ele dizia que parece que havia sido colocada, com os Andes, uma separação para o petróleo não passar para o território do Brasil, eu li aqui e estava meditando. Acabam de ser furados dois poços no Juruá, infelizmente, nobre Senador, não foram negativos, mas não são comerciais. Na foz do Amazonas, onde restavam as nossas esperanças, onde até operou como dirigente da PETROBRÁS o Senador Jarbas Passarinho, há muitos anos, lamentavelmente todos os furos da PETROBRÁS têm falhado. Infelizmente nós temos encontrado dificuldades. Isto não quer dizer que não esteja de acordo com V. Exª, a PETROBRÁS deveria ter furado mais; agora, ela fez o que fizeram muitos, o petróleo que os pobres árabes nos mandavam por cinco tostões e hoje eu acredito que eles estão certos, quando procuram tirar a diferença, embora lamentavelmente quem esteja enriquecendo não são tanto os árabes, são os seus associados, são as grandes empresas multinacionais, muito mais do que eles. Nós nos atiramos contra os árabes que reagiram num determinado momento e estão procurando tirar um atraso de quase cinquenta anos de exploração de que foram vítimas, como foi vítima a Venezuela. Cresceu o interesse pelo petróleo até alertar o mundo e o Brasil. Mas não são apenas eles os grandes exploradores; ainda são outros os grandes exploradores, são os mesmos que nos exploraram antes. Isto é que é preciso ser dito e reconhecido.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª permite um pequeno aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Logo que façamos alguma consideração, em atenção ao nobre Senador Gabriel Hermes, respondendo o aparte de S. Exª.

Em relação às premissas pessimistas do Senador Gabriel Hermes quanto ao petróleo brasileiro, preferimos ficar com o prognóstico do Dr. Paulo Belotti, de que, dentro de cinco a seis anos, vamos mais do que triplicar nossa produção de petróleo. Então petróleo existe. Existe e já está detectado, porque ele anuncia exatamente uma prioridade, agora, nas atividades de pesquisa, de prospecção e canalização desses vultosos recursos, e nós que em vinte e cinco anos estamos produzindo 165 mil barris diários, em 1985, chegaremos a 500 mil barris diários, segundo S. Exª. Portanto, o petróleo existe, e vai ser uma grande coisa, porque representará o quê? mais da metade do que atualmente estamos importando de barris de petróleo, sobretudo tendo em vista que o Governo resolveu congelar a importação de petróleo, nas bases atuais.

Pelo visto, já na metade da década que se aproxima, vamos atingir a metade da produção daquilo que vamos consumir. Portanto não concordamos com as premissas negativas de S. Exª. O que tememos é que, depois da fissura ao monopólio do petróleo, da exploração pelos contratos de risco, o petróleo venha a aparecer em abundância. É o que tememos. Aliás, o Paraná já está sendo leilado...

Enfim, achamos que o petróleo existe. Ele já estaria jorrando, muito mais, se tivesse havido uma orientação de maior prospecção e maior pesquisa. Esse fato de ter furado aqui e não ter aparecido ali é relativo. Julgamos, agora, que a PETROBRÁS está certa, quando pode anunciar, para apenas dentro de 5 anos, uma triplicação da produção de petróleo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Eu pediria a V. Exª que não concedesse mais apartes porque os outros oradores inscritos já se encontram no plenário.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Como só estou vendo 4 Senadores e 3 estão me pedindo aparte, acho que estamos liberados para prorrogar o tempo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador, V. Exª levantou um problema e é realmente perfeita a colocação de V. Exª. Se até hoje estamos produzindo 160 mil barris por dia, como fazer essa previsão de 500 mil barris/dia até 1985, sem imaginar que, afinal de contas, nesse período anterior, o que fizemos foi não procurar petróleo? Mas a verdade não é essa. A verdade, nobre Senador, é que, em vez de estarmos com grandes esperanças no petróleo na terra, temos esperanças de encontrar petróleo agora já na plataforma. E V. Exª sabe que a tecnologia de exploração de petróleo na plataforma, ou dentro do mar, é extremamente recente, é coisa nova. Se pudermos nos beneficiar dessa tecnologia e encontrarmos realmente, como as previsões estão indicando, petróleo na plataforma, teremos uma boa solução para nós. Evidentemente não há milagres nessa previsão. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nem questionamos essa previsão, pelo contrário, a exaltamos.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, nobre Senador. Mas disseram que a Amazônia não tem petróleo, V. Exª partirá dessa premissa aí.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — O meu aparte vai se debruçar exatamente sobre o petróleo da Amazônia. Em 1955, jorrou petróleo em Nova Olinda que agora a PETROBRÁS diz que vai reestudar e reexaminar aquele poço, mas realmente jorrou petróleo em grande quantidade, chegou mesmo a deslocar o Presidente Juscelino Kubitschek até lá. Isto numa demonstração inequívoca de que aquela bacia possui petróleo. Aliás, o relatório dos russos, quando ficaram incumbidos de uma pesquisa na área, concluiu que havia petróleo, só que esse petróleo...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Um momentinho. Parece que antes havia estado um norte-americano lá que tinha concluído que não havia petróleo...

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Sim. O tal Mr. Link.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Exatamente.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Porque quem conduzia toda política de pesquisa, à época, era exatamente esse americano. Mas os russos chegaram a afirmar que esse petróleo existiria abaixo de 4 mil metros de pro-

fundidade. Esse relatório foi colocado no Index, mas foi proibido, não chegando sequer a ser publicado...

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Subversivo, talvez (Risos)

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Exatamente. O jornal que tentou publicá-lo foi apreendido em Belém do Pará, na ocasião...

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Foi como esse agora, a *Gazeta Mercantil*, quando publicou o acordo nuclear, uma daquelas cláusulas secretas. A história se repete...

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Exatamente. Então, nobre Senador, não se explica que Nova Olinda ficando no centro geofísico da Bacia Amazônica, lá tendo jorrado petróleo, tendo jorrado à distância de 100 quilômetros em Autaz-mirim, e também exista petróleo ao longo de toda a fronteira da Pan-Amazônia, desde a Venezuela até à Bolívia: Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia. E chegue na fronteira brasileira, na Amazônia e desapareça o petróleo. E esse petróleo vêm aparecer a dois mil quilômetros de distância, no centro geofísico da bacia. Isto prova que havia um complô, havia qualquer coisa evitando esta pesquisa...

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — E que não era da natureza.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — E o atestado mais eloquente quero inferir no seu discurso, ilustre Senador Marcos Freire. É que, na época, foi decidido tapar o poço de Nova Olinda, por não ser considerado comercial, de acordo com a avaliação do Mr. Link e de acordo com a avaliação de um mau brasileiro, de um vendilhão da Pátria, que nessa ocasião dirigia a PETROBRÁS no Amazonas, o Sr. Levindo Carneiro que, há pouco tempo, foi acusado de ter entrado em negociações com firmas americanas. Ele, dirigindo um setor importante da PETROBRÁS, incumbido de compra de material, teria recebido propina para dar preferência a firmas norte-americanas. Isto foi provado. Este cidadão já é falecido, mas a notícia veio a lume e os jornais publicaram. Foi comprovado a participação de Levindo Carneiro nessa negociação. Há coisa de quatro ou cinco anos atrás. Prova que esse cidadão já naquela época estava vendido aos interesses das multinacionais petrolíferas. Mr. Link era o representante desses grupos. Esta é a verdade, incontestável, indubitável. Não se explica de modo algum que a maior bacia sedimentar do mundo não tenha petróleo, e que esse petróleo desapareça na fronteira.

O Brasil deveria estar pesquisando exatamente a um metro das fronteiras venezuelana, peruana e colombiana. Esta é que é a verdade. Nada estamos fazendo, nada há, naquela região, em termos de pesquisa de petróleo. Houve e há macomunicação. Por tudo isto acho que é necessária uma CPI sobre a PETROBRÁS. Há dente de coelho dentro da PETROBRÁS, esta é que é a verdade. É preciso se vasculhar, desde que ela foi instalada até hoje, o seu comportamento.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — A Casa testemunha, portanto, os depoimentos de dois senadores da Região Amazônica, diametralmente opostos. Sinceramente, sem qualquer *parti pris* de ordem partidária, ficamos com o Senador Evandro Carreira, na fé da existência de lençóis de petróleo na Região Amazônica e em todo o Brasil.

Sr. Presidente, falávamos do petróleo e não poderíamos deixar de nos referir também às reservas brasileiras de carvão mineral, por outro lado, vão a 20 bilhões de toneladas. A produção carbonífera atual é de cerca de 6 milhões de toneladas, os planos do Governo se propondo a atingir, em 1985, uma extração de 30 milhões de toneladas, triplicando, assim, o atual nível de exploração. Só o Rio Grande do Sul passaria de 1 milhão e seiscentas mil toneladas, presentemente registradas, para 15 milhões. O programa de utilização do carvão mineral prevê investimentos de US\$ 7 bilhões e está articulado com projetos de beneficiamento, através de usinas de gaseificação, para a produção de óleo combustível, e a substituição do *fuel oil* na indústria do cimento, responsável por 20% do consumo nacional, além de vir a ser utilizado, também, na substituição do óleo de caldeiras industriais e vários outros fins.

Tudo isso vem em favor do objetivo de se poder substituir, até em termos totais, a gasolina pelo álcool, cujo mercado passaria, em tal hipótese, a ter uma dimensão cinco vezes superior à atual — isso sem incluir a demanda de produto pela indústria química (mais um bilhão de litros).

O consumo da gasolina automotiva, este ano, deve chegar a 17 bilhões de litros. Para chegar à produção equivalente de álcool, a plantação de cana ou de mandioca, a ele destinadas, deverão ocupar uma área efetiva de 4,4 milhões de hectares — o que representa muito pouco se levarmos em conta os 850 milhões de hectares que o Brasil possui, dos quais 60 estão comprometidos com lavouras e cerca de 150 com a pecuária. Mesmo eliminando-se as áreas urbanas e outras consideradas impróprias para a agricultura, ainda as-

sim sobraria área superior a 400 milhões de hectares para uma futura expansão da fronteira agrícola.

Como se vê, há margem suficiente de terras destinadas à produção do álcool, mesmo considerando-se que se crie a necessidade adicional de 7 bilhões de litros, para mistura de 50% com o óleo diesel — que hoje representa 25% da demanda de derivados de petróleo, através do desenvolvimento de tecnologia econômica específica.

Os custos exigidos por um programa de tal envergadura seriam altamente recompensados não apenas pela produção da riqueza, em si mesma, mas, especificamente, pela economia de divisas, daí advindas, que se constitui, mesmo, num dos objetivos do PROÁLCOOL.

O Sr. Presidente e Srs. Senadores, há outras implicações com relação ao Programa Nacional do Alcool, algumas delas aqui já referidas que seriam de uma parte, o problema social que pretendemos tratar numa próxima oportunidade e, também, mostrar que o PROÁLCOOL pode ser considerado como um instrumento contra as desigualdades regionais existentes neste País.

Na próxima vez, procuraremos mostrar que o Nordeste, por exemplo, é um dos celeiros da produção canavieira neste País e, conseqüentemente, é necessário mostrar-se que precisa haver uma preferência para o PROÁLCOOL, em termos de Nordeste. Aquela região que apresenta tão altos índices de pobreza, separada do Centro-Sul por um fosso tão grande, poderá, portanto, encontrar, no PROÁLCOOL, um dos instrumentos de sua reabilitação.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, prosseguiremos na análise da crise energética do Brasil, enfocando, na próxima segunda-feira, se me for dada a oportunidade, o PROÁLCOOL como instrumento contra as desigualdades regionais e como instrumento de promoção social.

Antes de concluir, ouviremos uma vez mais, o Senador José Richa.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Bom, como V. Ex<sup>a</sup> está anunciando para a continuidade desse seu brilhante trabalho sobre essa importante, momentosa e oportuna questão, que na seqüência vai abordar o problema social e como V. Ex<sup>a</sup> falou do PROÁLCOOL com muita propriedade e se referiu também ao carvão, perdoe-me V. Ex<sup>a</sup> se já houve referência, no discurso anterior, que eu não tinha tido a oportunidade de ouvir, ao problema do xisto betuminoso.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Apenas referência, porque ainda é uma fonte meio inexplorada, não há muitos conhecimentos a respeito. De forma que, se V. Ex<sup>a</sup> quiser discorrer alguma coisa sobre ele, enriquecerá o nosso discurso.

**O Sr. José Richa (MDB — PR)** — Apenas, rapidamente, eu gostaria de colocar o problema do xisto. Há mais de 20 anos que se começou, que se fez uma usina piloto no meu Estado, o Paraná. Usina piloto, numa área que cedia, segundo opinião, não sei se ufanista ou não, uma das maiores reservas de xisto do mundo. Não se trata, evidentemente, de uma reserva de boa qualidade. Isto já também houve por parte de técnicos a constatação que o xisto da Rússia, por exemplo, seria um xisto de melhor qualidade, de melhor rentabilidade. Entretanto, em termos de quantidade, estima-se que a chamada reserva de Irati, que vai do Estado do Paraná, centro do Paraná, por toda a Região Sul e, ainda, pelo Estado de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul, seja uma jazida da maior importância, em termos de quantidade, nessa expressão. Pois há mais de vinte anos que no Paraná, parece-me que é a única, em São Mateus do Sul, Município do Sul do Estado, existe uma usina piloto. Agora, há pouco tempo, anunciou-se que vai se começar a explorar em termos industriais, mas, até agora, nem se começou. Então, veja V. Ex<sup>a</sup> como isto acrescenta ainda mais um dado nesta imprevisão que há quinze anos vivemos no plano da energia. Quer dizer, uma total imprevisão. Quer dizer, um País que ainda tem problema hidrelétrico, que tem o PROÁLCOOL que é inesgotável num território como esse; tem o problema do carvão, tem o problema do xisto betuminoso; tem, ainda, outras fontes alternativas, tais como energia eólica e energia solar, um País desses, sem recursos, pode pensar em energia atômica?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão — e V. Ex<sup>a</sup> sintetizou, numa palavra, toda a crítica que se poderia fazer: imprevisão. Já tem aquele ditado que diz "que o brasileiro só fecha a porta depois de roubado".

Então, achamos que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão e as considerações que fez, sem dúvida...

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Ouviremos V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Eu pediria a V. Exª que concluísse, porque o seu tempo já se esgotou e muito.

**O SR. MARCOS FREIRE** (MDB — PE) — Não queremos contrariar o Líder da Bancada de V. Exª, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Porque os outros estão ansiosos também para ocupar a tribuna.

**O Sr. José Lins** (ARENA — CE) — Mas V. Exª vê a variedade de assuntos importantes que podem ser trazidos à baila no plenário do Senado, para discutirmos as soluções dos problemas nacionais. Mas, quanto ao xisto, por exemplo. As reservas de xisto, no mundo, são maiores do que as reservas de petróleo. Mas, com todas as dificuldades de hoje, as previsões para utilização de petróleo de xisto, no mundo, são extremamente precárias. Por quê? Porque a quantidade de petróleo, por metro cúbico de rocha, é muito pequeno — a dificuldade é grande: o desmonte dessa rocha cria tais problemas de ordem social, de problemas ambientais e de custo que a humanidade ainda não está pensando em utilizar xisto como fonte de energia, a não ser em casos muito especiais, quando o xisto é bom e a possibilidade de utilizá-lo é demonstrada através de experiências piloto. E essa informação é importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Eu gostaria de pedir ao nobre orador que, logo após esse aparte, concluísse o seu discurso.

**O SR. MARCOS FREIRE** (MDB — PE) — Pois não, Sr. Presidente. Acataremos a sua decisão.

**O Sr. José Lins** (ARENA — CE) — Mas, termino o meu aparte, apenas com esta observação: nós temos xisto, mas talvez, como V. Exª diz, essas reservas não sejam utilizadas em grande escala, pelo menos, na fase atual.

**O SR. MARCOS FREIRE** (MDB — PE) — Cabe repetir, apenas, que existe ainda muito desconhecimento a respeito, e este fato é lamentável, porque pelo menos deveríamos ter avançado em termos de conhecer o que temos, quando nada em pesquisas que possibilitassem chegar à conclusão de quais as verdadeiras reservas que possuímos, a sua qualidade, a sua quantidade, a sua possibilidade, face às possíveis variações da política internacional de preços das fontes energéticas.

Agradecemos ao Sr. Presidente e pedimos até escusas, talvez, pelo abuso que fizemos da liberalidade da Mesa, mas, acreditamos que estamos procurando contribuir para o exame sério dos problemas nacionais.

Muito obrigado a V. Exª (Muito bem!)

**MESA****Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

**1º-Vice-Presidente**

Nilo Coelho (ARENA — PE)

**2º-Vice-Presidente**

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

**1º-Secretário**

Alexandre Costa (ARENA — MA)

**2º-Secretário**

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

**3º-Secretário**

Lourival Baptista (ARENA — SE)

**4º-Secretário**

Gastão Müller (ARENA — MT)

**Suplentes de Secretários**

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

**LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA****Líder**

Jarbas Passarinho

**Vice-Líderes**

Aloysio Chaves

Jose Lins

Aderbal Jurema

Tomanto Junior

Moacyr Dalla

Murilo Badaro

Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA****Líder**

Paulo Brossard

**Vice-Líderes**

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quercia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

**COMISSÕES**

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cândido Hippert

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**Presidente: Evelasio Vieira  
Vice-Presidente: Leite Chaves

| Titulares           | Suplentes           |
|---------------------|---------------------|
|                     | <b>ARENA</b>        |
| 1. Passos Pôrto     | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Benedito Canelas | 2. Affonso Camargo  |
| 3. Pedro Pedrossian | 3. João Calmon      |
| 4. Jose Lins        |                     |
|                     | <b>MDB</b>          |
| 1. Evelasio Vieira  | 1. Agenor Maria     |
| 2. Leite Chaves     | 2. Amaral Peixoto   |
| 3. Jose Richa       |                     |

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**Presidente: Mendes Canale  
Vice-Presidente: Agenor Maria**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Jose Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

**Suplentes****ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

**MDB**

1. Evandro Carneira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**Presidente: Henrique de La Rocque  
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves  
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos**Titulares**

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. Jose Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaro
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

**Suplentes****ARENA**

1. Lenair Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

**MDB**

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lazaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**Presidente: Jesse Freire  
Vice-Presidente: Lazaro Barboza**Titulares**

1. Jesse Freire
2. Jose Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaro
7. Benedito Ferreira

**Suplentes****ARENA**

1. Jose Guimard
2. Tarsa Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lazaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**Presidente: Itamar Franco  
Vice-Presidente: Roberto Saturnino**Titulares**

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. Jose Lins
4. Jesse Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

**Suplentes****ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

**MDB**

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

1. Jose Richa
2. Orestes Quercia
3. Tancredo Neves

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)  
(9 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

| Titulares           | Suplentes           |
|---------------------|---------------------|
|                     | <b>ARENA</b>        |
| 1. João Calmon      | 1. Jose Lins        |
| 2. Tarso Dutra      | 2. Arnon de Mello   |
| 3. Jutahy Magalhães | 3. Jorge Kalume     |
| 4. Aloysio Chaves   | 4. Pedro Pedrossian |
| 5. Aderbal Jurema   |                     |
| 6. Eunice Michiles  |                     |

**MDB**

|                    |                  |
|--------------------|------------------|
| 1. Adalberto Sena  | 1. Marcos Freire |
| 2. Evelasio Vieira | 2. Gilvan Rocha  |
| 3. Franco Montoro  |                  |

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)  
(17 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima

Vice-Presidente: Tancredo Neves

| Titulares           | Suplentes                |
|---------------------|--------------------------|
|                     | <b>ARENA</b>             |
| 1. Raimundo Parente | 1. Saldanha Derzi        |
| 2. Arnon de Mello   | 2. Henrique de La Rocque |
| 3. Lomanto Júnior   | 3. Jesse Freire          |
| 4. Affonso Camargo  | 4. José Sarney           |
| 5. Vicente Vuolo    | 5. Milton Cabral         |
| 6. Alberto Silva    | 6. José Guimard          |
| 7. Amaral Furlan    |                          |
| 8. Jorge Kalume     |                          |
| 9. Jutahy Magalhães |                          |
| 10. Mendes Canale   |                          |

**MDB**

|                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| 1. Cunha Lima        | 1. Paulo Brossard |
| 2. Tancredo Neves    | 2. Marcos Freire  |
| 3. Roberto Saturnino | 3. Lazaro Barboza |
| 4. Amaral Peixoto    | 4. Jose Richa     |
| 5. Pedro Simon       |                   |
| 6. Mauro Benevides   |                   |
| 7. Teotônio Vilela   |                   |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)  
(9 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvidio Nunes

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

| Titulares                | Suplentes           |
|--------------------------|---------------------|
|                          | <b>ARENA</b>        |
| 1. Lenoir Vargas         | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Helvidio Nunes        | 2. Raimundo Parente |
| 3. Jesse Freire          | 3. Eunice Michiles  |
| 4. Moacyr Dalla          | 4. Benedito Canelas |
| 5. Henrique de La Rocque |                     |
| 6. Aloysio Chaves        |                     |

**MDB**

|                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| 1. Franco Montoro  | 1. Nelson Carneiro |
| 2. Humberto Lucena | 2. Marcos Freire   |
| 3. Jaison Barreto  |                    |

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Alberto Silva

| Titulares          | Suplentes           |
|--------------------|---------------------|
|                    | <b>ARENA</b>        |
| 1. Luiz Cavalcante | 1. Affonso Camargo  |
| 2. Milton Cabral   | 2. João Calmon      |
| 3. Alberto Silva   | 3. Jutahy Magalhães |
| 4. Arnon de Mello  |                     |

**MDB**

|                      |                      |
|----------------------|----------------------|
| 1. Dirceu Cardoso    | 1. Gilvan Rocha      |
| 2. Itamar Franco     | 2. Roberto Saturnino |
| 3. Henrique Santillo |                      |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)  
(5 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso

Vice-Presidente: Adalberto Sena

| Titulares         | Suplentes        |
|-------------------|------------------|
|                   | <b>ARENA</b>     |
| 1. Tarso Dutra    | 1. João Calmon   |
| 2. Saldanha Derzi | 2. Murilo Badaro |
| 3. Mendes Canale  | 3. Jose Sarney   |
|                   | <b>MDB</b>       |
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Hugo Ramos    |
| 2. Adalberto Sena |                  |

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)  
(15 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

| Titulares           | Suplentes                |
|---------------------|--------------------------|
|                     | <b>ARENA</b>             |
| 1. Tarso Dutra      | 1. Aloysio Chaves        |
| 2. Bernardino Viana | 2. Pedro Pedrossian      |
| 3. Saldanha Derzi   | 3. Henrique de La Rocque |
| 4. Lomanto Júnior   | 4. Jose Guimard          |
| 5. Mendes Canale    | 5. Luiz Cavalcante       |
| 6. Aderbal Jurema   | 6.                       |
| 7. Almir Pinto      |                          |
| 8. Lenoir Vargas    |                          |
| 9. José Sarney      |                          |

**MDB**

|                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard  | 1. Marcos Freire   |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco   | 3. Leite Chaves    |
| 4. Jose Richa      |                    |
| 5. Amaral Peixoto  |                    |
| 6. Tancredo Neves  |                    |

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha

Vice-Presidente: Henrique Santillo

| Titulares         | Suplentes           |
|-------------------|---------------------|
|                   | <b>ARENA</b>        |
| 1. Lomanto Júnior | 1. Saldanha Derzi   |
| 2. Almir Pinto    | 2. Jorge Kalume     |
| 3. Alberto Silva  | 3. Benedito Canelas |
| 4. Jose Guimard   |                     |

**MDB**

|                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| 1. Gilvan Rocha      | 1. Jose Richa     |
| 2. Henrique Santillo | 2. Adalberto Sena |
| 3. Jaison Barreto    |                   |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume

Vice-Presidente: Mauro Benevides

| Titulares            | Suplentes           |
|----------------------|---------------------|
|                      | <b>ARENA</b>        |
| 1. Jorge Kalume      | 1. Raimundo Parente |
| 2. Luiz Cavalcante   | 2. Amaral Furlan    |
| 3. Murilo Badaro     | 3. Jose Guimard     |
| 4. Benedito Ferreira |                     |

**MDB**

|                    |                   |
|--------------------|-------------------|
| 1. Mauro Benevides | 1. Cunha Lima     |
| 2. Agenor Maria    | 2. Jaison Barreto |
| 3. Hugo Ramos      |                   |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira

Vice-Presidente: Humberto Lucena

| Titulares                | Suplentes           |
|--------------------------|---------------------|
|                          | <b>ARENA</b>        |
| 1. Raimundo Parente      | 1. Affonso Camargo  |
| 2. Henrique de La Rocque | 2. Pedro Pedrossian |
| 3. Bernardino Viana      | 3. Aderbal Jurema   |
| 4. Alberto Silva         |                     |

## MDB

1. Evandro Carreira  
2. Humberto Lucena  
3. Lazaro Barbosa
1. Orestes Quercia  
2. Evelasio Vieira

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira

Vice-Presidente: Vicente Vuolo

## Titulares

1. Benedito Ferreira  
2. Vicente Vuolo  
3. Pedro Pedrossian  
4. Affonso Camargo

## Suplentes

## ARENA

1. Passos Pôrto  
2. Lomanto Junior  
3. Alberto Silva

## MDB

1. Evandro Carreira  
2. Lazaro Barbosa  
3. Orestes Quercia

1. Leite Chaves  
2. Agenor Maria

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

## B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

## Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional  
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos  
3) Comissões Especiais e de Inquérito, e  
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

## SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

## HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

## PARA O ANO DE 1979

| HORAS | TERÇA  | S A L A S                        | ASSISTENTE      | HORAS | QUINTA   | S A L A S                        | ASSISTENTE       |
|-------|--------|----------------------------------|-----------------|-------|----------|----------------------------------|------------------|
| 10:00 | C.T.   | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | RONALDO         | 09:30 | C.F.     | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | GUILHERME        |
|       | C.A.R. | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | GUILHERME       |       | C.S.P.C. | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | SÔNIA            |
| HORAS | QUARTA | S A L A S                        | ASSISTENTE      | 10:00 | C.E.C    | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | SÔNIA            |
| 09:30 | C.S.N. | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | GUILHERME       |       | C.D.F.   | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | RONALDO          |
| 10:00 | C.C.J. | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | MARIA<br>HELENA | 10:30 | C.S.     | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | GUILHERME        |
|       | C.A.   | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | SÔNIA           | 11:00 | C.L.S.   | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | DANIEL           |
| 10:30 | C.E.   | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | DANIEL          | 12:00 | C.R.     | CLÓVIS BEVILÁCQUA<br>Ramal - 623 | MARIA<br>THEREZA |
| 11:00 | C.R.E. | RUY BARBOSA<br>Ramais-621 e 716  | CÂNDIDO         |       |          |                                  |                  |
|       | C.M.E. | ANEXO "B"<br>Ramal - 484         | RONALDO         |       |          |                                  |                  |

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### Seção I (Câmara dos Deputados)

| Via-Superfície:       |             | Via-Aérea:            |             |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Semestre .....        | Cr\$ 200,00 | Semestre .....        | Cr\$ 400,00 |
| Ano .....             | Cr\$ 400,00 | Ano .....             | Cr\$ 800,00 |
| Exemplar avulso ..... | Cr\$ 1,00   | Exemplar avulso ..... | Cr\$ 2,00   |

### Seção II (Senado Federal)

| Via-Superfície:       |             | Via-Aérea:            |             |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Semestre .....        | Cr\$ 200,00 | Semestre .....        | Cr\$ 400,00 |
| Ano .....             | Cr\$ 400,00 | Ano .....             | Cr\$ 800,00 |
| Exemplar avulso ..... | Cr\$ 1,00   | Exemplar avulso ..... | Cr\$ 2,00   |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

# **LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA**

**(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)**

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União  
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição  
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

**Edição: Setembro de 1974**

**340 páginas**

**Preço: Cr\$ 20,00**

**SUPLEMENTO 1976**

**(com adendo de maio de 1978)**

**Preço: Cr\$ 20,00**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

# **CÓDIGO PENAL MILITAR**

## **Quadro Comparativo**

— Decreto-Lei nº 1.001/69

— Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

**"Revista de Informação Legislativa" nº 26 — 439 páginas**

**Preço: Cr\$ 20,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília -- DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**